

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**A conciliação entre a maternidade e o curso de graduação: o caso das mães
estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFV**

Lucinéia Araújo Gomes
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

LUCINÉIA ARAÚJO GOMES

**A conciliação entre a maternidade e o curso de graduação: o caso das mães
estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFV**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Wania M. Guimaraes
Lacerda

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G633c
2025
Gomes, Lucinéia Araújo, 1989-
A conciliação entre a maternidade e o curso de graduação: o caso das mães estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFV / Lucinéia Araújo Gomes. – Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (132 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Wania Maria Guimarães Lacerda.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Educação, 2025.

Referências bibliográficas: f. 116-125.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.330>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres no ensino superior. 2. Mulheres do campo. 3. Maternidade. 4. Educação do campo. I. Lacerda, Wania Maria Guimarães, 1963-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 378.19822

LUCINÉIA ARAÚJO GOMES

**A conciliação entre a maternidade e o curso de graduação: o caso das mães
estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFV**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2025.

Assentimento:

Lucinéia Araújo Gomes
Autora

Wania Maria Guimaraes Lacerda
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 20/05/2025 às 18:57:19 e pela orientadora em 20/05/2025 às 19:37:06. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **SDOB.AFPM.59SV** e clique no botão 'Validar documento'.

Ao meu pai, José Carlos Gomes Corrêa (in memoriam).
Meu exemplo de fé, esforço, humildade e resiliência.
Amo o senhor e amarei eternamente!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu forças todos os dias da minha vida, e me fez crer que eu poderia alcançar meus objetivos, foi pela misericórdia de Jesus que me sustentou quando pensei em desistir por causa dos diversos desafios que surgiram na caminhada.

Agradeço aos meus pais, que sempre me apoiaram nos estudos, sempre me ensinando que é através de uma boa formação que podemos chegar longe. Pai, esta dissertação e a conclusão deste Mestrado só foram possíveis pela dedicação que sempre me ensinou a ter com os estudos. Obrigada por ter sido um pai incrível, que sempre me apoiou e me fez acreditar nos meus objetivos.

Agradeço aos meus filhos, Cauã e Davi, que mesmo com minha ausência, nos diversos momentos que ficaram sozinhos, para eu poder me dedicar ao Mestrado, sempre se mantiveram do meu lado; Jesus eles são a minha força para não esmorecer.

Agradeço às minhas irmãs, Luciene e Jucilene, que mesmo de longe, sempre emanaram boas energias, palavras de carinho e pelas orações dedicadas a mim. Agradeço à minha sobrinha Sarah, que com sua pureza e docilidade sempre foi motivo de alegria durante o processo árduo de elaboração desta dissertação.

Agradeço ao meu esposo, Edicleiton, que sempre esteve ao meu lado, disposto a me estender a mão e com a escuta carinhosa. Seu amor e seu carinho foram fundamentais neste processo.

Sou grata à minha orientadora Wânia, que é uma professora com uma capacidade maravilhosa de ensinar e também de compreender a dificuldade do estudante.

Sou grata à minha amiga e comadre Juliana, que por vezes foi minha confidente nos momentos de angústia. Agradeço ao meu afilhado Henrique pelo carinho que sempre teve por mim, suas mensagens e áudios deixaram meus dias mais leves.

Agradeço às amigas que o Mestrado me deu de presente: Camila e Daiane, que sempre me apoiaram e pelas diversas vezes que me ajudaram nos trabalhos acadêmicos, amo vocês!

Agradeço aos professores do Programa de Mestrado em Educação da UFV, pelos conhecimentos compartilhados que contribuíram para a construção desta dissertação e para minha formação como um todo. Um agradecimento especial à secretária do Mestrado, Naiany, por tantas explicações e por todas as dicas e sugestões, você foi fundamental em minha trajetória.

Agradeço à minha cunhada Edilene e à minha sobrinha Maria Helena,

que mesmo longe fisicamente, sempre se fizeram presentes. Vocês têm um lugar especial em meu coração.

Sou grata às mães estudantes da Licença que contribuíram com este estudo, vocês foram essenciais. Muito obrigada!

Agradeço à Universidade Federal de Viçosa pelas oportunidades de concluir duas graduações (Educação Infantil e Pedagogia), por me acolher como servidora e pela possibilidade de cursar o Mestrado em Educação.

Agradeço à professora Tatiana Pires Barrella por toda a contribuição no processo de elaboração da minha dissertação. Agradeço também a professora Elizete Oliveira de Andrade por gentilmente ter aceitado o convite para participar de minha banca de defesa de dissertação.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

GOMES, Lucinéia Araújo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2025. **A conciliação entre a maternidade e o curso de graduação: o caso das mães estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFV.** Orientadora: Wania Maria Guimaraes Lacerda.

A possibilidade para o público feminino cursar o ensino superior e ingressar no mercado de trabalho vem aumentando com o passar dos anos, no entanto isso gera muitas responsabilidades e múltiplas jornadas diárias. Com o surgimento do curso superior voltado para os povos do campo, muitas mulheres que sonhavam em se formar, após uma longa interrupção retomaram seus estudos. Porém, para aquelas que têm filhos e trabalham, muitos desafios são enfrentados. O presente estudo teve como objetivo conhecer e analisar como as mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV (Licena) conciliam a maternagem, quando os filhos têm idade entre 0 e 11 anos, com a frequência ao curso de graduação. Especificamente buscou-se conhecer as situações vivenciadas pelas mães estudantes da Licena; descrever as estratégias utilizadas pelas mães estudantes da Licena durante o Tempo Universidade, quando é exigida a permanência dessas mães em Viçosa e a dedicação diária ao trabalho escolar e durante o Tempo Comunidade e analisar os sentidos atribuídos pelas mães estudantes da Licena à conciliação entre maternidade e o curso de graduação. A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, e para a geração de dados foram utilizados o questionário e a entrevista semiestruturada. A análise dos dados foi realizada de acordo com os pressupostos da análise de conteúdo de Laurence Bardin. Os resultados da pesquisa indicaram que as mães estudantes da Licena matriculadas em 2023 têm um perfil diverso quanto à origem geográfica, pois residem em diferentes regiões do estado de Minas Gerais, mas as vivências dessas mães estudantes são parecidas, o mesmo ocorrendo quanto às estratégias utilizadas durante o TU e o TC, ainda que dependentes da rede de apoio de cada uma delas. Os dados indicaram também que apesar dos desafios de cursar a graduação com filhos pequenos, elas têm a preocupação de concluir o curso superior para proporcionar melhores condições de vida aos filhos. Conclui-se ainda que a universidade, enquanto um espaço público, ainda hoje se mostra limitador às mulheres, especialmente para aquelas que são mães. Portanto, uma instituição comprometida com a inclusão social precisa adotar políticas institucionais que, além de assegurar o acesso, garanta a permanência das mães estudantes neste espaço.

Palavras-chave: mães estudantes ; licenciatura em educação do campo; mulheres na universidade

ABSTRACT

GOMES, Lucinéia Araújo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2025. **The reconciliation between motherhood and undergraduate studies: the case of student mothers in the Rural Education Degree at UFV.** Adviser: Wania Maria Guimaraes Lacerda.

The increasing participation of women in higher education and the labor market has become more evident over the years. However, this advancement often results in multiple responsibilities and daily workloads. With the implementation of undergraduate programs aimed at rural populations, many women who had long interrupted their studies have resumed their academic paths. Nonetheless, for those who are mothers and workers, this journey poses significant challenges. This study aimed to understand and analyze how student mothers enrolled in the Rural Education Teaching Degree Program (Licena) at the Federal University of Viçosa (UFV) reconcile motherhood—specifically with children aged 0 to 11—with the demands of academic life. More specifically, the research sought to: (a) identify the experiences of these student mothers; (b) describe the strategies adopted during University Time (TU), when students are required to stay in Viçosa and dedicate themselves daily to academic activities, and during Community Time (TC); and (c) analyze the meanings attributed by these mothers to the process of reconciling motherhood and higher education. This is a qualitative study, based on data collected through questionnaires and semi-structured interviews. The data analysis was conducted following Laurence Bardin's content analysis methodology. The results show that student mothers enrolled in Licena in 2023 come from diverse regions of the state of Minas Gerais. Despite this geographic diversity, their experiences and strategies during TU and TC are similar, although shaped by the availability of individual support networks. The findings also indicate that, despite the difficulties of attending college while raising young children, these women are committed to completing their degrees as a means of ensuring better living conditions for their children. It is also concluded that the university, as a public space, still imposes barriers on women—particularly those who are mothers. Thus, an institution truly committed to social inclusion must adopt institutional policies that go beyond access and ensure the continued participation of student mothers in higher education.

Keywords: student mothers ; rural education degree; women in higher education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Época em que as mães estudantes da Licena, matriculadas em 2023, exerceram trabalho remunerado.....	69
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da faixa etária das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	64
Gráfico 2 – Cor/raça declarada pelas mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	65
Gráfico 3 - Estado Civil das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.....	66
Gráfico 4 - Tipo de escola frequentada no ensino médio pelas mães estudantes da Licena, ingressantes em 2023.....	67
Gráfico 5 - Quantidade de filhos das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	73
Gráfico 6 - Faixa etária dos filhos das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	74
Gráfico 7 - Local de residência das mães estudantes da Licena.....	75
Gráfico 8 - Principal responsável pela realização das tarefas domésticas nas residências das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	77
Gráfico 9 - Principal responsável pelos cuidados dos filhos das mães estudantes da Licena matriculas em 2023.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolaridade do cônjuge/companheiro (quando havia), Escolaridade dos pais (pai e mãe) das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	72
Quadro 2 - Origem das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023 por municípios. ..	75
Quadro 3 - Número de pessoas que moram na mesma residência que as mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	76
Quadro 4 - Idade, raça/cor, número de filhos, estado civil, renda mensal familiar e número de pessoas que moram junto das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	82
Quadro 5 - Escolaridade dos avós (paternos e maternos) e dos pais (pai e mãe) das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.....	85
Quadro 6 - Fluxo dos percursos escolares das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAFI – Associação Brasileira das Faculdades

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ADUFES – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo

ANUFEI – Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil

CA – Centro Acadêmico

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternância

CEE – Centro de Ensino e Extensão

CEUNES – Centro Universitário Norte do Espírito Santo

COVID-19 – Doença do Coronavírus

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DPE – Departamento de Educação

EaD – Educação a Distância

EFA – Escola Família Agrícola

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

Fump – Fundação Universitária Mendes Pimentel

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDI – Laboratório de Desenvolvimento Infantil

LDH – Laboratório de Desenvolvimento Humano

LEdoCs – Licenciaturas em Educação do Campo

LICENA – Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza

ManU – Maternidade e Universidade

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MG – Minas Gerais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAPU – Programa de Apoio a Parentalidade da Universidade Federal do Norte do Tocantins

PET– Plano de Estudo Temático

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNDA – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPA – Programa de Permanência Alternância

PPQ – Programa de Permanência Qualificada

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PRACE – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PROPAAE – Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

PROAE – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

RU – Restaurante Universitário

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNICEF – Fundo das Ações Unidas para a Infância

TC – Tempo Comunidade

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TE – Tempo Escola

TU – Tempo Universidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: MULHERES e EDUCAÇÃO SUPERIOR	21
1.1. A divisão sexual do trabalho: fundamentos e razões das desigualdades de gênero	21
1.2. Mulheres universitárias	35
1.3. Mães estudantes na Universidade	45
1.4. Condições de permanência das mães estudantes na Universidade	55
CAPÍTULO II: ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	60
2.1. A Licenciatura da Educação do Campo na UFV e os(as) estudantes	60
2.2. Mães estudantes da Licena UFV	63
CAPÍTULO III: CONCILIAÇÃO ENTRE O TRABALHO (DOMÉSTICO E REMUNERADO), A MATERNIDADE E O CURSO DE GRADUAÇÃO	79
3.1. Mães estudantes da Licena, matriculadas em 2023	79
3.2. Histórias escolares das famílias e das mães estudantes da Licena.....	83
3.3. Trajetórias escolares das mães estudantes da Licena	86
3.4. Apoio familiar e escolarização das mães estudantes da Licena.....	88
3.5. Concomitância entre estudo e trabalho durante a educação básica	89
3.6. Conciliação entre estudo e cuidado com os filhos durante a educação básica.....	91
3.7. Processo de escolha do curso superior	91
3.8. A vivência acadêmica das mães estudantes da Licena na UFV	95
3.9. A conciliação entre o trabalho (doméstico e remunerado), a maternidade e a graduação	98
3.10. Redes de apoio das mães estudantes da Licena	105
3.11. Perspectivas de futuro das mães estudantes da Licena	108
3.12. Ações da UFV para a permanência das mães estudantes no curso de graduação	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES	126
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	126
APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	131

INTRODUÇÃO

Caminhos de uma mãe estudante e profissional

Construir ou reconstruir uma trajetória não é uma tarefa fácil, é desafiador. Ainda mais quando se vem de uma família popular. Minha mãe possui apenas o ensino fundamental incompleto, já meu pai finalizou as séries iniciais, quando adulto, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Porém, apesar de eles não terem concluído o ensino fundamental, sempre se empenharam e fizeram o que estava ao alcance para que eu e minhas duas irmãs mais novas tivéssemos oportunidades de prosseguir os estudos e alcançar a educação superior.

Cursei os anos iniciais do ensino fundamental em uma escola municipal da minha cidade, Teixeira (MG)¹. Quando conclui essa etapa da escolarização, meu pai, que sempre se preocupou com nossa formação, conversou com um dos meus tios maternos, o Rogério, professor da educação básica, pedindo-lhe conselhos sobre a melhor escolha do estabelecimento de ensino para frequentarmos durante os anos finais do ensino fundamental. Diante das indicações de tio Rogério, meu pai decidiu me matricular em uma escola privada (e posteriormente matriculou minhas irmãs mais novas também), na qual meu tio atuava como professor e, por essa razão, eu, e também minhas irmãs, tínhamos bolsas de estudos parciais. Frequentei essa escola privada até a conclusão do 1º ano do ensino médio, pois, nessa época os proprietários dessa escola decretaram falência e ela foi fechada. O segundo e terceiro anos do ensino médio frequentei um estabelecimento público estadual de Teixeira.

Percebo que, mesmo sem ter noção da real importância de escolher um estabelecimento de ensino que fosse dar possibilidade de adquirir os capitais cultural, social, escolar e simbólico, a escolha do meu pai com certeza proporcionou a mim e à minhas irmãs a oportunidade de ascensão social através da escola.

No terceiro ano do ensino médio me matriculei em um cursinho preparatório para o vestibular. Como meus pais tinham poucos recursos, três tios maternos (Rogério, Adir e Ademar) contribuíram financeiramente durante todo o cursinho para que eu desse continuidade ao mesmo. Assim, durante o terceiro ano do ensino médio conciliei a última série da educação básica com o cursinho pré-vestibular.

¹ O município de Teixeira se localiza na Zona da Mata de Minas Gerais, e a população estimada para o ano de 2021 era de 11.680 habitantes. IBGE. **Teixeiras**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-estados/mg/teixeiras.html>. Acesso em: 16 maio 2023.

No final do ano de 2007 prestei o vestibular, passei em primeiro lugar para o curso de Licenciatura em Educação Infantil na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Iniciei o curso em 2008, e no final desse mesmo ano engravidei do meu primeiro filho. Em 2009 ele nasceu, quando os desafios de ser estudante, mãe, dona de casa e esposa se impuseram. Era uma rotina muito cansativa e desgastante, que demandava muita colaboração, compreensão e apoio do companheiro e demais familiares, com os quais criei uma rede de apoio.

Em 2013 concluí a Licenciatura da Educação Infantil e comecei a atuar como educadora infantil em uma creche municipal de Teixeira. O ingresso no mercado de trabalho elevou ainda mais a jornada diária, pois outra atividade foi acrescida além dos afazeres domésticos, dos cuidados com o filho, dos estudos em nível de pós-graduação *lato sensu*, pois nesse mesmo ano iniciei, concomitantemente, quatro especializações em uma instituição privada: Gestão Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar e Orientação Educacional.

Após finalizar minhas especializações, iniciei as tentativas de ser aprovada em um concurso público. Fiz diversos processos seletivos e a partir dos editais propostos, percebi que, mesmo sendo Licenciada em Educação Infantil e possuindo especializações haviam limitações de habilitação quanto às vagas que poderia concorrer.

Em 2014 tive meu segundo filho, e com sua chegada, ainda mais desafios, como conciliar os trabalhos domésticos, a maternidade (dois filhos, agora), os estudos e o trabalho como professora. Em 2015, decidi realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pretendia fazer uma nova graduação a fim de melhorar minha formação e ampliar meu leque de possibilidades de emprego. Fui aprovada no Enem e iniciei o curso de Licenciatura em Pedagogia, na UFV, em 2016.

Finalizando-a em 2019, mesmo ano em que fui nomeada no concurso público da UFV, para o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais, sendo lotada no Departamento de Educação e dando apoio ao curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (Licena²).

Atuando no Departamento, tendo mais contato com as mães estudantes da Licena e também conhecendo um pouco sobre o mestrado em educação, percebi uma oportunidade de aprimorar minha formação e de pesquisar sobre como essas mães estudantes conciliam a

² Em conversas informais com professores do curso, obtive a informação de que a palavra LICENA designa Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza, e foi proposta por um dos docentes da UFV envolvidos no processo de criação do curso.

maternidade e a graduação. Diante disto, no segundo semestre de 2019, realizei minha primeira tentativa de ingressar no mestrado, mas infelizmente não consegui. Decidi então, me dedicar e estudar mais, com vistas a melhorias em meu pré projeto, de forma que possibilitasse minha aprovação na pós graduação.

Em 2022, ingressei no Mestrado em Educação da UFV. Nos anos de 2019, 2020 e 2021 cursei disciplinas, como estudante não vinculada, junto ao Programa, o que me permitiu, desde então uma aproximação da linha de pesquisa Educação Pública: Sujeitos e Práticas e realizar estudos pertinentes ao tema conciliação entre maternidade e frequência a cursos de graduação, o que me possibilitou conhecer diferentes realidades das mães estudantes, ao mesmo tempo em que, pude observar lacunas nesse campo do conhecimento, dadas minhas vivências acadêmicas e profissionais. Dentre essas lacunas destaco o fato de que as mães universitárias que frequentam a Licena vivenciam uma situação diferente se comparada às demais mães estudantes da UFV em função da metodologia utilizada nessa licenciatura. Enquanto as mães que frequentam outros cursos de graduação da UFV residem em sua maioria na cidade de Viçosa e deslocam até o campus universitário diariamente para frequência às aulas, as mães universitárias da Licena, residem em locais diversos e distantes de Viçosa, se deslocam para essa cidade em períodos de aula específicos (Pedagogia da Alternância³) e têm uma carga horária diária de aulas de oito horas, durante o Tempo Universidade (TU).

O meu percurso de conciliação entre trabalho (doméstico e remunerado), maternidade e frequência ao curso de graduação é basilar à constituição do meu interesse pelo tema desta pesquisa. Além desse percurso, minha atuação como servidora pública federal, no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais, atuando junto à Licena, quando conheci mães estudantes, que se desdobravam entre os cuidados com os filhos (presentes na Universidade durante o Tempo Universidade) embasa esse interesse de pesquisa.

A indagação que deu origem a essa pesquisa: **Como as mulheres do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza conciliam a condição de**

³ A Pedagogia da Alternância é uma metodologia utilizada pelas Licenciaturas em Educação do Campo e consiste em dividir as atividades do curso em Tempo Universidade (TU) - momento em que os alunos têm aulas presenciais na Universidade, participam de palestras, oficinas, Semanas Acadêmicas, têm orientação acadêmica com os docentes, etc; e Tempo Comunidade (TC) – período em que os estudantes permanecem em suas comunidades desenvolvendo atividades propostas pelos professores durante o TU, realizam estágios remunerados, participam de atividades de movimentos sociais, etc.

mães e de estudantes? Para responder a essa indagação, o objetivo dessa pesquisa foi conhecer e analisar como as mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV conciliam a maternagem, quando os filhos têm idade entre 0 e 11 anos, com a frequência ao curso de graduação no ano de 2023. A escolha deste ano se deu pelo fato de a pesquisadora estar apta a realizar o trabalho de campo neste ano, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFV.

Para atender a esse objetivo optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa⁴, uma vez que esta possibilita um entendimento profundo dos eventos sociais, buscando a compreensão da origem dos mesmos e as razões para sua existência (Haguette, 1995). Sendo assim, esse estudo foi realizado em três etapas: i) a fase exploratória; ii) a fase sistemática da coleta de dados e a iii) fase de análise dos dados coletados. A primeira fase, a exploratória, consistiu de uma revisão de literatura científica sobre a divisão sexual do trabalho como fundamento e razão das desigualdades de gênero, as mulheres e a frequência à educação superior, as mães estudantes na Universidade e suas condições de permanência.

A primeira ação empreendida na fase sistemática de coleta de dados, foi um levantamento, feito junto à Secretaria da Licena, relativo aos endereços eletrônicos das mulheres desse curso e quais eram mães estudantes. O dado sobre a condição de mães estudantes encontra-se disponível na Secretaria desse curso, porque, em todo semestre, os técnicos administrativos fazem esse levantamento, uma vez que essas mães estudantes, durante o Tempo Universidade, ficam hospedadas com seus filhos, no Hotel do Centro de Ensino e Extensão (CEE), localizado no campus universitário, cujos custos da hospedagem ficam ao encargo da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV.

A seguir foi aplicado um questionário às participantes da pesquisa (apresentado no Apêndice A), elaborado conforme Gil (2010), buscando informações em relação às opiniões, planejamentos e vivências das participantes da pesquisa em relação à condição de mães estudantes e à conciliação entre a maternagem, o trabalho (doméstico e remunerado) e a frequência a um curso de graduação. Os dados do questionário permitiram a elaboração do perfil das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.

Levando-se em consideração os diferentes locais de residência das estudantes da Licena, e pelo fato de no período de aulas, ou seja, no Tempo Universidade (TU), as estudantes terem

⁴ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFV – Parecer Consubstanciado nº 6.312.917 e seguiu, durante sua realização, todos os procedimentos de ética em pesquisa com seres humanos.

pouco tempo disponível, o questionário foi enviado eletronicamente para os e-mails das mães estudantes matriculadas na Licena em 2023, no início de novembro de 2023, ficando disponível para o preenchimento por trinta dias. As mães estudantes da Licena matriculadas em 2023 totalizaram trinta (30), das quais vinte (20) preencheram o questionário. A razão pela qual dez (10) mães não responderam ao questionário foi o fato de que seus filhos tinham mais de 11 anos de idade, não atendendo, portanto, ao critério estabelecido na pesquisa para seleção das participantes.

A segunda ação feita na fase sistemática de coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas com oito (8) mães estudantes, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024, de forma remota, por meio da Plataforma *Google Meet*, durante o Tempo Comunidade da Licena, ou seja, quando as mães estudantes se encontravam nos locais de residência, cujo roteiro é apresentado no Apêndice B.

A entrevista semiestruturada, segundo Triviños (1987, p. 146), é aquela que “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. De acordo com esse autor, a entrevista semiestruturada valoriza o pesquisador e ao mesmo tempo possibilita que o entrevistado tenha liberdade e com isso mais espontaneidade ao fornecer detalhes importantes para a pesquisa.

A seleção dessas mães estudantes participantes da pesquisa foi efetuada a partir da manifestação de interesse e disponibilidade das mães estudantes e da organização e análise dos dados coletados por meio do questionário, observando-se os seguintes critérios de inclusão de mães estudantes para assegurar diversidade da amostra: diversidade de pertencimento étnico-racial (mães universitárias, pretas, pardas, brancas, indígenas e quilombolas); de diferentes condições de renda; de diferentes locais de residência (moradoras de zona rural e urbana, residentes em Viçosa, cidades circunvizinhas e residentes em cidades a mais de 100 km de Viçosa); variações quanto à idade dos filhos e o apoio nos cuidados com os filhos (apoio de cônjuge/companheiro ou de membros da família extensa). O número de mães estudantes que foram selecionadas – oito – se deveu às condições de realização da pesquisa, especialmente quanto ao tempo, além de ter sido assegurado, com esse número, a variedade de participantes indicada.

O roteiro da entrevista semiestruturada foi composto de perguntas agrupadas em quatro (4) blocos: dados sociodemográficos; trajetória escolar na educação básica; escolha do curso

superior; vivência acadêmica na UFV, que agregou a conciliação entre o trabalho (doméstico e remunerado), a maternagem e os estudos de graduação e as perspectivas de futuro. Por meio do bloco “dados sociodemográficos” foram obtidos dados sobre idade, cor/raça, número de membros da família e escolaridade de todos, renda familiar, ocupação e escolaridade dos pais (pai e mãe) e avós e local de residência. No bloco “trajetória escolar na educação básica” foram agrupadas perguntas sobre os estabelecimentos de ensino frequentados nas etapas da educação básica, a idade de ingresso em cada etapa, o desempenho escolar, a mobilidade geográfica durante a escolarização, o apoio familiar, a conciliação estudo e trabalho e estudo e maternidade no decorrer da educação básica. O bloco “a escolha do curso superior” teve como finalidade levantar como foram os processos e as razões das estudantes para a escolha da Licenciatura em Educação do Campo, o peso da forma como o curso é organizado – Pedagogia da Alternância – e da militância em movimentos sociais e religiosa na escolha do curso. O bloco “vivência acadêmica na UFV” agrupou perguntas sobre a participação das mães estudantes em atividades na universidade, o desempenho acadêmico, as atividades de lazer e sociabilidade no campus universitário e a integração acadêmica e social no início do curso e nos anos subsequentes, a conciliação entre a vida familiar, o trabalho (doméstico e remunerado) e a dedicação aos estudos, o apoio familiar nos cuidados com os filhos para a dedicação aos estudos, as relações entre a condição de mães estudantes e as vivências no espaço universitário e as perspectivas de futuro

As oito (8) entrevistas foram realizadas no período entre janeiro e fevereiro de 2024, gravadas e, após, transcritas. As análises foram feitas conforme os processos técnicos da análise de conteúdo propostos por Laurence Bardin (2016), realizando-se, assim, a pré-análise, a definição das categorias e das unidades de contexto e a interpretação dos dados.

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2016), envolve procedimentos que visam analisar as comunicações por meio de técnicas que descrevem os conteúdos das mensagens, que possibilitam interpretações e inferências sobre o que está sendo estudado. Dessa forma, esse método é utilizado para interpretar e expor o conteúdo das entrevistas, através de leituras detalhadas dos dados coletados e categorizações, com a intenção de obter os sentidos contidos nas mensagens dos participantes da pesquisa.

De acordo com Bardin (2016), a pré-análise objetiva a seleção dos documentos que constituirão o *corpus* e sua sistematização para posterior análise. Nesta pesquisa o *corpus* foi constituído por oito entrevistas, do qual foram feitas leituras flutuantes.

Após a realização da pré-análise, a segunda fase consistiu na codificação do *corpus* da pesquisa. A codificação, de acordo com Bardin (2016), é o processo em que esse *corpus* é organizado em unidades de análise a fim de realizar as interpretações dos dados gerados.

Para Franco (2008), essas unidades são o pano de fundo que dão significado às falas dos participantes da pesquisa e são importantes para analisar e interpretar o *corpus* da pesquisa. Assim, em cada entrevista foram selecionadas as seguintes unidades de análise: conciliação estudos/trabalho/maternidade, rede de apoio, perspectivas de futuro e ações da UFV para auxiliar as mães estudantes.

Essa seleção foi feita em articulação com os objetivos específicos da pesquisa e com a literatura na área. Após, realizou-se a categorização, também efetuada em separado de cada uma das oito entrevistas realizadas. Segundo Bardin (2016), a categorização se divide em duas etapas: a classificação por diferenciação, seguida de um reagrupamento por analogias. As categorias foram criadas, em parte, *a priori*, ou seja, antes da leitura flutuante do *corpus* da pesquisa, mas também emergiram do conteúdo das respostas dadas pelas participantes da mesma, o que foi feito a partir de uma constante ida e volta ao *corpus* da pesquisa e à literatura que embasou o estudo. Trata-se das seguintes categorias: Conciliação entre o trabalho (doméstico e/ou remunerado), a maternidade e a graduação; rede de apoio para o cuidado com os(as) filhos(as); ações institucionais de apoio às mães estudantes (existentes e demandadas) e perspectivas de futuro quanto aos estudos. A terceira fase da análise de conteúdo consistiu na interpretação dos dados.

A relevância dessa pesquisa encontra-se na geração de conhecimentos sobre os sentidos e significados atribuídos pelas mães estudantes que frequentam a Licença na UFV sobre a conciliação da maternidade, com o trabalho (doméstico e remunerado) e com o curso de graduação, tanto aquelas que trazem seus(suas) filhos(as) pequenos para a Universidade, onde permanecem por 15 dias⁵, quanto por aquelas que deixam seus(suas) filhos(as), durante duas semanas, sob os cuidados da parentagem e vivenciam as preocupações e dores desse afastamento temporário. Outra contribuição acadêmica e social desta pesquisa encontra-se no

⁵ Durante 15 dias, seis (6) vezes por ano, são realizados “Tempos Universidade”, quando as mães estudantes permanecem na UFV e algumas delas trazem seus(suas) filhos(as) para a UFV, os quais permanecem continuamente sob seus cuidados, nesse espaço. As razões pelas quais as mães estudantes trazem seus(suas) filhos(as) para a UFV são: os bebês necessitam de cuidados maternos, como a amamentação; as mães não têm a quem atribuir a função de cuidados com os(as) filhos(as); se as mães permaneceram um período prolongado distante dos(as) filhos(as) pode impactar negativamente o desenvolvimento emocional dos(as) mesmos. Essas mães estudantes desdobram-se entre os cuidados com o(a) filho(a) e a dedicação aos estudos, pois a carga horária diária intensa, durante o Tempo Universidade.

fortalecimento das discussões sobre a inserção das mães estudantes na universidade, em especial aquelas oriundas do campo. Esta pesquisa busca, então, contribuir com as produções científicas acerca da presença das mães estudantes nas universidades públicas, especialmente as mulheres camponesas que são mães e cursam as Licenciaturas em Educação do Campo, organizada na perspectiva da Pedagogia da Alternância.

Esta dissertação se estrutura da seguinte forma: além dessa introdução na qual é realizada a apresentação da minha trajetória escolar e profissional, descritos os objetivos, a justificativa da escolha do tema e os procedimentos metodológicos; no primeiro capítulo intitulado: *Mulheres e Educação Superior* é abordado o referencial teórico que embasa essa dissertação; no segundo capítulo intitulado: *Estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LICENA) da UFV* é feita a descrição e análise dos dados gerados por meio dos questionários aplicados a 20 mães estudantes, cujos filhos tinham entre 0 e 11 anos de idade. O terceiro capítulo intitula-se: *Conciliação entre o trabalho (doméstico e remunerado), a maternidade e o curso de graduação*, cujos dados analisados foram gerados por meio de entrevistas com oito mães estudantes da Licena. No final são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas para a produção desta dissertação.

CAPÍTULO I: MULHERES E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste capítulo é abordada parte da literatura que trata das mulheres na educação superior, considerando-se a divisão sexual do trabalho, vista como basilar às desigualdades de gênero; o acúmulo de atividades desempenhadas pelas mulheres; o processo de entrada tardia das mulheres na educação superior; a presença de mães estudantes nas universidades e as condições de permanência dessas mães estudantes na educação superior.

1.1. A divisão sexual do trabalho: fundamentos e razões das desigualdades de gênero

A divisão dos papéis por sexo conhecida na sociedade resulta de uma construção sócio-histórica reforçada pela cultura conservadora que estabelece uma hierarquização sexual. Os homens se responsabilizam pelo trabalho produtivo, como provedores do sustento financeiro da família, e as mulheres, na condição de cuidadoras, ficam responsáveis pelas atribuições familiares, sem remuneração.

De acordo com essa divisão sexual do trabalho estabelecida houve a clara separação entre espaço público e espaço privado. Sendo aquele o mais apropriado aos homens, enquanto este destinava-se exclusivamente às mulheres. Com isso então se “[...] atribuiu o cuidado do lar para a mulher, função, quando não invisível, tida como de pouco valor social. Enquanto a produção material foi atribuída aos homens, tarefa considerada de prestígio e que confere poder dentro da sociedade” (Sousa; Guedes, 2016, p. 125). A desigualdade de poder acarretou muitos prejuízos ao sexo feminino, em diversos âmbitos, como: econômico, político, educacional e cultural, e em consequência disso as mulheres foram impedidas de garantir melhorias na vida pessoal e profissional.

Devido a essa divisão de alguns papéis apropriados para homens e outros para mulheres, as diferenças entre os sexos colocam-nas em posição de subordinação, uma vez que o poder de decisão fica nas mãos dos homens, que ocupam o espaço público, restringindo a elas o espaço privado, com a realização do trabalho do cuidado, aquele que não é valorizado, não remunerado. “A justificativa para esta divisão entre os sexos se fundamenta no entendimento de que as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos estariam relacionados a habilidades femininas consideradas ‘naturais’” (Fuini; Paula, 2023, p. 294). A partir dessa lógica, o mercado de trabalho foi estruturado, determinando quais papéis seriam ocupados por homens e mulheres, sendo que os primeiros passaram a ocupar os postos de maior prestígio e remuneração. Além

disso, os homens ficaram isentos de responsabilidades no âmbito doméstico e familiar, atividades consideradas inferiores e de pouco valor.

No capitalismo, a separação entre os sexos nos espaços e tempos de produção e reprodução se expandiu. “As mulheres prioritariamente foram designadas para o lugar da reprodução e os homens para a produção” (Alves, 2013, p. 274-275). Mesmo após a entrada da mulher no mercado de trabalho, devido à necessidade de mão de obra para o mundo capitalista, ela continuou com a responsabilidade pelos serviços domésticos, cuidados com os filhos, com os idosos e com os doentes. Mesmo com a conquista das mulheres por liberdade e autonomia, devido a sua inserção no mercado de trabalho, a presença das mulheres predominou em ambientes e ocupações precarizados, mantendo assim sua posição de subalternidade.

Tais condições geraram dificuldades para as mulheres conciliarem vida familiar e profissional. Diante disso, desde o século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, elas participaram de movimentos reivindicatórios de seus direitos. Iniciou-se, nessa época, as chamadas ondas de feminismo. A primeira onda teve como finalidade principal a igualdade de direitos em relação aos homens e o direito ao voto. Porém, “o movimento feminista lutou por muitas outras reivindicações, tais como o direito a condições dignas de trabalho e ao exercício da docência” (Martins, 2014, p. 88). Portanto, a luta travada pelas mulheres visava a garantia de direitos mínimos, como a participação em decisões políticas, direito a um trabalho remunerado e com ambientes apropriados, entre outros, mas que não possuíam devido ao modelo patriarcal e machista vigente e predominante na sociedade.

Em meio a questionamentos femininos contra o sexismo e o preconceito a que as mulheres eram submetidas, e em busca de direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade surge, de acordo com Ricoldi e Artes (2016, p. 151) a segunda onda do movimento feminista que “[...] nasce, em muitos países em finais dos anos 1960, resultado das transformações sociais do pós guerra e dos novos lugares que as mulheres passaram a ocupar fora do espaço privado e doméstico”. Percebe-se, assim, que o pensamento feminino evoluiu concomitantemente às novas configurações sociais e que a luta das mulheres por igualdade de direitos vem de muito tempo atrás, tanto em outros países, quanto no Brasil.

Mas, apesar das reivindicações e lutas das mulheres, a família tradicional, constituída segundo modelos patriarcais e valores tradicionais, era o centro da produção e da reprodução biológica. Contribuindo, assim, para a hierarquização entre os sexos, colocando a mulher em condição de inferioridade social. “A organização dessa família herdou traços da herança cultural portuguesa fundamentada no direito paterno, no poder patriarcal, centrado na ideia do

homem como chefe de família e na submissão e reclusão da mulher” (Alves, 2013, p. 276). Este modelo patriarcal das famílias muito contribuiu para que a mulher fosse colocada em posição de submissa, sofrendo opressão e sendo obrigada a permanecer no ambiente do lar, cuidando dos filhos e das tarefas domésticas.

A família patriarcal, então determinada como o ideal familiar, colocou o homem em posição de superioridade em relação à mulher e deu origem ao que foi intitulado dominação masculina. Essa dominação vem moldando as relações entre homens e mulheres, determinando a forma de se relacionarem e reforçando as desigualdades entre eles, definindo quais papéis sociais cada um deles pode assumir. Segundo Alves (2013, p. 280), “[..] podemos observar a determinação de um modelo ideal de família no qual reafirmava-se o espaço privado, doméstico, como natural às mulheres, determinado pelas necessidades da maternidade e realização das capacidades de trabalho femininas [...]”. Deste modo responsabilizando exclusivamente a mulher como cuidadora dos filhos e das tarefas do lar, enquanto o homem ocupa o espaço de negócios, de trabalho produtivo nos ambientes públicos.

A descoberta do sexo biológico de um bebê já torna determinante a forma como este será tratado pela família e por toda sociedade. A masculinidade e a feminilidade são construções sociais que as crianças adquirem com a educação que recebem no âmbito familiar e também devido aos fatores externos a que são expostos no decorrer da vida. De acordo com Nunes (2011, p. 71) desde pequenas “as meninas são orientadas a desempenhar um papel de apoio, doméstico, e os meninos, a adotar uma atitude competitiva [...]”. A definição de tarefas femininas e tarefas masculinas reforçou a opressão e submissão a que as mulheres eram submetidas.

Nota-se que desde a infância as crianças são incentivadas a reproduzir determinados comportamentos de acordo com seu gênero. As meninas desde muito novas são ensinadas que devem ser excelentes donas de casa, dedicando seu tempo quase totalmente ao lar e aos filhos. Já os meninos recebem o ensinamento de serem fortes, corajosos e racionais, devendo ser os responsáveis pela tomada de decisões familiares. Dessa maneira, em relação à carga horária trabalhada por homens e mulheres, destaca-se que “[...] quando são levadas em conta as tarefas domésticas, as mulheres do mundo inteiro acabam trabalhando o dobro de horas dos homens” (Wolf, 2020, p. 43). As mulheres claramente têm uma sobrecarga de trabalho no ambiente doméstico, desde muito pequenas, diferente dos homens que realizam tarefas pontuais, isso quando as realizam nesse ambiente.

O fato de a mulher ser a responsável por gerar os filhos faz com que a maternidade se torne um motivo para mantê-la refém dos cuidados com a prole, sendo assim uma forma de manutenção do sistema patriarcal. E, de acordo com Bourdieu (2012, p. 33), sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade, trata-se de uma “construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, [...] de seus usos e suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica [...] da divisão sexual do trabalho”. Sendo assim as atividades ditas “pesadas” que exigem força física, por exemplo, ficam ao encargo dos homens, pois estes são vistos como providos de força e virilidade, cujos trabalhos geram produção. Já as mulheres ficam responsáveis por atividades “leves” que exigem delicadeza, paciência e docilidade, como os afazeres domésticos e o trabalho do cuidado, ou seja, os trabalhos reprodutivos.

Deste modo, as imposições de ordem masculina ao sexo feminino ocorrem de maneira implícita na rotina da divisão de trabalho, excluindo as mulheres dos lugares ditos masculinos (Bourdieu, 2012). Com isso, as mulheres ignoravam a subordinação em relação aos homens e acreditavam que as funções que foram atribuídas pela sociedade eram naturais (Touraine, 2010), ou seja, as mulheres ficavam subordinadas às regras e limites impostos pelo sexo masculino até pouco tempo atrás. Aos poucos a mulher tem se tornado mais empoderada, e desta forma tem conseguido enfrentar com mais força as imposições sociais.

Desde os primórdios de nossa sociedade as mulheres eram dependentes dos homens, quando solteiras deviam obediência e respeito ao pai, após o casamento passaram a ser submetidas à aprovação e autorização dos maridos. Para Almeida (1998, p. 178) “preparadas para serem donas de casa, o casamento sempre foi o destino natural para mulheres e a solteirice ou era mal vista ou causava pena”. Portanto, a família era vista como o centro da vida da mulher, fazendo com que a identidade feminina tivesse como referência seu lar.

Reforçando a existência das imposições sociais ao sexo feminino, segundo Marques; Santos; Daniel (2022, p. 2) “[...] desde o nascimento, as meninas são presenteadas com bonecas e acessórios como se fossem treinadas para cuidar de seus futuros filhos [...] onde prevalece a imagem de esposas e boas mães, que sabem cozinhar e cuidar da casa”. Em contrapartida, os meninos desde bebês recebem de presentes brinquedos como carros, bolas, ferramentas de mecânico, brinquedos de construção, entre outros. Isso posto, notamos a discrepância entre a forma de tratamento entre meninas e meninos. Para estes, a educação direcionada à independência, autonomia, trabalhos que desenvolvem o intelectual. Para aquelas, ensinamentos sobre cuidados, organização, proteção, relacionando-as ao trabalho do cuidado.

As mulheres são ensinadas durante a vida a dedicar seu tempo no aprendizado de atividades que lhes serão úteis quando se tornarem mães e boas donas de casa, após o casamento. Já os homens, de acordo com os autores, “historicamente [...] não são instruídos a serem pais, mas trabalhadores, políticos, engenheiros, jogadores, bem como a constituir diversos atributos que reafirmem a masculinidade, como força e poder [...]” (Op. cit., p. 6). Enfim, a mulher deveria ocupar-se dos cuidados dos filhos e da casa, diferente dos homens, que deveriam se ocupar de trabalhos externos ao lar. Nota-se, deste modo, que o trabalho remunerado sempre foi uma forma de reafirmar a masculinidade do homem, enquanto o trabalho doméstico preserva a honra feminina.

Historicamente, aos homens foi reservado o trabalho produtivo desenvolvido fora do âmbito doméstico, já a mulher, a totalidade da responsabilidade do trabalho reprodutivo, doméstico, de organização da casa e cuidado de crianças (Saalfeld, 2019). Evidenciando, assim, os papéis que cada sexo deveria se ocupar na sociedade, estando os homens em posição de dominação e as mulheres na posição de subordinação.

A partir da divisão sexual do trabalho a mulher ficou subordinada ao sexo masculino, gerando a desvalorização de sua força de trabalho. Conforme Hirata e Kergoat (2020, p. 23):

[...] a divisão sexual do trabalho tem por característica a atribuição prioritária das mulheres à esfera reprodutiva enquanto os homens são designados à esfera produtiva. Paralelamente, os homens captam as funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Quanto à estrutura mesma da divisão sexual do trabalho, trata-se em primeiro lugar da separação entre ‘trabalho de homem’ e ‘trabalho de mulher’ [...].

Portanto, com a divisão sexual do trabalho, além das atividades desempenhadas serem separadas de acordo com o sexo, aquelas desempenhadas pelas mulheres eram consideradas de menor ou nenhum valor. Além do que “[...] as obrigações domésticas impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas de tempo parcial [...]” (Sorj, 2004, p. 108). O sexo feminino, se depara então, com muitas limitações no decorrer da vida pessoal e profissional, devido à dominação masculina que prevalece na sociedade até os dias atuais. Mesmo quando exerce um trabalho remunerado, por exemplo, a mulher se depara com condições precárias, baixa remuneração e inferiorização social.

Devido à divisão sexual do trabalho, que responsabiliza as mulheres pelos cuidados da casa e da família, elas ficam sempre sobrecarregadas, e conseqüentemente faz com que o tempo destinado à profissão e à carreira seja limitado (Gomes, 2020). Devido a isso, por um longo

período as mulheres sempre foram totalmente submissas aos homens (pais e maridos) emocional e economicamente, conseqüentemente distantes do mercado de trabalho.

Desta forma, a inferioridade social feminina é discutida por Bourdieu (2012) por meio do conceito de divisão sexual do trabalho. O autor alega que, através da realização das atividades ditas femininas e determinadas pela sociedade, as mulheres permanecem ocupando tal posição e fazendo escolhas profissionais encobertas pela “vocação”, especialmente em áreas que auxiliam a manutenção de seus lugares na condição de diminuídas e inferiorizadas. “Assim, não se abrem horizontes profissionais para elas, pois a educação em geral visa prepará-las para a carreira doméstica” (Alves, 2013, p. 283). A questão da vocação é muito forte ainda hoje, pois há a crença de que as profissões que exigem paciência, docilidade e “jeito” devam ser exercidas somente pelas mulheres, o que as limita consideravelmente. Assim é quase impossível a mulher adentrar em carreiras que tem características mais voltadas ao masculino, de acordo com a construção social.

Quando há inserção feminina no mercado de trabalho assalariado, Fuini e Paula (2023, p. 310) afirmam que “neste contexto, aparecem as categorias nas áreas da educação e da saúde, com profissões que são exercidas majoritariamente por mulheres – professoras, auxiliares de creche, enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem”. Que são áreas de trabalho que exigem uma enorme carga de trabalho e se caracterizam por atividades de cuidado com o outro. De acordo com dados obtidos no Registro Escolar da Universidade Federal de Viçosa, no ano de 2023, os cursos superiores com maior número de mulheres, tanto ingressantes, quanto concluintes, são de fato aqueles relacionados às áreas de educação e saúde: Licenciaturas em Educação Infantil, História, Letras, Biologia, Educação do Campo, Pedagogia, além de Medicina, Medicina Veterinária e Nutrição.

A presença das mulheres em cursos superiores relacionados à cuidados se torna quase uma regra, como Gouvêa (2023, p. 53) completa “[...] tanto o trabalho não remunerado na esfera privada da família, quanto o trabalho formal de cuidado remunerado são predominantemente realizados por mulheres [...]”. Desse modo, a atuação feminina no espaço público pode ser considerada quase que uma extensão das atividades desempenhadas pelas mulheres em seus lares. Empregos como domésticas, babás, cuidadoras de idosos, psicólogas, fisioterapeutas são exemplos de atuações femininas que têm relação direta com o cuidado.

A dominação masculina é uma condição para a organização da sociedade, pela divisão entre masculino e feminino, pois “incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (Bourdieu, 2012, p.

25). Fica claro assim que a divisão sexual do trabalho surge a partir da ideia de que o homem é superior à mulher, dessa forma acarreta em diferenças entre os direitos entre ambos os sexos no tocante aos direitos e deveres na sociedade. O poder que o homem exerceu, e até hoje exerce, de certa forma, sobre a mulher, é o que reforça a dominação masculina.

Segundo Souza (2014, p. 20), “o histórico limitador das mulheres nos espaços públicos está atrelado e, sobretudo, ancorado na cultura hegemônica androcêntrica e nas desigualdades de gênero, restringindo sua participação aos espaços privados, à “natureza”, ao cuidar e procriar”. Portanto, vivendo nesse contexto de dominação e submissão, as atividades femininas ficaram reduzidas ao trabalho no lar e aos cuidados dos filhos. Manter a mulher casada e restrita ao âmbito doméstico contribuiu muito para manter os papéis sociais definidos, com o homem exercendo total poder sobre ela.

Em relação à mulher, de acordo com Vaitsman (2001, p. 14) “seu lugar era na esfera privada definida pelas suas relações na família, como filhas e esposas, e não na esfera pública definida pelos princípios universalistas e igualitários do mercado, e mais tarde, da cidadania”. Dessa forma fica evidente que a mulher era totalmente privada da possibilidade de buscar ampliar sua formação, levando em consideração que a ela cabia apenas o espaço do lar e as atribuições nele desenvolvidas. Enquanto o homem dominava o espaço público, sendo essa diferença de ocupação dos espaços responsável pela subordinação e opressão feminina. No momento presente ainda percebemos uma hierarquização nas profissões ocupadas pelas mulheres, dado que nos cargos de chefia, de poder, de política, ainda há o predomínio dos homens.

A sociedade perpetua a divisão sexual do trabalho, ainda hoje, em meio a globalização, e continua considerando as mulheres como principais responsáveis pela esfera privada. Isso porque mesmo ampliando sua atuação profissional e social a mulher ainda continua sendo a principal responsável pelas atribuições familiares e domésticas. A participação masculina, no ambiente privado, é, portanto, “[...] não só limitada, mas seletiva, e corresponde às tarefas socialmente mais valorizadas” (Sorj, 2004, p.113). E muitas das vezes tarefas que socialmente se dizem de perfil feminino, quando é realizada por um homem se transforma de desvalorização ao reconhecimento.

De acordo com a divisão sexual do trabalho há uma separação entre as profissões para homens e aquelas destinadas às mulheres. Separação e além disso, hierarquização, porque o trabalho do sexo masculino vale mais do que um trabalho de mulher, simbólica e economicamente (Kergoat, 2009). Essa diferença entre o valor de uma mesma atividade ser

realizada por uma mulher e por um homem resulta em diferença salarial, discrepância entre as possibilidades de crescimento na carreira, entre outras, ficando o público feminino restrito a poucas profissões e com dificuldades de ingresso no mercado de trabalho.

Devido a todas essas limitações e dificuldades, segundo Biroli (2016, p. 730) mesmo “com todas as transformações que ocorreram nas últimas décadas, as mulheres continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa”. Fica claro assim, que mesmo após a inserção da mulher no mercado de trabalho, devido à necessidade de mão de obra, ela possui condições precárias no local de trabalho remunerado e ainda tem como sua responsabilidade o trabalho doméstico e a criação dos filhos, diferente do homem que pouco ou nada contribui na esfera doméstica.

Ao observamos cuidadosamente a rotina diária de uma mulher que tem filho, perceberemos que ela se divide em realizar as tarefas domésticas, levar o filho a escola, levar o filho ao médico, quando necessário, preparar os alimentos para a família, executar as atividades no seu ambiente de trabalho remunerado. Já em contrapartida, o homem no seu dia a dia raramente efetua essas atividades. Sendo assim, de acordo com Sina (2005, p. 1), “[...] poucos homens ousariam, em sua consciência, abrir mão de um tempo em sua jornada para levar o filho ao médico, em um momento crítico, ou para participar de uma reunião na escola, mesmo que fosse imprescindível sua presença”. Fica evidente assim que o cuidado com os filhos fica a cargo das mulheres, e elas que precisam se desdobrar para conseguir conciliar tantas atribuições.

O desdobramento das mulheres para cumprirem todas as atividades dos diversos papéis socialmente definidos como sendo de responsabilidades exclusivas do sexo feminino, têm impactado negativamente o tempo para lazer, para descanso e sua saúde. O que vai ao encontro do que afirma a autora Cruz (2005, p. XIX) quando afirma que “[...] nos últimos tempos, muitas mulheres têm pago um alto preço em qualidade de vida, saúde física e mental, tentando conciliar, de forma quase heroica e solitária, todas as demandas de seus múltiplos papéis”. Consequentemente, é cada vez mais necessário a busca feminina por profissionais da psicologia para cuidarem da saúde mental e aprenderem a lidar com tantos desafios e cobranças impostos pela sociedade.

Em relação à entrada da mulher no mercado de trabalho, pode ser considerado um avanço relativo, devido ao fato de que não houve contrapartida da participação masculina na divisão do trabalho doméstico e também houve em algumas situações “[...] a reação masculina

violenta à desestabilização ou ameaça do modelo do pátrio poder das relações conjugais” (Venturi; Recáman, 2004, p. 20-21). Ainda é muito incomum a divisão de tarefas domésticas e cuidados com os filhos igualmente entre o casal. Nota-se, assim, que em nossa sociedade ainda estamos distantes do rompimento total das relações patriarcais, e da conquista igualitária de direitos por parte das mulheres.

Ao inserir-se no espaço público, através do trabalho remunerado, a mulher distanciou-se do espaço privado, possibilitando assim um novo entendimento sobre o espaço doméstico e sobre as relações opressivas e de submissão. A partir disso iniciou-se o rompimento das relações de poder existentes dentro dos lares até então. É notável o avanço nas conquistas de direitos por parte das mulheres, porém também “[...] crescerem enormemente seus encargos e atribuições, com a duplicação da jornada de trabalho e o aumento das pressões por excelentes resultados em seu desempenho profissional, intelectual e pessoal, muito acima do que se exige dos homens” (Rago, 2004, p. 39). Observa-se que a cada direito que o público feminino alcança junto vem uma nova demanda, e a cada passo rumo à sua independência a mulher precisa provar a todos sua competência, e com isso, na maioria das vezes, quando ocupa um mesmo cargo que o homem, ela precisa se esforçar e demonstrar que é capaz, trabalhando mais que ele.

As mulheres obtiveram alguns avanços desde a conquista do ambiente público, devido à possibilidade de desempenhar um trabalho remunerado, porém, Gouvêa (2023, p. 22) ressalta que, “ainda perduram diversas barreiras discriminatórias que limitam o acesso e a ascensão no campo profissional [...]”. Complementando esse fato, a autora Souza (2014, p. 87) afirma que “as mulheres são maioria nas áreas consideradas “tipicamente femininas”, de menor prestígio econômico e social”. Apesar de ter adentrado no mercado de trabalho as diferenças entre as condições para homens e mulheres ainda são notáveis. Em cargos de liderança, por exemplo ainda é muito raro encontrarmos uma mulher. Portanto, são urgentes e necessárias ações eficazes e inclusivas para as mulheres nos diversos setores de trabalho.

Por muitos anos a possibilidade de a mulher trabalhar fora do lar era uma meta quase impossível, e quando conseguia se inserir em alguma formação era no magistério ou na enfermagem, nas demais áreas era muito restrito (Almeida, 1998). Ficando evidente assim, que as profissões a serem ocupadas pela mulher, eram, na verdade, extensões de atividades já desempenhadas por ela no espaço do lar, ou seja, atividades relacionadas ao cuidado. Sendo o trabalho do cuidado não valorizado e não reconhecido, portanto refletindo em profissões mal remuneradas e mal valorizadas também.

De acordo com Vaitsman (2001, p. 20)

[...] mesmo nas condições do capitalismo avançado – na prática as mulheres ainda têm sido as principais responsáveis pela procriação e pela esfera da reprodução doméstica. E na ausência de uma figura – e, sobretudo, de uma renda masculina, a dicotomia é rompida, mas isso pode, ao contrário de emancipação, significar para a mulher sobrecarga de trabalho, pobreza e solidão.

O trecho acima deixa claro que as mulheres que por um motivo ou outro decidem viver sozinhas pagam um preço por isso. Ao invés de significar liberdade e autonomia, isso pode gerar ainda mais transtornos em sua vida, os casos das mães solo, são ainda mais complexos, pois a figura feminina além dos cuidados maternos e com a casa, são as únicas provedoras do sustento familiar.

Durante o árduo caminho percorrido, no âmbito do seu desenvolvimento e crescimento profissional, tendo que lidar e enfrentar diversos desafios, exigindo também uma eficiência no trabalho além do que é exigido do homem, “a mulher necessitou encarar diversas lutas para conquistar seus objetivos e se desvencilhar da ideia arcaica de que sua função seria apenas ser reprodutora, cuidadora dos filhos e do lar [...]” (Gouvêa, 2023, p. 23). Mesmo as conquistas sendo sinônimo de mais trabalho, mais papéis a ocupar e mais sobrecarga para ela, a mulher seguiu lutando para ocupar mais espaços na sociedade. Indo ao encontro dessa ideia, os autores Venturi e Recámam (2004, p. 23), afirmam que “a maioria das brasileiras acumula o trabalho remunerado com o trabalho doméstico não pago, suportando a experiência estafante da dupla jornada – um dos traços mais característicos de sua identidade de gênero”. Devido aos cuidados maternos e aos serviços domésticos, o tempo disponível da mulher se tornam escassos, impossibilitando-a de realizar horas-extras no trabalho, quando necessário, sendo assim mais um agravante na diferença em relação ao homem, pois ela é vista como menos disponível e menos eficiente no mercado de trabalho.

Pelo fato da quase inatividade do homem no âmbito doméstico e familiar, há uma sobrecarga de atividades que a mulher precisa suportar, as disparidades são ainda maiores em lares onde as condições socioeconômicas são menores. Dessa forma “[...] é importante refletir sobre o constatado aumento da carga de trabalho sobre as mulheres, especialmente sobre as menos favorecidas economicamente” (Rago, 2004, p. 40). Levando em consideração que as mulheres com poder aquisitivo melhor podem pagar alguém, que quase sempre é outra mulher, para fazer o trabalho doméstico, muitas vezes para cuidar dos filhos também, para preparar os alimentos para a família. Já aquelas mais pobres, além do trabalho doméstico do próprio lar, realiza as atividades domésticas como trabalho remunerado, ficando assim sobrecarregada de

atividades e deveres. Tendo ela que contar, quase sempre, com redes de apoio, como familiares e vizinhos para cuidarem se seus filhos enquanto trabalham fora de casa.

Devido às imposições sócio-históricas que a mulher sempre sofreu, de que possui menos valor, menos força e menos poder que o homem, de acordo com o ponto de vista delas, “[...] família, trabalho e profissão são elementos inseparáveis; matrimônio e filhos são importantes motivações pessoais e se constituem sérios obstáculos para estas se inserirem no mercado de trabalho e fazer parte da população economicamente ativa [...]” (Almeida, 1998, p. 48). Logo, fica evidente que ao mesmo tempo em que o casamento e os filhos são motivações para que as mulheres busquem um emprego remunerado e também oportunidades de melhorar sua formação, e conseqüentemente melhores condições de vida para toda a família, eles acabam se tornando desafios, uma vez que elas conciliam concomitantemente o trabalho remunerado, o trabalho do cuidado e os estudos.

Com a conquista da mulher pela ocupação do espaço público, de acordo com Soares (2004), “ao entrarem no mercado de trabalho, elas enfrentam uma estrutura masculina que dificulta compatibilizar o trabalho remunerado com a vida pessoal e comunitária” (Soares, 2004, p. 177). Com isso as mulheres quase sempre se veem obrigadas a buscar empregos de período parcial, uma vez que, mesmo com o trabalho externo elas têm o espaço doméstico para cuidar. Fazendo assim, com que as áreas laborais que ocupam, sejam precarizadas, com baixos salários e funções diferentes da sua profissão, em troca de jornadas mais flexíveis.

Segundo Gouvêa (2023, p. 53) “[...] se na esfera doméstica a sobreposição de tarefas atribuídas às mulheres é uma realidade evidenciada, no âmbito profissional, a carreira é impactada de uma ou de muitas formas, ainda como consequência de uma desigual divisão do trabalho [...]”. As principais funções da mulher, eram cuidar dos filhos e das tarefas domésticas. E quando iniciaram as lutas, no intuito de reivindicar o direito de participação mais plena na sociedade, as mulheres foram vistas muitas vezes como uma ameaça à ordem imposta, sempre baseada nos interesses masculinos. Portanto, a esfera pública era destinada aos homens e a esfera privada destinada às mulheres.

Os autores Melo e Montoya (2016, p. 11-12) afirmam que

[...] as relações de gênero, percebidas como constructos sociais que definem papéis diferenciados para homens e mulheres, são permeadas pelo poder, que, no decorrer da história da humanidade, vem reproduzindo e legitimando a sistemática da desigualdade de gênero, juntamente com as desigualdades das relações sociais.

Dessa maneira, em decorrência das desigualdades nas relações sociais, como afirmam os autores acima, há reprodução das desigualdades de gênero, sendo assim, “[...] presencia-se uma sobreposição das atribuições profissionais, domésticas e familiares na vida das mulheres, gerando uma dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, com conseqüente desgaste para sua saúde física e mental” (Gouvêa, 2023, p. 24). Com tantos papéis a desempenhar, pouco ou nenhum tempo de descanso, de lazer e entretenimento sobra a mulher, e muitas das vezes nota-se um desgaste e adoecimento grande do sexo feminino, devido à sobrecarga de tanto trabalho e tantas funções.

É muito comum a extensão das atividades profissionais para o âmbito familiar por parte das mulheres e isso tem como efeito a utilização de finais de semana e a sobreposição com as outras tarefas da casa, como os cuidados com as crianças e o próprio trabalho doméstico. “Este cenário favorece o surgimento de conflitos, na grande maioria das vezes decorrentes de uma desigual divisão sexual do trabalho entre os membros da família [...]” (Gouvêa, 2023, p. 166). Devido ao fato de o homem executar o trabalho “pesado”, fora do lar, muitas vezes permite com que ele se posicione contrariamente à realização de atividades domésticas, sendo um pensamento machista de que sua função é apenas garantir o sustento familiar.

A trajetória de diferenças entre os gêneros, devido ao sistema patriarcal da nossa sociedade, foi responsável pela determinação da ocupação dos espaços, segundo o que Souza (2014, p. 162) afirma: “[...] homem, para os espaços públicos, o político, e as mulheres para o privado ou, quem sabe, conforme a história recente, para as duplas e triplas jornadas de trabalho”. E mais uma vez percebe-se que é cobrado da mulher um preço muito alto devido a sua inserção no mercado de trabalho, pois esse foi um avanço muito grande, porém, o trabalho doméstico e a criação dos filhos continuam sob sua quase ou total responsabilidade, fazendo com que haja mais disparidade entre os gêneros.

De acordo com Santos (2011, p. 94), “o problema, na sua raiz, não é apenas econômico, mas cultural: enquanto a conciliação entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, a base da divisão sexual não será ameaçada [...]”. Destarte, é perceptível que as mulheres devem lutar e reivindicar direitos iguais em relação aos homens, tanto no mercado de trabalho quanto na divisão dos afazeres domésticos e cuidados com a prole. Também é urgente e necessário a elaboração de políticas públicas, conscientização da sociedade e medidas de empresas particulares no intuito de garantir a equidade de gênero.

Em consequência das discrepâncias de distribuição de renda entre a população e com isso as grandes desigualdades sociais, algumas mulheres, apesar de tudo, ainda conseguem terceirizar os serviços da casa, pagando quase sempre outra pessoa do mesmo sexo. Porém, há aquelas “mulheres que se inserem mais precariamente no mercado de trabalho [e] estão em pior condição para negociar a repartição das tarefas domésticas com os parceiros” (Sorj, 2004, p. 115). Essa é a realidade da maioria das residências brasileiras, pois devido ao crescimento da urbanização e a necessidade de aumentar a mão de obra, tanto mulheres quanto crianças foram inseridas em trabalhos fora do lar. E devido a isso, as mulheres recebem salários menores, pois há a compreensão de que a renda delas é apenas complementar em relação aos companheiros (Lemos, 2011). Sendo assim, pode-se inferir que, quando a mulher tem um nível educacional mais elevado, maiores chances de obter empregos com melhores condições salariais, e também mais informações terão e poderão reivindicar seus direitos, no âmbito público e também no espaço doméstico.

No entanto, devido a distribuição desigual do trabalho na esfera privada, há uma sobrecarga sobre as mulheres que, conseqüentemente, possuem menos tempo para dedicar-se à profissão, à aprendizagem e à sua qualificação. E estes fatores contribuem para mantê-las em desvantagem em relação aos homens, prejudicando o seu desenvolvimento no mercado de trabalho (Melo; Morandi, 2021), dificultando e até impedindo, em algumas situações, sua inserção no meio acadêmico. Segundo os autores então, o curso superior que é entendido como uma possibilidade de melhorar as condições de vida da mulher e de toda a família, através da formação adquirida, dando a ela a chance de obter um emprego melhor, fica distante devido à falta de tempo disponível para dedicação aos estudos.

A mulher sempre se esforçou para obter sua emancipação e vencer a invisibilidade no meio educacional, e mesmo nos dias atuais ainda se depara com muitas barreiras em cursos que são de essência masculina. De acordo com a autora Martins (2014, p. 95), “[...] a luta das mulheres inclui [...] a busca pela ampliação e prolongamento da escolarização, com objetivo de igualar e/ou compensar as defasagens encontradas no mercado de trabalho, no qual ocupando os mesmos postos que os homens, as mulheres ganham menos [...]”. No intuito de conseguir melhores condições de trabalho e possuir um curso superior o público feminino encontra mais uma jornada a incluir em sua rotina diária. Se fizermos uma retrospectiva das mulheres na sociedade, perceberemos que conseguiram avançar consideravelmente desde o início da história do ensino superior, porém, percebe-se que mesmo com mais anos de escolarização que os homens, elas ainda têm um longo caminho a percorrer para alcançar a tão sonhada igualdade.

De acordo com o Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP em 2021, as mulheres brasileiras são maioria nos cursos superiores, porém ainda enfrentam inúmeros desafios para efetivar a ascensão na carreira profissional, pois ainda é muito discrepante a quantidade e qualidade de oportunidades de empregos que elas recebem se comparadas aos homens. Portanto, “para cada conquista das mulheres, um impasse, um desafio, de modo que as palavras – obstáculos e lutas são as mais usuais quando o assunto é educação brasileira e o direito das mulheres” (Souza, 2014, p. 166).

Para Sina (2005), em seu livro *Mulher e Trabalho – o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade*, de maneira geral a presença das mulheres no mercado de trabalho tem se ampliado, da mesma maneira que o nível de escolaridade e os segmentos onde elas aparecem.

Por meio da escolarização a mulher pode alcançar seus objetivos e direitos, tendo condições de enfrentar todas as imposições, obstáculos e desafios da sociedade machista e patriarcal. Com uma formação mais elevada ela passará a compreender que tem direitos, possivelmente conquistará autonomia financeira, perceberá o direito de igualdade na divisão de tarefas domésticas, nas atividades relacionadas à maternagem, entenderá que deve ter as mesmas condições salariais dos homens.

Em vista disso, “promover discussões sobre a condição da divisão sexual do trabalho é fundamental para que a hierarquização entre os sexos deixe de ser entendida como algo natural e seja percebida como uma construção social passível de transformação” (Fuini; Paula, 2023, p. 301). A afirmação das autoras nos leva a refletir sobre como nossa sociedade é carente de ações afirmativas que fortaleçam a importância da igualdade de gênero e da grande necessidade de abertura de espaços igualitários. É imprescindível desenvolvermos uma sociedade mais justa e menos desigual, por meio de práticas que desmistifiquem a ideia de que há um sexo melhor e com mais poder que o outro.

De maneira geral sabe-se que a responsabilidade das tarefas domésticas e de cuidado dos filhos deve ser compromisso de todos e precisa ser colocada pelo Estado como prioridade na criação de políticas de superação de fragilidade das mulheres, viabilizando mais tempo, renda e energia para a participação da vida pública (Gomes, 2020).

O cenário de desvalorização do trabalho feminino e os obstáculos impostos às mulheres em relação a igualdade de direitos no mercado de trabalho e na inserção no ensino superior, em busca de um maior nível de escolarização precisa ser revertido, com a elaboração de políticas públicas que favoreçam a organização do trabalho tanto para homens quanto para mulheres, e também garantam melhores condições para o público feminino no ambiente

acadêmico. Visto que as mudanças necessárias para acabar com o trabalho feminino precário e as desigualdades de formação das mulheres terão peso “somente através do apoio social, associado às produções de conhecimento científico e organização dos trabalhadores nas reivindicações políticas por melhores condições de trabalho [...]” (Fuini; Paula, 2023, p. 311). Portanto, a produção de novas pesquisas e debates abordando o tema são de extrema importância para fortalecer o movimento de busca pela garantia de direitos das mulheres nos diferentes contextos: pessoais, sociais, profissionais, educacionais, entre outros.

1.2. Mulheres universitárias

A busca feminina pelo curso superior só aumenta com o passar dos anos. Apesar de que no Brasil, em específico, ao longo de boa parte do século XIX as mulheres não eram aceitas nas faculdades (Sina, 2005). Nota-se que a ampliação na formação feminina é relativamente recente se considerar o processo de formação ao qual os homens tiveram acesso e direito. E, ao concluir um curso superior a mulher aumenta consideravelmente suas chances de conseguir um emprego, por este motivo a graduação é tão almejada pela maior parte do público feminino.

A educação destinada às mulheres sempre teve relação com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos, diferente daquela destinada aos homens, que era sempre voltada para profissões de prestígio social. Isso se deve, muitas vezes, aos preconceitos que sempre sofreram devido ao patriarcalismo dominante em nossa sociedade (Silva et al, 2021). Devido a essa limitação foi difícil e longo o caminho percorrido pelo sexo feminino em busca de seus direitos, inclusive de poder ter uma formação assim como o sexo masculino.

De acordo com a autora Martins (2014, p. 84-85) “às mulheres coube a educação primária voltada aos conteúdos morais e sociais, dirigidos para o aprimoramento do papel de mãe e esposa. A educação secundária estava restrita, em sua maioria, ao magistério [...]”. Nota-se assim que o direito à educação para as mulheres sempre teve direcionamento para o trabalho do cuidado, seja no ambiente do lar, seja no trabalho remunerado, como professoras do ensino primário. Deste modo, avançar rumo ao ensino superior representou para a mulher dentre outras coisas a chance de conseguir conquistar melhores condições no mercado de trabalho.

Em pouco tempo, a profissão de professora assumiu traços de maternidade e foi moldada para a formação de donas de casa e mães de família eficientes, no entanto “[...] esse foi o primeiro passo dado pelas mulheres no período a fim de adquirir alguma instrução e conseguir o ingresso numa profissão” (Almeida, 1998, p. 23). Durante longos anos o magistério foi quase exclusivamente a única atividade profissional que as mulheres tiveram o direito de exercer e

conseguir uma inserção no espaço público, uma vez que as demais profissões lhes foram proibidas, dessa forma a profissão se feminizou logo.

De acordo com Almeida (1998, p. 37)

Nos primeiros anos do século XX, algumas conquistas femininas permitiram às mulheres frequentar escolas, porém não as universidades; tinham a possibilidade de trabalhar no magistério, mesmo ganhando pouco, e possuíam um pouco mais de liberdade, embora severamente vigiada.

Assim sendo, nota-se que a permissão feminina para estudar e trabalhar fora do ambiente doméstico foi tardia, e ainda assim, com muitas limitações, provocando assim uma grande restrição de mobilização social e extrema dificuldade de equalização de oportunidades entre os sexos.

Como a universidade se trata de um ambiente público, direcionado ao sexo masculino, foi bem tardia a permissão para que o sexo feminino pudesse frequentá-lo. Segundo Silva (2010, p. 4) “as mulheres no Brasil só foram autorizadas a frequentarem um curso superior no ano de 1879 quando a elas fora concedido o direito de frequentarem o ensino universitário por Dom Pedro II, então Imperador do Brasil”. Então até 1879, aproximadamente, a educação superior foi negada ao sexo feminino, fazendo com que o espaço acadêmico fosse exclusivamente masculino. Portanto, foi por meio de muitas lutas e enfrentamentos que as mulheres conseguiram ter acesso à escola. Se na educação básica já foi muito tardia a entrada do sexo feminino, o ingresso no ensino superior não se deu de maneira diferente.

A gradativa inserção feminina no ensino superior e também no mercado de trabalho nos últimos anos, contribuiu para acentuar as dificuldades na construção da equidade de gênero, no tocante ao uso do tempo para as mulheres estudarem, trabalharem, cuidarem da família e cuidarem-se. Isso porque de acordo com Gouvêa (2023, p. 42), “[...] mulheres e homens não têm as mesmas oportunidades nas mais diversas áreas da vida social: na educação, na carreira, na família, no esporte, entre outras esferas da vida em sociedade. [...]”. Evidenciando mais uma vez as desigualdades que sempre persistiram entre os gêneros em todos os âmbitos da sociedade, uma vez que foi construída social e historicamente a ideia de que o homem tinha a obrigação apenas de prover o sustento da família, ficando a cargo da mulher todas as outras responsabilidades familiares.

Com o passar dos anos e dos avanços alcançados pelo sexo feminino, no intuito de ampliar sua formação e em consequência disso melhorar suas chances de emprego e ampliar sua possibilidade de crescimento na carreira, notamos que, “de meados dos anos de 1970 para cá, nota-se uma tomada de força, no que tange ao ingresso das mulheres, sobretudo na educação

superior, fruto do ativismo feminista e da consciência de gênero entre elas, das frequentes reivindicações e políticas de gênero [...]” (Souza, 2014, p. 65). Deste modo, a vontade de avançar nos estudos e conquistar um diploma significava muito para essas jovens. Dentre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para continuarem os estudos destacam-se o difícil acesso à escola, o matrimônio, a criação dos filhos, o trabalho doméstico e o trabalho remunerado.

Observa-se que “a ampliação do acesso de mulheres ao ensino superior ocorre, em parte, como consequência da própria expansão desta etapa de escolarização no mundo como um todo” (Artes; Ricoldi, 2016, p. 82). A entrada das mulheres no ensino superior no Brasil foi então uma das conquistas sociais de gênero mais importantes, o que repercutiu em diferentes setores da sociedade. Pois, durante muito tempo a mulher foi privada do espaço público, ficando restrita ao lar, aos trabalhos domésticos e aos cuidados com os filhos, porém, este cenário vem se modificando com o passar dos anos. Atualmente a busca das mulheres por uma formação de nível superior e pela igualdade de gênero é significativa. Uma demonstração disso é o resultado do Censo da Educação Superior de 2021 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que apontou 58,73% de mulheres ingressantes no Ensino Superior brasileiro, enquanto os homens representaram 41,27%.

De acordo com pesquisas realizadas na área educacional, observamos que há uma discrepância a respeito do nível de formação das pessoas e das posições profissionais que elas ocupam. Pois os dados relacionados à carreira acadêmica mostram que as mulheres têm mais anos de estudos que os homens, e mesmo assim ocupam posições desiguais e inferiores às deles nas carreiras. (Gomes, 2020). No entanto, essa significativa presença de mulheres em Instituições de Ensino Superior não foi sempre assim, pois até recentemente as mulheres somavam uma minoria no meio acadêmico brasileiro. E segundo Martins (2014, p. 96), “[...] os resultados obtidos no ensino superior decorrem das estratégias que as mulheres adotam ao longo da vida, visando percorrer todas as etapas de escolaridade”. Evidencia-se, dessa maneira, quão grande vem sendo a luta feminina para conquistar seu espaço e seus direitos na sociedade machista em que vive, levando anos para conseguir um avanço tão simples quanto o de poder cursar o ensino superior.

Percebe-se, então, que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelo sexo feminino para ter garantido o seu direito à educação em seus diferentes níveis, em especial o superior, de acordo com Martins (2014, p. 95), após anos de busca por uma formação mais ampla “[...] as mulheres se constituem maioria no ensino superior em todas as categorias

administrativas, como resultado de uma série de estratégias empreendidas [...] na tentativa de serem melhor reconhecidas e corresponderem aos seus novos papéis sociais”. Admirável notar que mesmo com tantos empecilhos ao longo da vida para ter direito a estudar as mulheres ainda assim conseguiram representar a maioria no ensino superior, mesmo que isso lhes custem a ocupação de empregos com condições desfavoráveis, mas que aceitam por serem possibilidades que elas conseguem se ajustar melhor devido ao excesso de trabalho no lar.

No entanto, outro aspecto “[...] a ser considerado diz respeito aos estereótipos de gênero e a uma conduta ambígua sobre as medidas de igualdade de gênero na academia [...]” (Gouvêa, 2023, p. 56). A mulher vem conquistando seu espaço em universidades, no entanto, precisa enfrentar outros desafios. Quando tem um filho, por exemplo, a mulher que cursa o ensino superior se vê diante de um acúmulo grande de atribuições com a prole e também as demandas da universidade, o que gera cansaço, estresse, sobrecarga, as vezes até o abandono do curso, pois de todos as obrigações a cumprir, as relacionadas à família sempre têm maior peso para elas. O que não acontece com o homem que tem filho durante sua formação, pois pouco ou nada muda sua rotina.

Por meio da formação em nível superior as oportunidades de a mulher conseguir um emprego que tenha condições mais dignas aumentam. Deste modo, “muitas mulheres brasileiras veem no ensino superior uma oportunidade de inserção, ascensão e/ou melhoria nas condições de trabalho” (Silva, 2021, p. 11). Com isso os desafios começam a se transformar em dupla ou tripla jornada, o que faz com que a mulher tenha que se dividir para desempenhar tantos papéis sociais ao mesmo tempo. Isso porque o cuidado com a prole é quase uma atividade definida socialmente como exclusiva à mulher.

A mulher, que, normalmente já enfrenta dificuldades em conciliar a sua profissão com os estudos e a família, ao ingressar no ensino superior quando possui filhos pequenos (menores de quatro anos, pois são muito dependentes ainda), só intensifica os contratempos, pois na maioria das vezes não encontra na instituição de ensino superior uma creche onde possa deixar seu/sua filho/a enquanto assiste às aulas.

A parcela feminina que não possui capital financeiro para pagar empregada doméstica, ou para colocar os filhos em creches particulares - caso não encontrem vagas em creches públicas, fica ainda mais sobrecarregada, pois é responsável pelo trabalho doméstico, pelo trabalho remunerado, pelos cuidados com os filhos e ainda dos estudos, quando estão no ensino superior. Desse modo, principalmente a parcela de baixa renda então conta com a rede de apoio que “[...] desempenham um papel fundamental para muitas mulheres, atuando nas questões

relacionadas aos cuidados (geralmente com os filhos), nas tarefas domésticas e na promoção de uma melhor estabilidade emocional” (Gouvêa, 2023, p. 26). Favorecendo assim a condições de oportunidade daquelas que buscam uma formação em nível superior.

Devido a quase inexistência de creches dentro das universidades, a vida acadêmica das mães estudantes é a mais prejudicada entre todas as jornadas. Muitas das vezes, as tarefas domésticas e dedicação à família, que são atividades atribuídas às mulheres, faz com que elas abram mão de sua formação, que representa uma importante etapa em seu processo de independência em relação aos homens.

A luta por creches públicas no Brasil remonta do século XX, com o início da industrialização, o aumento da urbanização e a demanda por mais mão de obra sobretudo com a expectativa da mulher-mãe ser liberada para o mercado de trabalho (Soares e Dias, 2018). Mesmo já estando no século XXI, as creches continuam sendo uma demanda e uma preocupação das mulheres, especialmente para aquelas que são estudantes do ensino superior.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021, o Brasil possui 69 Universidades Federais (Inep, 2021). Deste total, de acordo com a Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (Anuufei, 2020), apenas 11 universidades possuem Unidades de Educação Infantil. Nota-se, dessa forma, que são poucos os espaços destinados às crianças existentes em Universidades Federais brasileiras, o que gera ainda mais desafios para as mães que possuem filhos pequenos e cursam o ensino superior.

Mesmo com tantos entraves, foi em um contexto de lutas por igualdades, que as mulheres enxergaram na educação, uma maneira de emancipação feminina, no entanto, deu-se início a um outro período de conquistas, pois, eram direcionadas para um percurso dentro da educação que garantia a perpetuação da sua ordem social, visto que o ensino se dava de forma distinta, sendo “para os meninos noções de geometria; para as meninas, bordado e costura” (Louro, 2004, p. 372). As mulheres eram direcionadas apenas para as atividades manuais, enquanto os homens às intelectuais.

Percebe-se então, que mesmo com sua inserção no ambiente educacional, a mulher, ainda assim, enfrentou e enfrenta, até os dias atuais diversos desafios, pois, de acordo com a ordem social vigente, subteve-se, ainda, que o sexo feminino deva seguir determinadas formações acadêmicas e profissões aprovadas socialmente. Com isso, notamos que mesmo com a grande parcela feminina nas universidades, elas se concentram em cursos que são considerados tipicamente femininos. Assim sendo, o meio acadêmico acaba por contribuir para reproduzir as desigualdades de gênero, pois cria uma divisão sexual entre as carreiras.

Com o passar do tempo constata-se que há grandes diferenças entre as escolhas de carreiras feita pela mulher e pelo homem, uma vez que “[...] a trajetória da ciência mostra uma concentração por gênero em determinadas áreas do conhecimento. Em geral, os homens estão mais presentes nas áreas exatas e as mulheres nas áreas humanas e sociais” (Loch et al., 2021, p. 2). Assim sendo, normalmente a busca feminina se dá por cursos superiores nas áreas da saúde ou educação, que são campos que envolvem o cuidado de alguma forma, dificultando ainda mais a igualdade de gênero entre as carreiras.

Segundo publicação da Abrafi (2021), nos cursos de graduação, as mulheres

[...] são minoria entre os alunos nas áreas ligadas às ciências exatas e maioria entre as funções ligadas a cuidados e educação. As mulheres são mais da metade das matrículas em áreas como bem-estar – que inclui o curso de serviço social (88,3%) –, saúde, excluindo medicina, (77,3%), ciências sociais e comportamentais (70,4%) e educação (65,6%), por exemplo.

Mesmo as mulheres representando uma parcela pequena nos cursos de exatas, de ciências naturais e tecnológicas, de acordo com Ávila e Portes (2009), no atual nível de desenvolvimento da sociedade brasileira, as mulheres já deram prova de que têm capital escolar suficiente para competir com os homens em nível de igualdade e concorrer a qualquer curso ou seguir a carreira que desejarem. Os estudos e as pesquisas mostram que a mulher vem mudando esse cenário de ficar presa ao lar e às tarefas domésticas, e demonstrando que tem tantos direitos quanto os homens nos âmbitos pessoal, cultural e social.

A busca por um curso superior surge, muitas vezes, como forma de melhorar as condições socioeconômicas da família, sendo assim “a maior presença da mulher na universidade possibilita que sua inserção no mercado de trabalho deixe de se dar unicamente como busca de sustento, para ocorrer, também, em termos de aspirações de realização profissional” (Batoni, 2020, p. 16). Possuir uma graduação abre muitos caminhos para qualquer pessoa, e quando se trata de uma mulher, as possibilidades de aspiração profissional aumentam consideravelmente.

De acordo com Leta (2003) é evidente a mudança na universidade brasileira no que diz respeito à frequência de mulheres: diferentemente de algumas poucas décadas atrás, elas hoje são a maioria em boa parte dos cursos de graduação e de pós-graduação do país. Isso vai ao encontro da afirmação de Rodrigues et al. (2021) de que, no Brasil, as mulheres são maioria no ensino superior, correspondendo a 60% dos títulos de grau universitário em 2016, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Com a atribuição, quase exclusiva, de cuidados com a família e o lar, a mulher, muitas vezes, percebia o ingresso na educação superior como algo inalcançável. Porém, com o auxílio de uma rede de apoio, em alguns casos, houve a mudança na dinâmica e a presença feminina na universidade foi concretizada. Devido às dificuldades enfrentadas a inserção da mulher no meio acadêmico se deu de forma muito tardia, se comparada à entrada dos homens.

Apesar da mulher ter dado passos importantes para obter independência financeira e social, sua inserção na universidade só intensificou a quantidade de atividades para desempenhar, pois existem estereótipos na sociedade que ligam a maternidade à identidade feminina. “Fica evidente que em diversos momentos ela sofre violência, discriminação, preconceito, submetida a jornadas de trabalho extensas dentro e fora de casa, mas continuou a lutar pela construção da identidade, independência e direitos” (Roberto, 2018, p. 5). Ao ingressar no curso superior o sexo feminino se deparou com outros obstáculos de diferentes ordens, mais uma jornada de atividades a cumprir, mais uma luta por ocupação de espaços, devido ao fato de muitas carreiras possuírem o perfil predominantemente masculino.

Em relação às mulheres que tem um trabalho remunerado, e ainda assim cursam o ensino superior, Martins (2014, p. 96) afirma que “[...] há um esforço a mais para estas estudantes, que por certo, acumulam ao trabalho formal e aos estudos, parcela significativa dos trabalhos do mundo privado ainda atrelado ao feminino como demanda”. De acordo com a autora supracitada, verificamos que o fato de o trabalho doméstico ser considerado obrigação feminina só aumentou a sua carga de serviços, uma vez que fez com que a mulher dividisse o seu tempo entre o trabalho externo, seus estudos e sua casa.

A mulher sempre foi compreendida como sexo frágil, aquele ser com características dóceis, amáveis, sensíveis. Por essas razões era direcionada a funções e atividades que condiziam com o perfil definido pela sociedade. Mas com o passar dos anos essa realidade vem se modificando lentamente. Uma das lutas travadas pelo público feminino e que vem melhorando suas oportunidades no mercado de trabalho, é a possibilidade de a mulher cursar o ensino superior. No entanto, “[...] embora seja positivo o aumento gradual de mulheres no mundo das ciências, observa-se uma segregação horizontal, quer dizer, por área, no campo científico [...]” (Gouvêa, 2023, p. 42). Mais uma vez, mesmo com o avanço de poder cursar o ensino superior, já no ambiente acadêmico as mulheres se deparam com as barreiras quando se inserem em cursos ditos “masculinos”.

A entrada das mulheres na universidade cresce dia após dia, portanto a maternidade não pode e nem deve ficar sobre total responsabilidade da mulher. A presença feminina é cada

vez maior nas salas de aulas das universidades. Sua inserção nesses espaços, provocou alterações significativas em seu cotidiano. Agora elas dividem seu tempo entre os cuidados com os filhos, os afazeres domésticos, o emprego e os estudos. No entanto, “[...] a maternidade tem sido apontada como um fator limitante para o acesso, permanência e ascensão de mulheres na carreira científica [...]” (Gouvêa, 2023, p. 117). Uma vez que é muito difícil para a mulher conseguir conciliar os cuidados que a maternagem exige com as exigências e obrigações da graduação.

De acordo com Gouvêa (2023, p. 20),

a condição de desigualdade conferida às mulheres na carreira científica, fato histórico e constatado por diversos estudos, impressiona pela persistência ao longo do tempo. Mesmo após transcorridos séculos de intensas discussões e transformações na forma como a sociedade estabelece papéis baseados nas diferenças entre os sexos, o marcador de gênero ainda “pesa” sobre as mulheres que se dedicam a fazer ciência [...].

Evidencia-se assim tamanha dificuldade que a mulher ainda enfrenta nos dias de hoje quando decide fazer pesquisa, quando se insere no meio acadêmico. Isso porque em pleno século XXI ainda perduram inúmeras diferenças entre os deveres de cada sexo. Devido ao fato de os filhos serem responsabilidades praticamente exclusivas das mães, aquelas que estão realizando um curso uma graduação ou pós-graduação se veem sobrecarregadas e com intensa carga de atividades, o que já não se observa com o sexo masculino, pois pouco se altera a realidade e o cotidiano de um pai estudante universitário. “O poder, como dimensão constituinte das relações de gênero, relaciona-se à ideia de patriarcado presente nas instituições que tendem a formatar critérios e processos que privilegiam os homens [...]” (Gouvêa, 2023, p. 44).

No ano de 2020 o mundo enfrentou um momento muito difícil, que foi a disseminação da pandemia da Covid-19⁶. Naquele momento iniciou-se em vários empregos o trabalho na modalidade on-line, o home office, que foi adotado como medida de segurança para evitar a expansão da infecção pelo vírus. Recentemente o movimento Parent em Science⁷ concluiu em

⁶ A pandemia de Covid-19 foi um período em que o mundo enfrentou a disseminação do coronavírus, que é uma infecção respiratória muito grave e que se transmitiu desenfreadamente no início de 2020, se estendendo também no ano de 2021. Nestes anos, as pessoas tiveram muitas modificações em seus hábitos, necessitou-se realizar o distanciamento social, usou-se máscaras para evitar mais transmissões, o álcool em gel foi utilizado para higienização das mãos, de objetos, vários setores tiveram que adequar os trabalhos realizados, passando a desenvolver tudo de forma on-line, e as escolas e universidades foram exemplos do remoto.

⁷ O Parent in Science surgiu em 2016, com a missão de mudar a forma como a parentalidade, e mais especificamente a maternidade, é percebida na área acadêmica, lutando por um ambiente científico mais igualitário, diverso e justo. Com um núcleo central formado por 17 pesquisadoras, em 2019 o movimento se expandiu com a seleção de 72 embaixadoras de diversas universidades brasileiras (Mendes, 2021).

uma pesquisa que as mulheres são mais sobrecarregadas com as demandas domésticas e familiares (Gouvêa, 2023). Pode-se inferir que aquelas mães que estavam estudando no período da pandemia com certeza enfrentaram muitos problemas ao ter que conciliar as demandas do lar, da maternidade e da graduação ou pós-graduação e do trabalho home office. Desse modo, mais uma vez constata-se que por diversas razões as mulheres são mais penalizadas devido à desigual divisão sexual do trabalho.

Sobre o trabalho das mulheres, durante a pandemia do Coronavírus, em 2020, Gouvêa (2023, p. 56) afirma que

[...] durante a pandemia da Covid-19, as mulheres enfrentaram uma jornada de trabalho ainda mais exaustiva. Contavam-se inúmeras atividades do dia a dia como emprego fora de casa ou home office, tarefas domésticas, cuidados com os filhos, assessoramento nas atividades da educação escolar em casa (por ocasião do ensino on-line ofertado por parte das escolas), assistência a idosos da família, entre outras. Em síntese, pode-se afirmar que a Covid-19 impactou a vida das mulheres, variando em maior ou menor grau, de acordo com alguns marcadores sociais [...].

Mais uma vez a divisão sexual do trabalho interfere de forma negativa na vida das mulheres, porque em um período de tanto sofrimento e tanto medo, que foi a pandemia de Covid-19, quem mais lutou foi o gênero feminino. Que as mães são quase que exclusivas no acompanhamento da vida escolar dos filhos, todos já perceberam, porém no período pandêmico isso ficou ainda mais evidente. Além do trabalho do cuidado, o trabalho assalariado e em vários casos também a realização do curso superior de forma remota, com aulas on-line. Conciliar tudo isso só impactou ainda mais negativamente a vida feminina, piorando ainda mais rotinas daquelas que são pobres e pretas, pois aí se acumulam alguns marcados sociais (sexo, renda e raça).

O período de enfrentamento ao Covid-19, ocorrido em 2020, só agravou as desigualdades de gênero tão marcantes em nossa sociedade, pois além do tanto de trabalho que a mulher já realizava em seu dia a dia normalmente, foram “[...] acrescentados ainda o cenário da pandemia e a realidade do trabalho remoto, exercido dentro dos lares. [...] especialmente as mães-cientistas, com crianças pequenas, tiveram que enfrentar situações desafiadoras para conciliar as tarefas do lar e da carreira. [...]” (Gouvêa, 2023, p. 115). À vista disso, o que exige do sexo feminino é seu desdobramento para atender a todas as demandas, ou seja, o trabalho on-line, o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos, o acompanhamento das atividades escolares dos mesmos, etc.

É notável que “os ganhos maiores das brasileiras se concentraram reconhecidamente nos campos da educação e da participação no mercado de trabalho” (Itaboraí; Ricoldi, 2016, p.10). Todavia, o que se percebe ao analisar o atual cenário educacional e social das mulheres é que a situação é trágica, porque a entrada das mulheres no mercado de trabalho, no intuito de reduzir as desigualdades entre os sexos, não foi bem sucedida, pois temos a impressão de que as disparidades nunca diminuirão de fato.

Mesmo com os avanços alcançados pelo sexo feminino com o decorrer dos anos, percebe-se que ainda há uma dificuldade muito grande de garantia de direitos para as mulheres, pois mesmo tendo mais oportunidades de ingressar em diferentes carreiras profissionais, algumas ainda são predominantemente masculinas, e aquelas em que há presença feminina, ainda persiste uma dominação masculina. Dado que, mesmo com a formação em nível superior e com o crescimento do número de carreiras que a mulher conquistou, ainda assim prevalece a tendência de hierarquia de acordo com o sexo, tanto na escolha do curso quanto nas carreiras a serem seguidas.

Nota-se que mesmo havendo um aumento considerável do sexo feminino nas universidades, a concentração de mulheres em determinadas áreas é visível. Visto que as mulheres estão concentradas em áreas profissionais de baixo prestígio social, como aquelas relacionadas à educação, como os cursos de licenciaturas (pedagogia, por exemplo) e também em cursos da área da saúde, como a enfermagem.

Artes e Ricoldi (2016) ao analisarem os dados do Censo de Ensino Superior, realizado pelo INEP, em 2015, concluíram que há uma predominância de mulheres nos cursos superiores de menor status na hierarquia social das carreiras, sendo maioria também nas instituições privadas e na modalidade EaD. De acordo com o Censo de Ensino Superior (Inep, 2023, p. 28), realizado em 2022, foi verificada a maior presença feminina em 15 cursos:

são eles, em ordem decrescente de participação feminina: Pedagogia (91,9%), Serviço Social (90,0%), Biomedicina (85,7%), Enfermagem (83,5%), Nutrição (80,9%), Gestão de Pessoas (80,8%), Psicologia (79,5%), Fisioterapia (75,8%), Odontologia (71,9%), Farmácia (71,6%), Medicina Veterinária (70,0%), Medicina (61,4%), Administração (59,2%), Contabilidade (58,8%) e Direito (56,4%).

Os dados evidenciam que ainda há predominância do sexo feminino em cursos diretamente relacionados ao cuidado (pedagogia, serviço social, enfermagem), o que só reforça o fato de que as mulheres ainda encontram obstáculos que as impedem de terem igualdade de presença em cursos masculinos por determinação cultural, como por exemplo os cursos de

(sistema de informação, engenharia civil e agronomia), e ainda que a predominância na formação em nível superior feminina, acaba sendo, de certa forma, uma extensão das atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito doméstico.

Em relação ao número de alunos ingressantes no ensino superior em 2022, de acordo com a categoria administrativa, os dados do Censo concluíram que “[...] identifica-se a participação feminina na categoria privada com fins lucrativos (60,8%), seguida da categoria privada sem fins lucrativos (58,8%), categoria pública municipal (58,1%), categoria pública estadual (52,9%) e categoria pública federal (52,2%)” (Inep, 2023, p. 45). O resultado da pesquisa indica então que a inserção feminina é maior que a masculina em todas as categorias administrativas, sendo a maior delas em instituições privadas de ensino superior, seguidas de instituições de ensino superior públicas.

Mesmo com a crescente presença feminina em cursos de educação a distância, não podemos afirmar que temos a igualdade de condições e permanência entre homens e mulheres, isso porque de acordo com as autoras Artes e Ricoldi (2016), “é preciso, portanto, discutir o acesso delas a esse nível de ensino com os devidos cuidados, sem cair na armadilha que a vantagem numérica feminina na educação se traduziria, automaticamente, em igualdade de gênero” (Artes e Ricoldi, 2016, p. 91). Portanto, a importante expansão da inserção das mulheres do ensino superior, especialmente na modalidade a distância, indica certas peculiaridades que precisam ser estudadas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNDA), realizada em 2023, “24,9 milhões de pessoas de 15 a 29 anos com nível de instrução até o superior incompleto não frequentavam escola, curso de educação profissional ou pré-vestibular” (IBGE, 2024). Ao analisarmos o motivo mais apontado pelas participantes femininas da pesquisa para não estar estudando ou ampliando sua qualificação, obtemos uma informação preocupante, pois “[...] entre os homens, a principal motivação foi a necessidade de trabalhar (58,6%). [...] o motivo prevalente entre as mulheres, no entanto, foi a necessidade de realizar afazeres domésticos e cuidado de pessoas, com 36,3%” (IBGE, 2024, p. 13). Esse dado é muito alarmante porque diz respeito à grande desigualdade na divisão sexual do trabalho, o que afeta de forma negativa a inserção das mulheres ou a evasão das mesmas no ensino superior.

1.3. Mães estudantes na Universidade

A maternidade é uma questão ainda não superada pelos debates feministas, devido às diversas desigualdades de gênero identificadas em diferentes relações sociais, uma vez que as mulheres afirmam que assumem a maior parte do trabalho doméstico e o cuidado dos filhos,

consequentemente, enfrentando desafios para investir na carreira profissional (Bitencourt, 2013).

De acordo com Ávila e Portes (2012, p. 25), “com relação à universidade, as mulheres desejam e aquilo que mais precisam é de ajuda para conseguirem conciliar seus diferentes segmentos de trabalho e terem êxito na empreitada escolar”. Nota-se que para ser possível a articulação entre os cuidados com os filhos e os estudos, a mulher necessita de colaboração por parte da família, companheiro, amigos, vizinhos, e em relação à instituição de ensino superior, deveria ter creches que recebessem seus filhos enquanto ela estuda, sendo assim uma forma de amenizar suas dificuldades para estudar.

Boa parte das acadêmicas não possui um companheiro para compartilhar os encargos com os filhos e as atividades domésticas, e mesmo quando os parceiros participam desse cuidado, a função da maternidade ainda fica a cargo delas, sobretudo durante a gravidez e no período de amamentação.

A mulher quase sempre tem que deixar de lado seus desejos pessoais e raramente tem momentos de descanso, pois tem muitas atribuições, como a casa, os filhos, o emprego, os estudos, levando assim à sobrecarga e cansaço extremos. “Apesar das mulheres desempenharem diversos papéis na sociedade, não são pensadas nem oferecidas as condições necessárias para que possam vivenciar a maternidade e as aspirações profissionais, pessoais e de lazer sem, contudo, abrir mão destas últimas” (Silva; Guedes, 2020, p. 472). Os momentos de descanso das mulheres são raros e curtos. Isso mostra que apesar das diversas mudanças ocorridas na sociedade, os papéis esperados de mulheres e homens nas últimas décadas do século XIX, encontram-se, ainda, muito fortes no meio social, e não será tão simples e rápida essa modificação.

Ao conciliar a vida materna com a vida acadêmica a mulher por vezes é julgada, culpabilizada, devido a perpetuação na sociedade da ideia de que ela é a única responsável pelo êxito ou fracasso familiar e profissional. Deste modo, as mulheres são julgadas em todas as decisões que tomam. Se elas decidem estudar, para buscar uma boa formação para ter condições de criar melhor seus filhos, são vistas como insensíveis por deixá-los com alguma rede de apoio, em creches ou pré-escolas. Já quando optam por se dedicar aos cuidados dos filhos ficando em casa, são compreendidas como acomodadas.

Em algumas situações a própria mulher se culpa por ter de deixar seu filho pequeno com outro responsável para estudar, ou quando é o caso de levar consigo a prole para o espaço acadêmico, encara outros obstáculos como dificuldade de locomoção, discriminação de

professores e colegas de curso e falta de estrutura para cuidados básicos com a criança, como sala acessível destinada à amamentação, fraldário e chuveiro, por exemplo.

As mulheres de camadas médias, por exemplo, possuem capital econômico para pagar por serviços de cuidados com os filhos, quando necessário, porém aquelas de camadas populares, que possuem pouco ou nenhum recurso financeiro, acabam sofrendo ainda mais com essa desigualdade de renda, pois, assim têm menos possibilidades de crescimento profissional através dos estudos, pois precisa trabalhar para ajudar ou até mesmo sustentar sua família sozinha.

O estudo é visto como uma oportunidade de aperfeiçoamento, sendo possível ter mais chances de inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, é urgente a reflexão sobre a maternidade na universidade, porque as mães trabalhadoras, quase sempre, realizam o trabalho que não tem valor social. De acordo com Bitencourt (2019), um fator que leva algumas mulheres a entrarem tardiamente nas universidades é o fato de serem mães e também por conta da dedicação às suas famílias. O sustento dos filhos também é um agravante que influencia na entrada tardia delas no ensino superior.

Segundo Silva e Ribeiro (2014, p. 460),

[...] é importante considerar que a entrada das mulheres na ciência, esfera pública, necessariamente, não as tem desobrigado das responsabilidades com o cuidado da casa e filhos, já que persiste a tradicional divisão sexual do trabalho. Desse modo, a mulher-mãe pesquisadora, se depara com uma jornada excessiva, na qual precisa dar conta das exigências da vida acadêmica e das responsabilidades familiares

A partir disso, percebe-se que as mulheres que se dispõem a buscar seu espaço, seja no ensino superior, seja no mercado de trabalho, têm uma jornada excessiva de tarefas, uma vez que cuidam dos filhos, da casa e, ainda, das atividades acadêmicas. A experiência de ser mãe já é desafiadora por si só, torna-se ainda mais complexa quando, além dos cuidados com os filhos, a mulher divide seu tempo entre seu lar e a sala de aula da universidade.

A partir disso, percebe-se que as mulheres que se dispõem a buscar seu espaço, seja no ensino superior, seja no mercado de trabalho, têm uma jornada excessiva de tarefas, uma vez que cuidam dos filhos, da casa e, ainda, das atividades acadêmicas. A experiência de ser mãe já é desafiadora por si só, torna-se ainda mais complexa quando, além dos cuidados com os filhos, a mulher divide seu tempo entre seu lar e a sala de aula da universidade.

Conforme Urpia e Sampaio (2011, p. 148),

[...] dados do Censo 2000, realizado pelo IBGE (2000), 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos têm filhos na faixa

etária de 0 a 4 anos. Significa dizer, portanto, que quase 10% das mulheres universitárias brasileiras nesta faixa são mães de crianças pequenas, e podem vir a demandar políticas públicas que lhes permitam permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos com melhores chances de entrar no mundo do trabalho.

Compreende-se, então, que existe um número significativo de estudantes que são mães e que podem ter a necessidade de levar os filhos pequenos para a universidade, o que está associado à carência de políticas públicas que lhes deem o suporte necessário para continuar e finalizar o curso no qual estão matriculadas. Essa carência pode causar uma grande evasão dessas alunas.

Em vista disso, realizar um curso superior, sobretudo uma licenciatura, exige dos estudantes a disponibilidade para as aulas, os estágios, a realização de trabalhos, portanto, quem se insere na universidade necessita se adequar à certa rotina acadêmica e deve respeitar os prazos estipulados pelos docentes. Todos esses requisitos exigem muita organização e dedicação das mulheres que já são mães, pois elas necessitam combinar a maternidade e a formação acadêmica.

Para a mulher do campo, em especial, a realização de um curso superior representa a superação de algumas condições impostas a ela: o fato de ser mulher e ter que vencer muitos preconceitos advindos da sociedade patriarcalista; a de ser pobre, as demandas do trabalho no campo; o fato de ser egressa do meio rural; a sobrecarga da maternidade. E além de tudo isso, o fato de, na maioria dos casos, ter que se ausentar da sua residência e de sua família por vários dias, para se deslocar a outra cidade para a realização do curso. Percebe-se, assim, que são infinitos os problemas a serem superados por ela.

Segundo França e Euclides (2020), é uma luta para que a mulher do campo se insira no ensino superior e seja vista com bons olhos perante a sociedade e diante de si. Portanto, percebe-se a importância de as mulheres do campo conquistarem seu espaço no ensino superior, uma vez que, por meio da formação adquirida na universidade, elas podem conquistar sua autonomia pessoal e profissional.

Lopes (2017) realizou uma pesquisa com mães estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFV, e quando questionou as discentes sobre as dificuldades das mães no decorrer da graduação, foram citados alguns motivos, como: não conseguir assistir direito as aulas, a complicação para compreensão dos conteúdos aprendidos e as demandas da criança no decorrer da aula. Percebe-se, assim, que são diversos os desafios para mulheres com filhos pequenos poderem permanecer em um curso superior.

No tocante ao fato das crianças estarem presentes em sala de aula de um curso de graduação, Lopes (2017), afirmou que quando indagou as mães como era a experiência, elas frisaram que um dos grandes desafios é o fato de o ambiente não ser apropriado para crianças, desta forma não era divertido, deixando as crianças inquietas, causando incômodo em alguns colegas de turma. Deste modo, fica evidente, que a presença de crianças em espaços acadêmicos é um desafio não só para as mães, como também para as próprias crianças, é complexo para os demais colegas de turma e para os docentes do curso, uma vez que a concentração em aulas com a presença infantil é prejudicada.

Em relação aos direitos dos estudantes universitários é comum constatar que as instituições de ensino superior publicam editais para concessão de auxílio moradia, auxílio alimentação, em algumas instituições o auxílio transporte, porém o auxílio voltado àqueles que possuem filhos, é muito raro. De acordo com sua pesquisa, Saalfeld (2019, p. 17) afirmou que “normalmente a política de assistência estudantil não faz nenhum acompanhamento em relação à temática das mães universitárias, desfavorecendo, assim, um grupo de estudantes que são portadoras de direitos e que também ocupam um lugar importante na universidade”. Fica claro, portanto, no estudo da autora, que as estudantes que são mães carecem de assistência estudantil, mas ela precisa ser supervisionada pela universidade, de modo que os direitos dessas estudantes sejam garantidos de fato.

A existência das políticas de assistência estudantil não é suficiente, é necessária uma ampla divulgação entre os discentes para que conheçam seus direitos e se empenhem em garanti-los, pois de acordo com o estudo de Saalfeld (2019, p. 26) “nem todas as mães universitárias estão vinculadas a assistência estudantil, ainda que sejam sujeitos de direito desta política, isso ocorre muitas vezes por desconhecimento da política na universidade”. Nota-se, deste modo, que essa política pública deve ser mais divulgada no espaço acadêmico, para que todas as mães estudantes que têm o direito de ser amparada pela assistência estudantil, possam acessá-lo e garanti-lo.

Saalfeld (2019) vai ao encontro à Lopes (2017) quando afirma que é um desafio para as estudantes que têm filho e conciliam a maternidade com as atividades da graduação, assim como é desafiador para as instituições de ensino superior se adequar para recebê-las no ambiente acadêmico. Ainda de acordo com Saalfeld (2019) inexistem políticas institucionais para acompanhar a complexidade de vida dessas mulheres. Percebe-se, dessa maneira, que a conciliação entre a maternagem e os estudos envolve diversos fatores que necessitam ser levados em consideração pelas instituições de ensino superior, para que a busca de soluções

para amenizar esses desafios seja efetiva, de modo que tanto o acesso quanto a permanência de mães estudantes no Ensino Superior.

Na finalidade de garantia de acesso e permanência de discentes com vulnerabilidade socioeconômica na Educação Superior, em 2007 foi criado e em 2010 foi instituído, pela portaria do MEC nº 39, o Decreto nº 7234, que apresenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O objetivo principal deste programa foi ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal. As áreas a serem contempladas pela assistência estudantil desenvolvidas através do PNAES são: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e garantia de acesso a estudantes (Brasil, 2010).

Como verificamos, a creche está entre as áreas a serem atendidas pelo PNAES nas universidades. Deste modo, quando acessamos página do Serviço de Bolsa, pertencente à Pro-Reitoria de Assuntos Comunitários, da Universidade Federal de Viçosa, notamos que entre as assistências ofertadas pela instituição, há o auxílio creche/pré-escola. No entanto, as mães estudantes atendidas são aquelas que cursam as graduações que possuem dois semestres letivos, com aulas todos os dias de cada semestre, não contemplando assim aquelas que são estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, que é um curso em que as aulas seguem a metodologia da Pedagogia da Alternância, ou seja, os alunos têm aulas em alguns dias por semestre. Dessa forma, devido à permanência dos estudantes em períodos pontuais de aulas, essas mães estudantes, em específico, não conseguem o auxílio creche oferecido pela UFV.

Em relação aos diversos obstáculos encontrados pelas mães estudantes em Instituições de Ensino Superior, podemos citar alguns: falta de ambientes apropriados para as crianças permanecerem, faltas de banheiros adaptados com trocadores, dificuldades em realizar as refeições no restaurante universitário com crianças pequenas, dentre outros. Destarte, “[...] é preciso mencionar a forma “indiferente” com que as instituições, de um modo geral, tratam as mulheres que experienciam a maternidade. Não há o devido reconhecimento a um período que já é bastante atribulado por si só [...]” (Gouvêa, 2023, p. 114). Isso é mais evidenciado quando verificamos que em poucas universidades são encontrados espaços físicos adequados para mães que levam seus filhos junto delas, seja para assistir aulas, seja para fazer uma refeição, seja para atividades de lazer infantis, etc.

Quando se fala de conciliar a maternidade com o estudo superior, “[...] a maior dificuldade não é sobre a maternidade em si, mas em como o sistema desconsidera e ignora as especificidades de um contexto que precisa ser ajustado, adaptado a uma nova rotina para que

não penalize as mulheres que se tornam mães [...]” (Gouvêa, 2023, p. 155). As mães estudantes são penalizadas devido ao fato de não encontrar no ambiente acadêmico condições que favoreçam sua permanência. Muitas vezes se deparam com docentes insensíveis e intransigentes que muitas vezes não aceitam inclusive a permanência de crianças em suas salas de aula, sendo as mães então obrigadas a adiar para períodos subsequentes as disciplinas que esses professores ministram.

De acordo com Martins (2014, p. 120)

Ainda que atravessadas pelo viés histórico das tradições patriarcais, ao ingressarem no ensino superior, há um empoderamento do feminino que aumenta seus prestígios nas relações familiares, políticas e no mercado de trabalho. Assim, os estudos feministas revelam as dificuldades de conciliar o acesso a maior escolarização frente às imposições de papéis pré-estabelecidos pelo casamento e a maternidade.

A oportunidade de cursar o ensino superior possibilita ao sexo feminino um empoderamento muito grande pelo fato de aumentar seu prestígio nas relações familiares, políticas e também no mercado de trabalho. Deste modo, os estudos feministas revelam que as maiores dificuldades de conciliar o acesso a maior escolarização se dá devido às imposições de papéis pré-estabelecidos pelo matrimônio e pela maternidade (Martins, 2014). A partir disso evidencia-se a urgência de uma nova redistribuição do trabalho doméstico realizado exclusivamente pelas mulheres e também uma divisão mais justa dos cuidados com os filhos, para que assim o público feminino possa de fato desfrutar de seus direitos.

Para que haja a garantia de permanência estudantil das mulheres mães no curso superior é necessário haja a elaboração de políticas públicas que favoreçam a continuidade dos estudos para o público feminino, uma vez que ainda são poucas as universidades que debatem a maternidade no meio acadêmico e que buscam atender as demandas que esse público apresenta para continuar e concluir a graduação.

Um fato ocorrido no ano de 2022 e que foi bastante divulgado nas redes sociais, se refere à estudante Ambar Soldevila Cordoba, que cursava a pós-graduação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A estudante teve o título de mestre negado, mesmo após apresentar a sua dissertação. De acordo com Joaquim (2023), um dos motivos foi a estudante não ter entregue o texto corrigido no prazo estipulado pela instituição, devido ao fato do seu bebê ter nascido poucos dias após sua defesa. Devido à repercussão grande que o caso ganhou, ela conseguiu seu diploma do mestrado. Com mais esse episódio, dentre diversos outros já

vivenciados por mães estudantes na academia, comprova-se que muitas mudanças precisam ocorrer nas universidades para contemplar as necessidades por ela externalizadas.

Na dissertação de mestrado da estudante Ananda Raquel de Souza Joaquim (2023), intitulada *Mulheres, mães e universitárias: uma pesquisa sobre as políticas de permanência para estudantes que se tornam mães nas universidades públicas paulistas*, a autora cita em seu trabalho o *Parent in Science* que é um movimento que surgiu no intuito de discutir questões relacionadas à parentalidade no ambiente acadêmico. E em meio ao período de pandemia o referido movimento criou um programa com a finalidade de oferecer uma bolsa para as mães estudantes de pós-graduação, tanto do mestrado quanto do doutorado, que não possuíssem nenhuma bolsa e estivessem em fase final da formação. Essa foi uma medida que teve como finalidade garantir a permanência desse público até a conclusão da pós-graduação. Este foi um exemplo do que poderia ser feito para que as mães estudantes de graduação sem bolsa tivessem um recurso financeiro ao final do curso para que concluíssem o mesmo.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) de 2018, constatou que dentre os estudantes com 4 ou mais filhos, 53,4% são homens. Dentre estudantes com 1 filho (a) quase 60% são mulheres. Portanto, a pesquisa concluiu que “à medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes deste sexo, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar, quando estudantes do sexo feminino têm mais de 1 filho (a)” (Fonaprace/Andifes, 2019). Dessa forma, é fundamental a existência de políticas públicas voltadas às mulheres mães que se inserem na graduação, pois só assim elas poderão ter condições reais de ingresso e permanência no ensino superior.

O número de estudantes que trancam suas matrículas devido a fatores relacionadas à maternidade é grande. Infelizmente em alguns casos levando a posteriores evasões da universidade. De acordo com a pesquisa da Andifes em 2018, “[...] as pessoas do sexo feminino, que correspondem a 54,6% do público discente das IFES, têm os maiores percentuais entre os motivos de trancamento de matrícula para impedimento de saúde, dificuldade de aprendizagem e licença maternidade [...]” (FONAPRACE/ANDIFES, 2019, p. 184). Reforçando a existência da desigualdade de gênero, inclusive no meio acadêmico, pois a licença maternidade é exclusivamente para as mães, por um período de 120 dias, já a licença paternidade se resume a apenas 5 dias de afastamento. Sendo assim, quando o homem estudante de graduação tem filho,

por exemplo, pouco se altera sua rotina acadêmica. Diferente da mulher que quando tem filho precisa se ausentar da universidade para dedicar-se aos cuidados com a prole.

Em relação aos desafios que o público feminino enfrenta no curso superior, um deles é a enorme dificuldade que as alunas têm em realizar ambas as atribuições concomitantemente e com qualidade: maternidade e graduação. Uma vez que há uma predominância de um sentimento de culpa por parte daquelas estudantes que têm filhos e se veem obrigadas a deixá-los em determinados momentos, seja em casa com algum familiar, com outra pessoa, seja em creches, para dedicar-se aos estudos. Elas também relatam também insatisfação por não ter tempo como gostariam para dedicar mais às obrigações universitárias.

Alguns outros desafios apresentados pelas estudantes que têm filhos são: falta de conhecimentos dos seus direitos enquanto mães estudantes; perda de bolsas por ter usufruído da licença maternidade; ausência de auxílio creche que atenda de fato as mães estudantes; falta de rede de apoio (do companheiro e às vezes dos filhos/as mais velhos/as); falta de brinquedotecas e espaços de acolhimentos para crianças no ambiente acadêmico; práticas discriminatórias por parte de docentes e discentes colegas de turma quando uma mãe amamenta seu filho, atrasos no período de conclusão do curso e trancamentos de matrículas.

A maternidade por si só já é desafiadora, levando em consideração tornando-se ainda mais difícil “para as que são mães solo, pois implica conciliar questões financeiras, cuidados com filhos e outras atividades cotidianas, como os estudos, exigindo grande esforço” (Dias, 2021, p. 31). E atualmente há um número considerável de mães solo que ingressam no ensino superior com o objetivo de ter uma melhor formação para garantir mais conforto e melhores condições de vida aos filhos. Porém, pagam um alto preço por isso, pois precisam conseguir fazer várias coisas ao mesmo tempo, e o fato de não terem um companheiro com quem possa dividir as despesas e as responsabilidades acaba por provocar uma exaustão física e emocional nelas.

De acordo com Dias (2021) as mães também têm o direito de traçar metas para um futuro profissional promissor, e para isso devem existir meios que facilitem-nas alcançar o sucesso almejado, sem que tenham que optar entre o cuidado com os filhos e a dedicação aos estudos.

Um dos problemas enfrentados pelas mulheres que conciliam a maternidade e os estudos, de acordo com a autora supracitada, é o fato delas terem que realizar tarefas domésticas sem uma parceria, atrapalhando o desempenho nos estudos. Dessa maneira, devido à falta de tempo para dedicação feminina em relação aos trabalhos acadêmicos, para estudar para as

avaliações, para se preparar para apresentações de trabalho, muitas vezes o coeficiente acadêmico das mães estudantes acaba caindo consideravelmente.

O adoecimento dos filhos também é um dos obstáculos enfrentados pelas mulheres, pois precisam faltar às aulas, dependendo da gravidade é necessário até efetuar o trancamento da matrícula na universidade. O que conseqüentemente leva ao atraso e às vezes até ao abandono do curso superior.

Outro desafio enfrentado pelas mulheres é a falta de conhecimento dos seus direitos, enquanto mães estudantes, como a licença maternidade, a possibilidade de dilação de prazos, etc. A preocupação com quem deixar os filhos pequenos também é um empecilho para a conciliação entre a maternidade e a vida estudantil, uma vez que não são todas as mulheres que podem contar com uma rede de apoio em seu dia a dia.

Atrelado a isso está a falta de vagas e em alguns casos até a inexistência de creches públicas que possam acolher as crianças de mães que precisam estudar e não tem com quem deixá-las. O auxílio creche neste caso também seria uma das formas de solucionar esse problema.

A falta de inclusão com as estudantes que têm filhos por parte de docentes e inclusive de colegas de turma é algo que precisa ser discutido e melhor entendido, porque quando há trabalhos em grupo, por exemplo, que deveria ser um momento de discussão, de trocas e construção de conhecimento acaba por se tornar mais uma dificuldade para as mães, pois elas é que precisam fazer malabarismos no intuito de conseguir participar da elaboração do trabalho.

A falta de lazer, o pouco tempo, o excesso de atividades a executar são alguns dos vários desafios que as mulheres estudantes que têm filhos enfrentam. Em relação ao espaço físico das universidades, faltam brinquedotecas, ambiente apropriado para que a mulher amamente seu filho, as mães que estão iniciando a introdução alimentar dos filhos, encontra dificuldades na universidade também, por não possuir ambiente adequado para isso também.

Quando se trata dos cuidados com os filhos, de acordo com Oliveira (2023), os homens ajudam em períodos pontuais, sendo assim as maiores responsabilidades do trabalho do cuidado, ficando as tarefas domésticas e as demandas acadêmicas sobre encargo das mulheres.

As mães estudantes são um público que possuem características ímpares, se comparadas aos demais acadêmicos, sendo assim as instituições de ensino superior devem oferecer as condições necessárias para que haja o acesso, e além de tudo a permanência delas, minimizando assim os índices de atrasos, trancamentos e abandonos de cursos de graduação.

De acordo com Joaquim (2023, p. 79),

Na mesma medida, é importante transformar a noção de maternidade. Se essa concepção continuar sendo associada ao sacrifício e à onipresença da mulher em relação a filhos e filhas, será muito difícil promover uma redistribuição de tarefas de cuidados e aliviar a sobrecarga imposta às mães trabalhadoras [...].

A maternidade precisa deixar de ser sinônimo de sofrimento para a mulher. O trabalho do cuidado precisa ser executado por ambos os sexos, de forma a tirar da mulher a exclusividade da responsabilidade pelos filhos, somente assim a sobrecarga de tarefas do gênero feminino poderá ser amenizada.

A realidade das mulheres que têm filhos e estudam não é fácil, o tempo é corrido para fazer tantas coisas ao mesmo tempo, portanto, o fato de “conciliar múltiplas jornadas diárias em casa, no trabalho e na universidade com diferentes papéis de dona de casa, trabalhadora, mães, esposa e estudante, é um processo cansativo e desgastante, tanto para a mãe, quanto para a criança” (Saalfeld, 2019, p. 100). Momentos dedicados a atividades de lazer, entretenimento e descanso são raros na vida das mulheres, e quando conseguem precisam fazer um malabarismo para dar conta, e há algumas situações que elas se sentem culpadas por pararem um pouco a correria.

Não é raro ouvir relatos de algumas mulheres de que devido a diversas situações em suas vidas, “o casamento e a maternidade foram circunstâncias que influenciaram algumas delas a interromperem a escolarização na adolescência, retornando posteriormente em idade adulta [...]” (Froes, 2019, p. 65). É muito comum a gravidez na adolescência ser motivo de as mulheres abandonarem os estudos para cuidarem da criança e constituírem uma família. Em casos de não abandono definitivo, há mulheres que devido à maternidade concluem a educação básica já mais velhas, iniciando o ensino superior com idades mais avançadas e já com filhos, dessa forma encontram mais dificuldades em cumprir as demandas do curso.

1.4. Condições de permanência das mães estudantes na Universidade

Ao tratar da questão das mães estudantes no espaço acadêmico, um fator muito importante de se discutir diz respeito às condições que essas mulheres encontram na universidade para permanecer com seus filhos pequenos, dentre alguns fatores temos: local onde ficar, local onde deixar as crianças, auxílios financeiros recebidos, apoio emocional de profissionais da área da psicologia, etc. De acordo com Silva (2021) as estudantes do curso de Licenciatura em Educação do *campus* universitário da cidade de Tocantinópolis, podem contar com o Programa de Apoio a Parentalidade da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PAPU), que é um espaço de acolhimento voltado ao cuidado das crianças filhas das estudantes

do curso. Funciona como uma rede de apoio, onde um familiar fica com a criança para permitir às mães que têm vulnerabilidade socioeconômica comprovada possam permanecer estudando e nos espaços educativos.

Na mesma universidade, de acordo com a autora acima mencionada, as universitárias podem contar também com a ciranda infantil, que são momentos onde os próprios educandos da instituição cuidam e desenvolvem atividades educativas em sala de aula. Sendo a ciranda inspirada naquelas que são desenvolvidas nos movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra.

De acordo com Nunes (2018) a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), do campus da cidade de Amargosa, no estado da Bahia, disponibiliza aos estudantes de graduação com vulnerabilidade social comprovada, inclusive os da Licenciatura em Educação do Campo, através do Programa de Permanência Qualificada (PPQ) da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), alguns auxílios como: auxílio moradia (vaga na residência universitária até metade do curso), auxílio deslocamento (valor mensal de R\$220,00 para ajudar o estudante de cidade circunvizinha a se deslocar até a universidade), auxílio creche (para ajudar estudantes com filhos de 0 a 3 anos a custear gastos com os mesmos), auxílio alimentação (acesso ao restaurante universitário para almoçar ou jantar, de segunda a sexta, exceto aos feriados), auxílio pecuniário a moradia (repasso do valor mensal de R\$300,00 para ajudar o estudante a custear sua moradia nas cidades onde têm campus da universidade) auxílio medicamento (parcela única para compra de medicamentos que o SUS não fornece), auxílio para participação em eventos acadêmicos.

Um detalhe que não ficou claro na exposição de Nunes (2018) foi o valor do auxílio creche que os estudantes com filhos de 0 a 3 anos pode receber para ajudar nas despesas com as crianças, mas já é algo positivo, pois as mães estudantes da Licenciatura em Educação têm direito ao referido auxílio, mesmo com a pedagogia da alternância do curso, elas recebem como todas as outras estudantes dos demais cursos. Uma informação bem interessante que Nunes (2018) traz em seu texto diz respeito ao prédio onde as estudantes são hospedadas, além dos quartos, espaço de convivência, acesso à internet, também há uma cozinha coletiva, o que subentendemos que as mulheres podem preparar as refeições para as crianças, quando necessário. A existência da cozinha em um espaço de acolhimento para mulheres com crianças é essencial e com certeza algo muito positivo, porque as crianças tem demandas pontuais, que o restaurante universitário não atende.

Segundo Nunes (2018), o Programa de Permanência Alternância (PPA) criado pela UFRB, em seu primeiro edital ofereceu 141 vagas para que os estudantes contemplados, de acordo com a análise de vulnerabilidade social, pudessem receber mensalmente um auxílio financeiro no valor de R\$400,00. Uma exigência também para o recebimento deste auxílio é que o estudante não podia ser beneficiário do auxílio Programa de Bolsa Permanência, oferecido pelo MEC. Infelizmente em 2017 os editais foram encerrados, mas a instituição já discute a possibilidade de dar continuidade aos mesmos.

Costa (2019) afirma que a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), na cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) oferece vários auxílios para ajudar na permanência de alunos com baixa renda, como: processo seletivo de ingresso próprio aos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, a Bolsa Permanência Acadêmica, a Bolsa Auxílio ao Esporte, o Auxílio Alimentação, o Auxílio Moradia, o Auxílio Didático-Pedagógico, o Auxílio Transporte, o Auxílio ao Portador de Necessidades Especiais, o Auxílio Creche e a Moradia Estudantil. Percebe-se que a universidade em questão oferece diversos auxílios aos alunos, minimizando assim os desafios que as mães estudantes possam ter para permanecer na graduação.

Saraiva (2023), em sua dissertação de mestrado, afirma que a Universidade de Brasília possui dentre seus projetos de extensão, desde 2012 o Projeto Educação Infantil Ciranda, que atende as crianças de 8 meses a 4 anos e 11 meses. O intuito do projeto é de proporcionar um espaço onde os filhos das estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da instituição possam ser acolhidos para que as mães estudantes possam assistir às aulas e participar das atividades acadêmicas durante o Tempo Universidade. De acordo com Saraiva (2023), a Ciranda funciona com os estagiários do projeto e também com o revezamento entre os adultos da própria Licenciatura em Educação do Campo, que se alternam nas atividades educativas com as crianças, e também auxiliam nos cuidados básicos das crianças, como troca de fraldas, alimentação, etc. A autora Saraiva (2023, p. 87) afirma que “o nome Ciranda faz referência à cultura popular, as danças, as brincadeiras de roda e também à dinâmica do próprio Movimento, ou seja, a força simbólica do círculo, da cooperação e da ação e reflexão coletivas”.

De acordo com a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes, 2023), a UFES em seu campus Goiabeiras, em Vitória/ES, e também o Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), na cidade de São Mateus, contam com a Ciranda Infantil para atendimento das crianças (na faixa etária de 2 a 6 anos) que acompanham as mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo. As Cirandas contribuem

com a permanência das estudantes camponesas na universidade. Sobre os ambientes universitários, a Adufes (2023) afirma que estão limitados em relação à qualidade, que as crianças e as mães precisam de uma estrutura mínima para que essas permaneçam na Universidade, reforçando assim a importância da existência da Ciranda no meio acadêmico. A Ciranda Infantil do Ceunes é organizada por discentes do curso de Educação do Campo em uma das disciplinas da graduação e coordenada por uma das professoras da LEdoC. No campus de Goiabeiras a Ciranda também é coordenada por uma professora da Educação do Campo, alunos do referido curso e conta com a participação de estudantes de outros cursos, principalmente da pedagogia.

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) não oferece o curso de Licenciatura em Educação do Campo, porém possui um programa desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace), intitulado Maternidade e Universidade (ManU), que tem como objetivo apoiar as estudantes de todos os curso de graduação que são mães, desenvolvendo ações com temáticas como acolhimento, ações afirmativas, gênero e inclusão social. Através do ManU as estudantes que comprovam vulnerabilidade socioeconômica, que estão gestantes, têm filhos até 15 anos incompletos, ou filhos com qualquer idade que tenha alguma deficiência e demande cuidados, têm direito de receber a bolsa maternidade, no valor mensal de R\$250,00. Outra ação do programa ManU diz respeito ao uso dos restaurantes universitários, pois através do ManU os filhos das estudantes de graduação e da pós-graduação passaram a poder fazer as refeições também, pagando o valor de 50% da refeição. Essas ações do ManU são fundamentais para dar suporte à permanência das mães estudantes na universidade, podendo ser usado como modelo em todas as instituições de ensino superior do Brasil.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) oferece através da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) vários auxílios aos estudantes de graduação no intuito de ajudá-los na permanência no decorrer do curso. Entre os auxílios oferecidos, que atende as estudantes de graduação que têm filhos, inclusive as mães da Licenciatura em Educação do Campo, existe o Programa Auxílio a Estudantes com Filhos, que é um suporte financeiro mensal, nos valores de R\$200,00 ou R\$400,00 (a depender da avaliação socioeconômica que o/a estudante é submetido/a), pago aos estudantes com filhos na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses, e é pago pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), que é a responsável por executar a Política de Assistência e Permanência Estudantil da UFMG. O objetivo principal do auxílio é que os estudantes de graduação com filhos garantam os cuidados educacionais dos filhos, seja

com cuidadores, seja em instituições de educação infantil, enquanto estão em atividades acadêmicas.

A UFMG não permite a hospedagem de mulheres com as crianças nos alojamentos, porém para aquelas mulheres que possuem filhos e têm vulnerabilidade socioeconômica comprovada, há o Programa Auxílio Moradia Maternidade, no valor de R\$ 800,00 mensais, que é pago àquelas estudantes que já se hospedam em moradias universitárias, ou ainda não conseguiram uma vaga, e engravidam no decorrer da graduação. Um dos requisitos para concessão do benefício à mãe estudante é o acompanhamento com um assistente social. No site da instituição não esclarece se as estudantes do curso de Educação do Campo podem ser contempladas com o referido auxílio, acreditamos que não, pelo fato do regime de alternância do curso, mas seria uma alternativa muito boa e uma proposta que com certeza beneficiaria muito as mães deste curso, que assim como as demais precisam de condições de permanência na universidade.

Apesar de todos esses auxílios que diferentes universidades oferecem às estudantes que possuem filhos, é preciso analisar se todas as demandas são supridas, ou seja, verificar se o que a instituição oferece é suficiente para garantir a permanência deste público que possui especificidades e têm direitos que devem ser assegurados.

No próximo capítulo serão discutidos os dados sobre um grupo específico de mulheres que frequentam a educação superior – as mães estudantes do curso Licenciatura em Educação do Campo da UFV, gerados por meio de questionários.

CAPÍTULO II: ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO (LICENA) DA UFV

Neste capítulo é abordado, inicialmente, o curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV (Licena) e seus(suas) estudantes. A seguir são destacados estudos realizados sobre os discentes desse curso, no período de 2016 e 2020. Na terceira seção do capítulo são apresentados e discutidos os dados sociodemográficos e escolares, obtidos por meio de questionários, de 20 mães estudantes da Licena, que se encontravam matriculadas em 2023. Neste ano, a Licena contava com 212 estudantes matriculados(as), dentre os quais 123 eram mulheres e 89, homens. Do total de mulheres matriculadas em 2023, 30 possuíam filhos, mas apenas 20 mães estudantes tinham filhos(as) com idades entre 0 e 11 anos de idade.

2.1. A Licenciatura da Educação do Campo na UFV e os(as) estudantes

O curso da Licena teve seu início na UFV no ano de 2014, mas, segundo Prado (2020, p.48):

[...] é importante ressaltar que os primeiros passos para propiciar a construção do curso na UFV ocorreram na década de 1980, quando houve a aproximação e participação de organizações e movimentos sociais com docentes da Instituição. Estes sujeitos, no desenvolvimento de atividades, programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão orientados para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, consolidaram paulatinamente o envolvimento e parceria com os movimentos sociais e sindicais, inserindo nas pautas da UFV, dentre outras bandeiras, a Agroecologia e a Educação do Campo.

O curso possui uma organização singular se comparada à dos demais cursos de graduação da UFV, cujo método é a Pedagogia da Alternância. Durante o ano letivo, os estudantes têm os períodos divididos entre o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). O primeiro diz respeito ao momento em que os discentes desenvolvem atividades acadêmicas, como assistir às aulas teóricas, interagir em diferentes projetos, receber orientações dos professores, participar de eventos e reuniões, entre outras atividades vivenciadas no contexto universitário. Já o segundo, é o tempo em que os estudantes permanecem nas comunidades onde residem e ocorrem entre um TU e outro. Neste período de Tempo Comunidade, os discentes desenvolvem as atividades propostas pelos educadores, como o Plano de Estudo Temático (PET), os estágios supervisionados e as intervenções educativas nas comunidades, entre outras ações.

A alternância educativa tem como objetivo a articulação essencial entre a educação e a realidade específica das populações do campo e a viabilização do acesso dos educadores em exercício nas escolas do campo à educação superior e a permanência nele, possibilitando aos sujeitos do campo, o ingresso no curso de graduação sem a necessidade de deixar o trabalho ou abandonar a vida no território rural (Molina, 2017).

A Licenciatura em Educação do Campo, cuja alternância se dá entre o tempo que os(as) estudantes permanecem em suas comunidades, sem atividades presenciais na UFV e o tempo em que eles permanecem na universidade, ou seja, durante doze semanas anualmente, distribuídas em dois semestres letivos, isto é, seis semanas em cada semestre letivo. No tempo universidade os(as) estudantes têm aulas em período integral, nos turnos matutino, vespertino e noturno, de segunda a sábado. O uso intensivo do tempo com atividades acadêmicas, durante o tempo universidade é um fator que afeta as estudantes que têm filhos, pois durante esse período em que permanecem na Universidade, as crianças ficam ao lado das mães estudantes ou são deixadas aos cuidados da parentagem em cidades distantes de Viçosa. A permanência das crianças pequenas com suas mães na universidade ocorre nos momentos de exposição dos conteúdos pelos professores nas aulas, durante as apresentações de trabalhos, as provas, as refeições e as orientações acadêmicas.

Prado (2020, p. 57), referindo-se às dificuldades de permanência das mulheres em cursos superiores, afirma que:

[...] outro desafio era o de conciliar a universidade e a maternidade, pois a maioria das mulheres era mãe e não tinha onde deixar os seus filhos, tendo assim, muitas vezes, que se deslocarem de suas residências para as universidades com as crianças. Conciliar a jornada de estudos e a maternidade se tornava algo quase insustentável e, quase sempre, ocasionava a evasão dessas estudantes.

Para Urpia e Sampaio (2011) as tarefas acadêmicas de uma estudante universitária se cruzam com o trabalho (doméstico e/ou remunerado) e com as demandas de seu(sua) filho(a). É comum as estudantes mães levarem seus(suas) filhos(as) para as atividades acadêmicas na universidade, em especial aquelas que frequentam o curso de Licenciatura da Educação do Campo e residem em cidades localizadas distantes da cidade sede do *campus* universitário. As mães estudantes buscam estratégias para construir redes de apoio para conciliar a maternidade e a graduação.

Lopes (2016), em sua dissertação de mestrado intitulada “Trajetórias escolares dos Licenciandos em Educação do Campo da UFV”, descreveu o perfil dos estudantes da primeira turma da Licena, de 2014. De acordo com essa autora, 70% dos participantes de sua pesquisa

(n=42) tinham idades entre 17 e 29 anos. De um total de 60 matriculados(as), 39 eram do sexo feminino (65%). A maior parte dos pais dos(as) estudantes tinham um nível de escolaridade baixo: oito eram analfabetos e 42 concluíram apenas os anos iniciais do ensino fundamental. O nível de escolaridade das mães dos(as) estudantes da Licena em 2014, também era baixo (três eram analfabetas e 39 concluíram os anos iniciais do ensino fundamental). Para um percentual de 53% dos(as) estudantes matriculadas, eles(as) eram os primeiros da família, tanto da linhagem paterna, como materna e ingressar na educação superior. Em relação à ocupação dos pais e das mães desses estudantes, Lopes (2016) mostrou que predominava entre eles a execução de trabalhos manuais de baixo prestígio social e econômico (76% eram agricultores); entre as mães, 81% exerciam atividades manuais (59% agricultoras, 22% se dedicavam ao trabalho doméstico em suas residências, eram costureiras ou empregadas domésticas).

Na pesquisa de mestrado: “A formação por alternância na Licena da UFV: experiências e representações sociais dos educandos”, de autoria de Carvalho (2017) foi analisado o perfil escolar e profissional dos estudantes da turma de 2015. De acordo com essa autora, do total de 75 estudantes que responderam ao questionário da pesquisa, 48% (n=36) encontrava-se na faixa etária entre 18 e 21 anos de idade, 31% (n=23) tinha entre 22 e 25 anos, 12% (n=9) tinha entre 26 e 30 anos, 5% (n=4) tinha entre 31 e 40 anos e, 4% (n=3) tinha acima de 40 anos de idade. Em relação ao sexo, 68% (n=51) dentre os(as) matriculados nessa turma eram mulheres. Sobre a interrupção dos estudos entre a conclusão do ensino médio e o ingresso na educação superior entre os(as) universitários(as) da Licena, a autora constatou que entre as mulheres essa interrupção se deu em função das demandas de trabalho no campo e devido às relações patriarcais, que exigia que elas se dedicassem ao trabalho doméstico e ao cuidado com os filhos.

Com o objetivo de caracterizar os estudantes da Licena que haviam atuado como monitores de EFA's, Silva (2018) produziu a dissertação intitulada “A Licenciatura em Educação do Campo da UFV e a formação dos monitores de Escolas Família Agrícola”. Conforme esse autor, de um total de 90 estudantes, 12 tinham atuado como monitores nessas escolas. Dentre esses monitores, 50% (n=6) eram do sexo feminino e 50% (n=6) do sexo masculino. Dos 12 estudantes pesquisados, sete possuía idade superior a 32 anos. Em relação à cor/raça declarada pelos(as) estudantes, 41% (n=5) declarou ser pardo ou negro. Quanto ao estado civil dos(as) estudantes da Licena, o autor identificou que 50% (n=6) declaram ser casados, 42% (n=5) disseram ser solteiros e 8% (n=1) declarou ser viúvo. Do total dos

participantes na pesquisa, 50% (n=6) afirmaram possuir filhos, enquanto os outros 50% (n=6), declaram não ter filhos.

Prado (2020) em sua pesquisa de mestrado intitulada “A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Viçosa: egressos da primeira turma em perspectiva”, também analisou o perfil dos estudantes da Licena da turma de 2014, mais, especificamente dos estudantes que colaram grau no ano de 2018, ou seja, concluíram o curso no tempo regulamentar de quatro anos. Dentre aqueles que responderam ao questionário da pesquisa, que correspondeu a 83,05% (n=49) da turma, 75,5% (n=37) eram mulheres e 24,5% (n=12) homens. No tocante à faixa etária dos estudantes da primeira turma da Licena, Prado (2020) identificou que a maioria deles (51%) tinha idade entre 23 e 29 anos, ou seja, uma turma bem jovem. Em relação à cor declarada pelo estudante, Prado (2020) constatou que 67,4% (n=33) se declararam pretos e pardos. Dos 49 estudantes participantes da pesquisa, 48 responderam sobre o estado civil, sendo que 54,2% (n=26) eram solteiros, 33,3% (n=16) casados, 6,3% (n=1) divorciado, 2,1% (n=1) viúvo, 4,2% (n=2) amasiados. Do total de participantes da pesquisa, 51% (n=25) possuíam filhos e 49% (n=24), não.

Os estudos de Lopes (2016), Carvalho (2017), Silva (2018) e Prado (2020) indicaram que prevaleceu entre os estudantes da Licena das turmas de 2014 e 2015 o seguinte perfil: jovens, em sua maioria mulheres, cujos pais possuíam baixa escolaridade e realizavam trabalho manual agrícola, a maior parte dos(as) estudantes era casada e tinha filhos(as). São mães e frequentam um curso de graduação na universidade pública, na busca de seus direitos à educação e à maternidade.

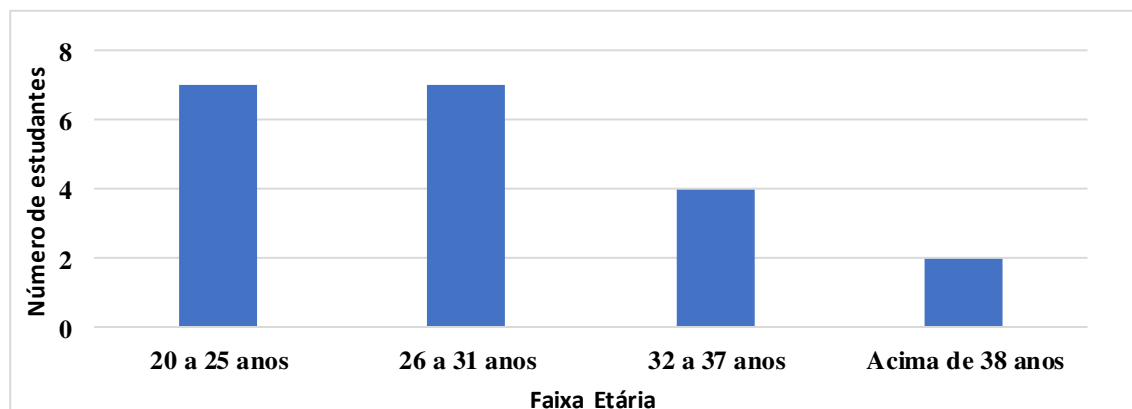
2.2. Mães estudantes da Licena UFV

Um total de 20 mães estudantes da Licena, matriculadas em 2023, responderam ao questionário. Desse total, 35% (n=7) mães estudantes tinham idade entre 20 e 25 anos, 35% (n=7) tinham idade entre 26 e 31 anos, 20% (n=4) tinham idade entre 32 e 37 anos e 10% (n=2) se encontravam com idade acima de 38 anos. Observa-se uma distribuição das mães estudantes, quanto à idade, que vai de 20 anos a mais de 38 anos de idade, portanto, em todos os casos elas ingressaram na educação superior numa idade acima da modal, que é de 18 anos (Gráfico 1).

A faixa etária que predominou entre as mães estudantes da Licena variou em torno de 20 e 31 anos de idade. De uma parte, isso pode ser o reflexo de políticas públicas que os jovens provenientes do campo têm acessado para ingressar no ensino superior, como, por exemplo, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

(PROCAMPO) e a política específica das Licenciaturas em Educação do Campo (LEDOC's). No que diz respeito àquelas estudantes na faixa etária entre 32 e 38 anos, uma das razões da entrada tardia na educação superior pode ser a reprovação escolar ou a interrupção dos estudos após a conclusão do ensino médio. Em pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2018, p. 7) constatou-se que “[...] o ensino médio é a etapa da educação básica em que há o maior percentual de estudantes com dois ou mais anos de atraso escolar[...]”. Além disso, sobre o atraso escolar no Brasil, o UNICEF (2018, p. 8) afirma que “[...] parte das crianças e dos adolescentes brasileiros em distorção idade-série está concentrada em áreas específicas no país: assentamentos, terras indígenas, comunidades quilombolas e áreas de preservação”. As mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV provêm dessas áreas.

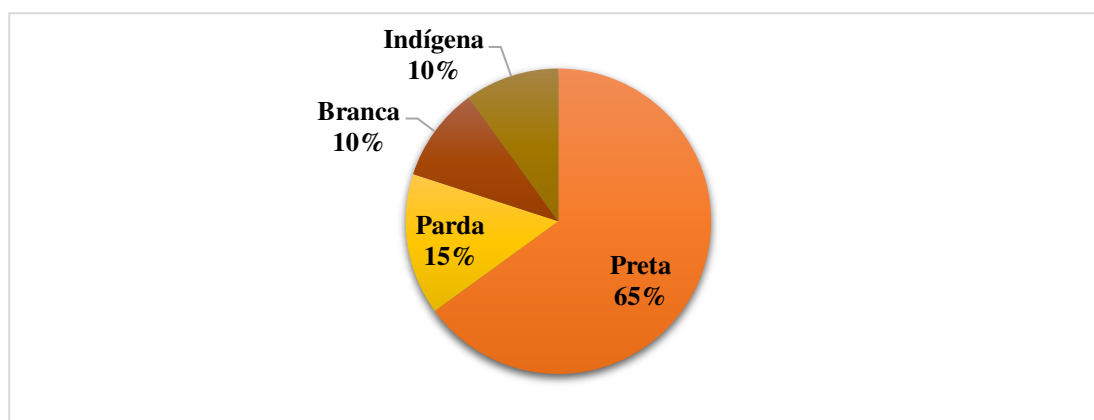
Gráfico 1 - Distribuição da faixa etária das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.



Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

Em relação à cor/raça autodeclarada, do total das mães estudantes da Licena que responderam ao questionário, um percentual de 65% (n=13) se autodeclararam pretas e 15% (n=3) pardas, totalizando 80% de mães estudantes negras. Um percentual de 10% (n=2) se autodeclararam brancas e 10% (n=2) indígenas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Cor/raça declarada pelas mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.



Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

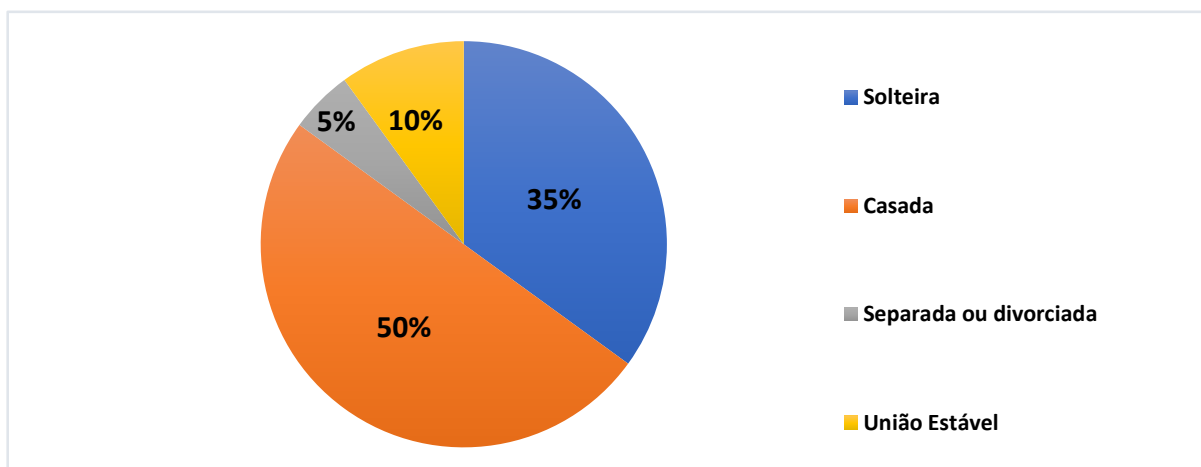
A presença majoritária de mães estudantes negras na Licena da UFV parece resultar de políticas de ações afirmativas e da expansão da educação superior nas duas primeiras décadas dos anos 2000. Segundo Pereira, Pereira e Pocahi (2021, p. 1360)

As ações afirmativas raciais e sociais, nas últimas duas décadas, causaram uma grande mudança no cenário universitário no país, dominado, majoritariamente, por pessoas brancas. Sua implementação viabilizou a entrada de milhares de pessoas negras, como estudantes, nesse ambiente do qual por séculos foram sumariamente excluídas.

As ações afirmativas no contexto brasileiro criaram oportunidades para pessoas do sexo feminino, negras, pobres, indígenas, quilombolas de ingressarem nas universidades públicas. O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV tem sido uma porta de entrada para grupos socialmente excluídos. A presença de mulheres negras (80%), dentre as quais quilombolas, e indígenas (10%), que totaliza 90% (n=18) comprova o efeito inclusivo e democrático das ações afirmativas. Destaca-se ainda que, de acordo com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV, a Licena é o curso da UFV que concentra o maior número de estudantes beneficiados(as) com a Bolsa Permanência⁸, ou seja, é o curso dessa Universidade que recebe mais estudantes indígenas e quilombolas.

Sobre o estado civil das 20 mães estudantes da Licena, participantes da pesquisa, os dados revelaram que 35% (n=7) eram solteiras, 50% (n=10) eram casadas, 5% (n=1) era separada ou divorciada, 10% (n=2) vivem em regime de união estável (Gráfico 3)

⁸ De acordo com a Portaria do Ministério da Educação, nº 389, de 2013, um dos objetivos da Bolsa Permanência é viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas (Brasil, 2013). O valor da Bolsa Permanência em fevereiro de 2025 é de R\$ 1.400,00.

Gráfico 3 - Estado Civil das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.

Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

Os dados sobre o estado civil da maioria das mães estudantes da Licena indicaram que elas vivenciam a conjugalidade, e que, em tese, têm parceiros(as) com os quais compartilham as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. Esse compartilhamento de tarefas é esperado, de acordo com o que se supõe, mas em função de como se configuraram as relações de gênero, sabe-se que as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos recaem sobre a mulher, pois são consideradas atividades essencialmente femininas (Souza, 2014; Melo e Montoya, 2016; Silva e Guedes, 2020).

Quando perguntadas sobre a religião que professavam, dentre as 20 mães estudantes da Licena participantes da pesquisa, 50% (n=10) disseram que eram católicas, 45% (n=9), evangélicas e 5% (n=1) informaram que não tinham religião. Destaca-se que, apesar da maior parte das mães serem negras, nenhuma disse ter religião de matriz africana.

Carvalho (2017) também identificou entre os estudantes da Licena, participantes de sua pesquisa, uma forte militância religiosa. De acordo com essa autora, isto se deveu ao fato de que, historicamente, pessoas vinculadas à Educação do Campo encontram-se ligadas às práticas religiosas, pois alguns grupos religiosos participam das lutas sociais dos camponeses, como, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que colaboraram para a criação das Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) no Brasil, além de contribuírem com projetos de educação popular.

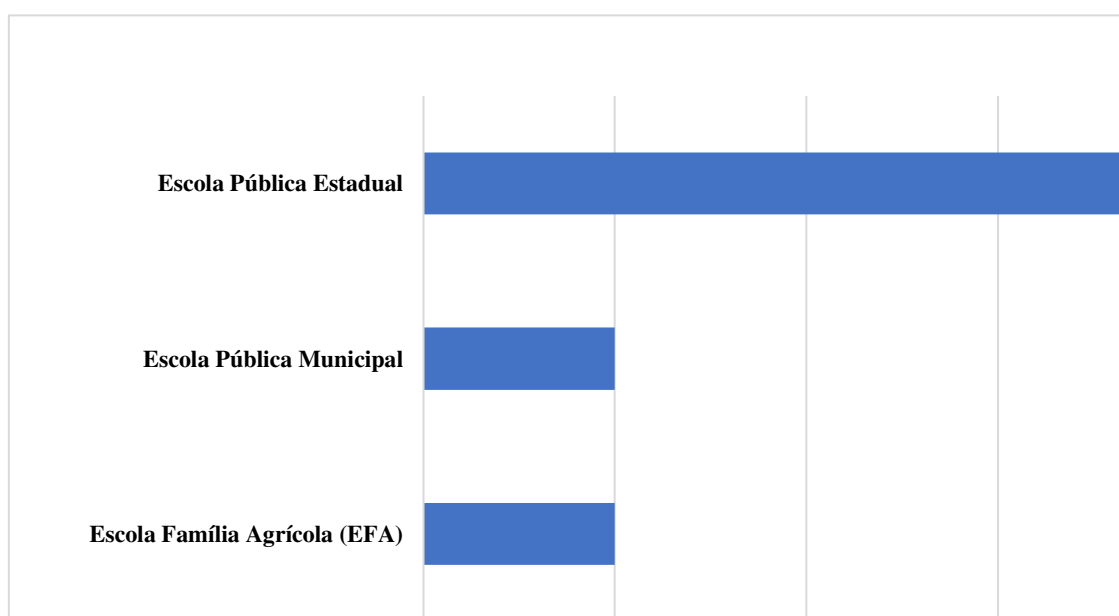
Os dados sobre o tipo de estabelecimento de ensino médio frequentado pelas mães estudantes participantes da pesquisa indicaram que a maioria (n=16) cursou o ensino médio em estabelecimentos públicos estaduais, sendo que 14 delas frequentaram o ensino regular e duas

concluíram essa etapa da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Gráfico 4).

A maior frequência aos estabelecimentos estaduais está relacionada à amplitude da oferta de vagas nessa rede pública. De acordo com o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2023)

Em 2022, foram registradas 7,9 milhões de matrículas no ensino médio (um aumento de 1,2% em relação a 2021). Configura-se uma tendência de crescimento que chega a 5,4% desde o início da ascensão dessa curva, em 2019. A rede estadual tem a maior participação nessa etapa (84,2%), atendendo 6,6 milhões de alunos. Nela também está a maioria dos estudantes de escolas públicas (87,7%).

Gráfico 4 - Tipo de escola frequentada no ensino médio pelas mães estudantes da Licena, ingressantes em 2023.



Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

As idades de ingresso no ensino médio das mães estudantes participantes da pesquisa foram: 55% (n=11) com até 15 anos; 20% (n=4) aos 16 anos; 10% (n=2) aos 17 anos; 10% (n=2) aos 18 anos e 5% (n=2) aos 33 anos, estes dois últimos casos na modalidade de educação de jovens e adultos. A maioria dessas mães estudantes (n=11) iniciou a última etapa da educação básica na idade certa, portanto não vivenciou reprovações ao longo do ensino fundamental. No tocante ao tempo de duração do ensino médio, 90% (n=18) das mães estudantes concluíram

essa etapa da educação básica em três anos e 10% (n=2) em 4 e 5 anos. Cabe destacar que, de acordo com a legislação brasileira, a faixa etária de escolarização obrigatória vai dos quatro aos 17 anos. Com quatro anos, a criança deve ingressar na pré-escola; aos seis anos, no ensino fundamental e, aos 15 anos, no ensino médio.

Ainda que a maioria das participantes da pesquisa tenham cursado a última etapa da educação básica em três anos, quando perguntadas sobre o interstício entre a conclusão do ensino médio e o ingresso na educação superior, 35% (n=7) disseram que ingressaram na universidade imediatamente após concluir o ensino médio; 5% (n=1) ingressou no ensino superior um ano após a conclusão do ensino médio; 10% (n=2) após dois anos; 5% (n=1) após três anos; 5% (n=1) após quatro anos; 5% (n=1) após cinco anos; 5% (n=1) após seis anos; 15% (n=3) após sete anos; 5% (n=1) após nove anos; 5% (n=1) após 10 anos e 5% (n=1) após 14 anos da conclusão do ensino médio.

Para maior parte das mães estudantes (n=13), o interstício entre a conclusão do ensino médio e o ingresso na universidade foi elevado. De modo geral, dentre os possíveis motivos para a entrada tardia dessas mulheres na universidade estão: a dificuldade em conciliar o trabalho remunerado com o curso, as demandas das tarefas domésticas, os cuidados com os filhos pequenos, as dificuldades de acesso à educação superior.

Em sua pesquisa com estudantes da Educação do Campo da UFV, Carvalho (2017) constatou que os motivos de um número elevado de mulheres na turma terem abandonado os estudos foram: as necessidades impostas pelo trabalho no campo; em função das relações patriarcais que afetam a vida dos casais e o trabalho doméstico.

No que diz respeito à realização de trabalho remunerado no momento de preenchimento do questionário de pesquisa, 85% (n=17) das mães estudantes não possuíam trabalho remunerado, enquanto 15% (n=3) das pesquisadas tinham algum trabalho remunerado. As atividades remuneradas desenvolvidas por essas três mães estudantes eram: auxiliar de limpeza, agricultora e monitora⁹ interna de uma Escola Família Agrícola.

Segundo Gouvêa (2023, p. 71), referindo-se ao trabalho das mulheres ocorre “[...] uma sobrecarga de trabalho que resulta em uma maior dificuldade em conciliar vida pessoal e

⁹ Monitor interno de Escola Família Agrícola (EFA) é o professor, que além de dar aulas, reside na escola para monitorar os estudantes. Um homem pernoita e é responsável pelos meninos e uma mulher pernoita com as meninas. Os monitores se revezam nesta atribuição. Outras funções do(a) monitor(a) é coordenar atividades do serão, que acontece no período noturno, como aquecer o jantar dos alunos e tutorar os estudantes com dúvidas quanto aos conteúdos ensinados em aula. Os monitores permanecem em Tempo Escola por 15 dias, juntamente com os estudantes na EFA.

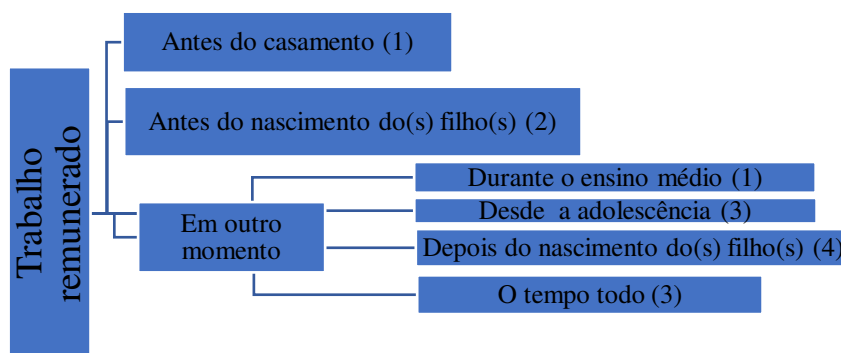
profissional. As atividades domésticas e de cuidados dos filhos e outros membros da família quase sempre ficam a cargo delas”.

No caso das mães estudantes participantes da pesquisa, apesar dos dados indicarem que ocorre também essa sobrecarga, a maioria disse que não concilia o trabalho remunerado com as demais atividades que exerce. Dentre as razões dessa situação infere-se que seja pelo fato de terem filhos pequenos; a maioria ser casada e o sustento familiar fica ao encargo do companheiro, estarem cursando a graduação e ter sido beneficiadas com a Bolsa Permanência.

Quando a pergunta foi se a participante da pesquisa já havia realizado trabalho remunerado anteriormente 28% (n=6) disseram que nunca tiveram um trabalho remunerado e 72% (n=14) afirmaram já desempenharam trabalho remunerado. As diversas funções realizadas pelas quatorze mulheres foram: atendente de telemarketing, professora de química, agricultora, garçone, atendente de farmácia, professora de percussão instrumental, gari, trancista, safrista, garçone, encarregada de restaurante, vendedora, secretária e empregada doméstica, essa última a atividade remunerada mais citada pelas mães estudantes.

No tocante aos períodos em que as mães estudantes realizaram algum trabalho remunerado, o questionário apresentava três opções de resposta: antes do casamento, antes do nascimento do(s) filho(s) ou em outro momento e, neste último caso, foi perguntado qual momento foi esse. Os dados indicaram que: uma mãe estudante tinha um trabalho remunerado antes do casamento; duas trabalharam antes do nascimento dos filhos; uma mãe estudante trabalhou durante o ensino médio, conciliando o estudo e o trabalho; três trabalharam desde a adolescência até o ingresso na universidade (também conciliando a educação básica e o trabalho); quatro trabalharam após o nascimento dos filhos e três delas trabalharam de forma remunerada todo o tempo, ou seja, mesmo após o casamento, o nascimento dos(as) filhos(as) e a entrada no educação superior, nesse último caso conciliando o trabalho remunerado, o trabalho doméstico, os cuidados com os filhos e o curso superior (Figura 1).

Figura 1 - Época em que as mães estudantes da Licena, matriculadas em 2023, exerceram trabalho remunerado.



Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

As informações apresentadas na Figura 1 mostram que sete mães estudantes trabalharam quando eram mais novas, na adolescência, durante o ensino médio, antes do casamento, do nascimento dos filhos. Aquelas que trabalham todo o tempo o fizeram depois de se casar, de ter os filhos, de ingressar na universidade, portanto, conciliando todas essas atividades.

Em relação à escolaridade do companheiro ou cônjuge, no caso das treze mães estudantes que informaram que tinham uma vida conjugal, um deles era analfabeto, dois tinham os anos iniciais do ensino fundamental incompletos, um cursou todos os anos iniciais do ensino fundamental, um possuía o ensino médio incompleto, quatro possuíam o ensino médio completo, um possuía ensino superior incompleto e três deles possuíam ensino superior completo (Quadro 1).

Os dados obtidos pelo questionário indicaram que a etapa de escolaridade alcançada pela maioria dos cônjuges ou companheiros das mães estudantes da Licena são inferiores aos delas. Apenas três deles possuíam ensino superior completo e um estava cursando o ensino superior. Este dado coincide com os dados sobre a escolarização das mulheres no Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE em 2022 indicou que as mulheres residentes no Brasil possuem, em média, mais instrução que os homens. Dentre os homens com 25 anos de idade ou mais, 35,5% não tinham instrução ou possuíam apenas o fundamental incompleto, já entre as mulheres esse percentual era de 32,7%. Em relação aos que possuíam curso superior completo, 16,8% eram homens e 21,3% mulheres (IBGE, 2022).

Sobre a escolaridade do pai das mães estudantes da Licena, os dados indicaram que: 20% (n=4) dos pais eram analfabetos, 50% (n=10) possuíam os anos iniciais do ensino fundamental incompletos, 20% (n=2) concluiu os anos iniciais do ensino fundamental, 10% (n=2) concluiu os

anos finais do ensino fundamental, 5% (n=1) concluiu o ensino médio. Em um caso a escolaridade do pai era desconhecida (Quadro 1).

Em relação à escolaridade das mães (avós das crianças) das estudantes da Licena, os dados mostraram que: 15% (n=3) eram analfabetas, 45% (n=9) não concluiu os anos iniciais do ensino fundamental; 10% (n=2) concluiu os anos iniciais do ensino fundamental; 5% (n=1) concluiu os anos finais do ensino fundamental; 15% (n=3) concluiu o ensino médio e 10% (n=2) concluiu o ensino superior (Quadro 1). Nota-se que, apesar de três mães estudantes serem analfabetas, o nível de escolaridade alcançado por elas, é maior que o dos pais.

Quadro 1- Escolaridade do cônjuge/companheiro (quando havia), Escolaridade dos pais (pai e mãe) das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.

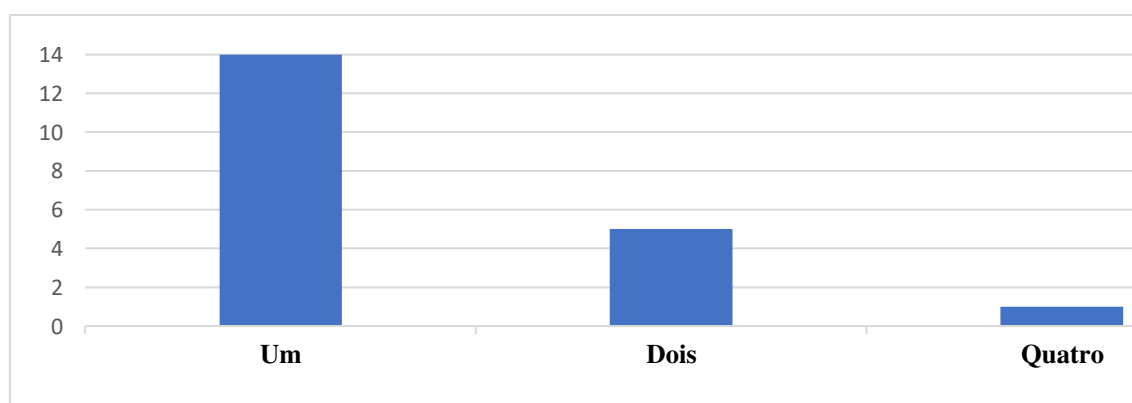
Sujeitos da Pesquisa	Escolaridade do Cônjuge ou companheiro	Escolaridade do Pai	Escolaridade da Mãe
Mãe Estudante 1	-	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Analfabeta
Mãe Estudante 2	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Analfabeto	Ensino fundamental anos iniciais incompletos
Mãe Estudante 3	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Analfabeta
Mãe Estudante 4	Ensino superior completo	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino fundamental anos iniciais incompletos
Mãe Estudante 5	Ensino médio completo	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino fundamental anos iniciais incompletos
Mãe Estudante 6	Não possui cônjuge	Ensino fundamental anos iniciais completos	Ensino médio completo
Mãe Estudante 7	Ensino médio completo	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino médio completo
Mãe Estudante 8	Ensino superior completo	Ensino médio completo	Ensino superior completo
Mãe Estudante 9	Ensino fundamental anos iniciais completos	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino superior completo
Mãe Estudante 10	-	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino fundamental anos finais completos
Mãe Estudante 11	-	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo
Mãe Estudante 12	-	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino fundamental anos iniciais incompletos
Mãe Estudante 13	-	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino fundamental anos finais incompletos
Mãe Estudante 14	Ensino médio incompleto	Ensino fundamental anos finais completos	Ensino fundamental anos iniciais completos
Mãe Estudante 15	-	Analfabeto	Analfabeta
Mãe Estudante 16	Analfabeto	Não informado	Ensino fundamental anos iniciais incompletos
Mãe Estudante 17	Ensino médio completo	Analfabeto	Ensino fundamental anos iniciais incompletos
Mãe Estudante 18	Ensino superior incompleto	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino fundamental anos iniciais incompletos
Mãe Estudante 19	Ensino superior completo	Analfabeto	Ensino fundamental anos iniciais incompletos
Mãe Estudante 20	Ensino médio completo	Ensino fundamental anos iniciais incompletos	Ensino fundamental anos iniciais incompletos

Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

Quando foram perguntadas se já haviam concluído outra graduação antes do ingresso na Licena, um percentual de 95% (n=19) afirmou não ter outro curso superior e 5% (n=1) concluiu outro curso superior, a Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância.

Os dados revelaram que dentre as 20 mães estudantes da Licena da UFV que responderam ao questionário, 70% (n=14) tinham apenas um(a) filho(a), 25% (n=5) dois(duas) filhos(as) e 5% (n=1) possuía quatro filhos(as) (Gráfico 5).

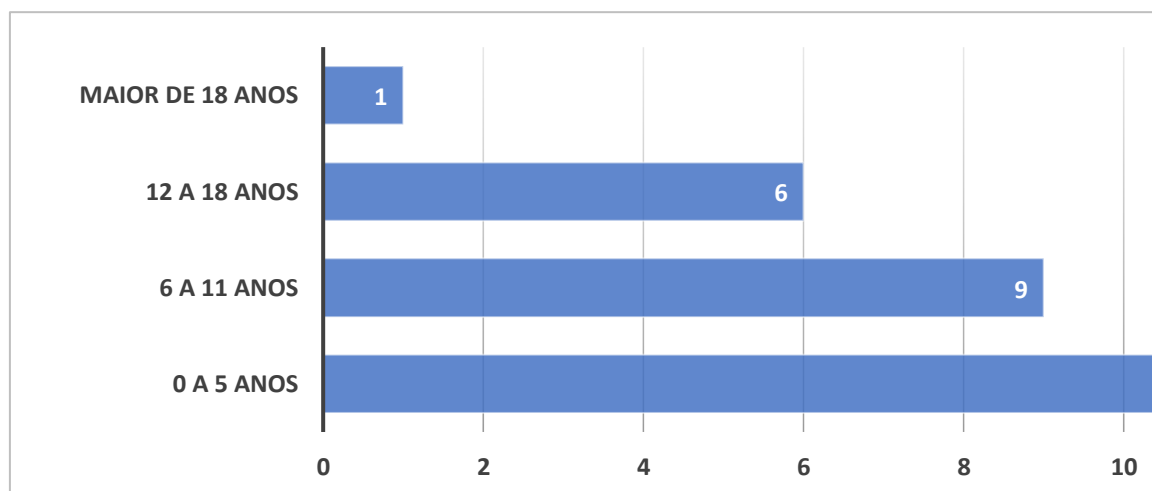
Gráfico 5 - Quantidade de filhos das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.



Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

O número de filhos das famílias brasileiras vem diminuindo consideravelmente nas últimas décadas, devido à inserção da mulher no mercado de trabalho, uso de métodos anticoncepcionais, opção em ampliar em sua formação acadêmica e devido ao planejamento familiar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam o declínio na taxa de fecundidade nas últimas décadas no Brasil. No ano de 2000, por exemplo, a taxa de fecundidade total era de 2,49, enquanto em 2015 esse valor reduziu para 1,72.

Em relação ao sexo dos filhos, os dados foram: dentre as dezesseis mulheres que possuem um filho apenas, oito têm meninas e oito, meninos. Dentre as três que possuem dois filhos, duas têm dois meninos e uma mãe estudante uma menina e um menino. A mãe que possui quatro filhos, dois são meninos e duas, meninas. Sobre a faixa etária dos(as) filhos(as) onze crianças que tinham idade entre zero e cinco anos; nove entre seis e 11 anos. Além desses(as) filhos(as), as mães estudantes tinham também seis filhos(as) adolescentes entre 12 e 18 anos e um jovem de 23 anos (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Faixa etária dos filhos das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.

Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

A predominância da faixa etária de crianças entre zero e 11 anos (20) indica que as mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV conciliam a maternagem de crianças pequenas com os estudos na Universidade.

De modo geral, “postergar ou abdicar da maternidade em razão dos inúmeros obstáculos encontrados na tentativa de conciliar trabalho e família se apresenta como uma realidade [...]” (Gouvêa, 2023, p. 146). No caso das mães estudantes da Licena, não se observa esse adiamento ou abdicção da maternidade para se dedicar ao trabalho remunerado ou aos estudos, mas elas se desdobram para conciliar a vida familiar, que envolve os cuidados com os filhos, os afazeres domésticos e as atividades acadêmicas, o que torna o processo muito mais difícil e demorado, ocasionando, em alguns casos, a demora para a integralização do curso de graduação.

Em relação à renda das mães estudantes da Licena, os dados indicam que 70% (n=14) possui renda de até um salário mínimo e 30% (n=6) das mulheres possui renda de dois salários mínimos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que em 2023, a renda média *per capita* nos lares brasileiros foi de R\$1.893,00. Levando-se em consideração que a maioria das mulheres da Licena (70%) afirmaram ter a renda familiar mensal de até um salário mínimo, isso mostra que se encontram abaixo da renda média das famílias brasileiras.

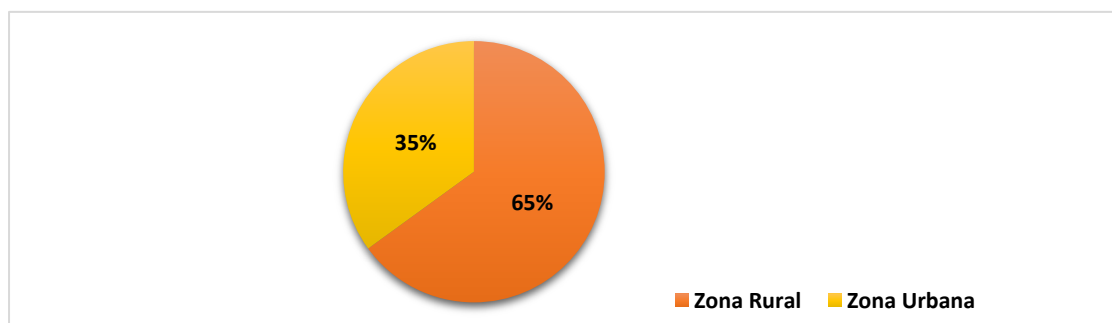
Os dados sobre a origem geográfica das mães estudantes da Licena, indicaram que: seis são de Viçosa, cidade onde se localiza a UFV; quatro são de cidades próximas a Viçosa e a metade das mães estudantes (10) são de cidades que ficam a mais de 400 km de Viçosa (Quadro 2).

Quadro 2 - Origem das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023 por municípios.

Município	Número de Estudantes
Viçosa	6
Araponga	1
Ouro Verde de Minas	3
Diogo de Vasconcelos	1
Piranga	1
Bocaiúva	1
Ervália	1
Coronel Murta	2
Brasília de Minas	3
Campo do Meio	1

Fonte: Autora, Dados da Pesquisa, 2024.

Sobre a localização das residências nas cidades onde residem as mães estudantes da Licena, 65% (n=13) moram em zona rural e 35% (n=7) na zona urbana (Gráfico 7).

Gráfico 7- Local de residência das mães estudantes da Licena.

Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

O dado de que um percentual de 65% (n=13) das mães estudantes da Licena residem na zona rural é previsível, levando-se em consideração que a proposta do curso é formar educadores para atuar em escolas do campo e/ou em outros espaços socioeducativos existentes no campo.

A quantidade de pessoas que moram na mesma residência com a mãe estudante da Licena participante da pesquisa foi: 10% (n=2) mora com mais uma pessoa apenas, o que nesse caso mostra que são mães solo, levando-se em consideração que elas possuem um filho apenas e são solteiras; 55% (n=11) moram com mais duas pessoas; 15% (n=3) residem com mais de três pessoas; 15% (n=3) moram com mais quatro pessoas e 5% (n=1) mora com mais seis pessoas (Quadro 3).

Quadro 3 - Número de pessoas que moram na mesma residência que as mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.

Sujeitos da Pesquisa	Quantidade de pessoas que moram na mesma casa
Estudante 1	2
Estudante 2	2
Estudante 3	4
Estudante 4	2
Estudante 5	2
Estudante 6	1
Estudante 7	2
Estudante 8	2
Estudante 9	2
Estudante 10	2
Estudante 11	3
Estudante 12	1
Estudante 13	3
Estudante 14	3
Estudante 15	6
Estudante 16	4
Estudante 17	2
Estudante 18	2
Estudante 19	2
Estudante 20	3

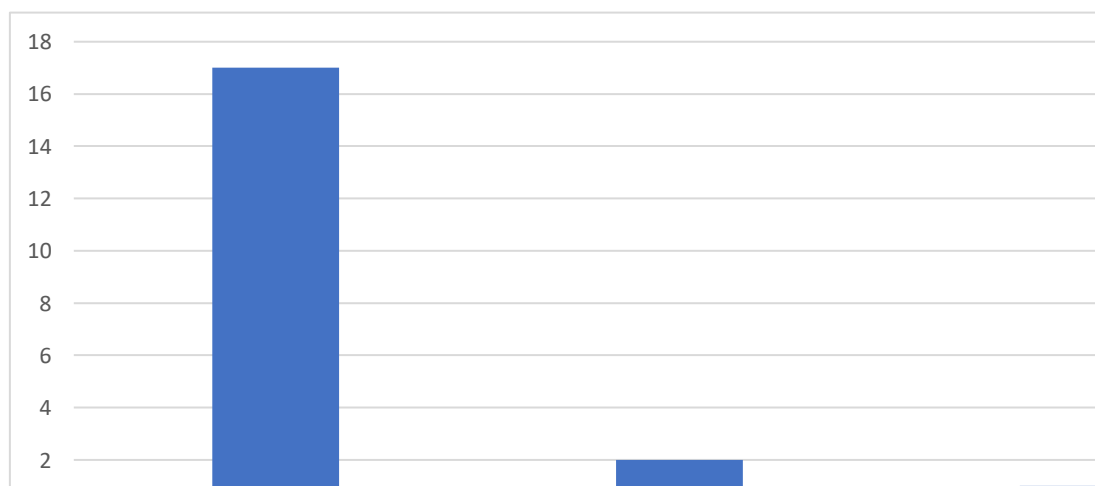
Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

Os dados indicam que as famílias possuem um número pequeno de pessoas morando na mesma residência, pois dezessete das mães estudantes moram com até três familiares. Para Barros e Mendonça (1997) dentre os retornos privados da educação está a redução no tamanho da família, com declínio do número de filhos e aumento na qualidade de vida destes. Portanto, relacionar o declínio da taxa de fecundidade com o aumento do nível de escolaridade das mulheres, parece adequado, uma vez que, de forma geral, observa-se que, quanto mais formação a mulher possui, mais ela investe em sua carreira e menos filhos ela tem.

No que se refere à realização das tarefas domésticas, do total das vinte participantes da pesquisa, 85% (n=17) disseram ser as principais responsáveis por fazer esse trabalho na sua residência, 10% (n=2) disseram ser a mãe (avó materna das crianças) quem realiza os afazeres

domésticos e apenas 5% (n=1) informaram ter ajuda do esposo/companheiro na realização das tarefas domésticas (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Principal responsável pela realização das tarefas domésticas nas residências das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.



Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

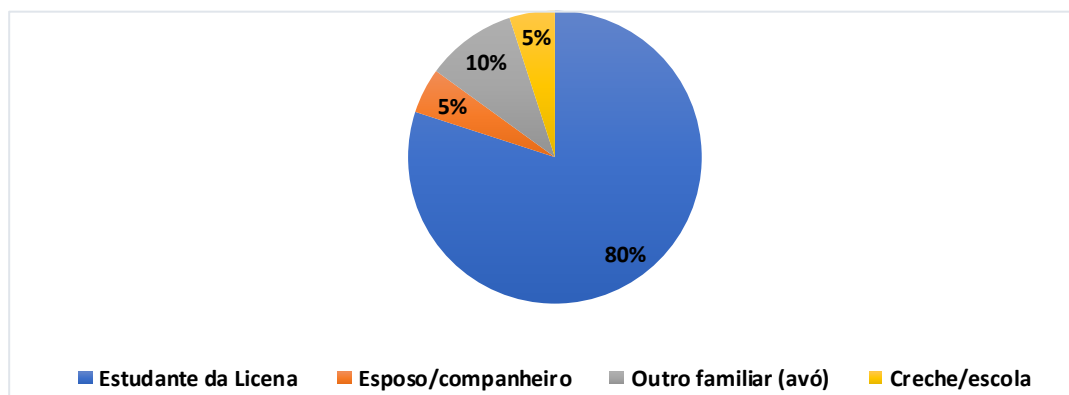
Os dados sobre quem realiza as atividades domésticas confirmam as desigualdades de gênero decorrentes da divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres são as principais responsáveis por todo o trabalho doméstico e cuidados com os filhos. Estes dados vão ao encontro das análises de Dias (2021, p. 52):

O acúmulo de funções assumidas pelas mulheres, de certo, ocasiona sobrecarga. Como a jornada de trabalho da maioria das alunas-mães é extensa, quando combinada com a carga de estudos acadêmicos e a maternidade, certamente, produz uma situação de conciliação desafiadora.

As mães estudantes da Licena são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, portanto, o que nos leva a entender que elas dividem o tempo delas entre realizar os afazeres domésticos, cuidar dos filhos pequenos, em alguns casos realizar trabalho remunerado e além realizar as atividades do curso de graduação. Essa jornada intensa é desafiadora e faz parte da realidade de muitas mulheres brasileiras.

No que se refere aos cuidados com os filhos (crianças de até 11 anos de idade), 80% (n=16) das mulheres informaram que são as responsáveis exclusivas pelos cuidados com os filhos, 10% (n=2) delas afirmaram ser as avós que cuidam dos seus filhos, 5% (n=1) afirmou ser o esposo e a avó materna os responsáveis pelos cuidados de sua filha e 5% (n=1) utiliza a creche em tempo integral (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Principal responsável pelos cuidados dos filhos das mães estudantes da Licena matriculas em 2023.



Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

Os dados indicaram, portanto, que a maior parte das mães estudantes da Licena UFV são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos pequenos, o que caracteriza uma jornada de trabalho longa, que ocupa todo o dia e parte da noite. O fato de a mulher assumir uma jornada diária longa é naturalizado e interfere de forma negativa na atuação profissional das mulheres (Estevans, 2019) e certamente também no desenvolvimento dos estudos.

No próximo capítulo serão apresentados e discutidos os dados relativos à conciliação entre maternidade, trabalho (doméstico e/ou remunerado) e o curso de graduação, cujos dados foram gerados por meio de entrevistas com oito mães estudantes da Licena UFV.

CAPÍTULO III: CONCILIAÇÃO ENTRE O TRABALHO (DOMÉSTICO E REMUNERADO), A MATERNIDADE E O CURSO DE GRADUAÇÃO

Este capítulo foi construído a partir dos dados das entrevistas realizadas com oito mães estudantes do curso de Licenciatura da Educação do campo da UFV. Essas mães estudantes representam 40% dentre as 20 que responderam ao questionário e foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: diversidade de pertencimento étnico-racial (mães universitárias, pretas, pardas, brancas, indígenas e quilombolas); diferentes condições de renda; variações quanto à idade dos filhos, apoio nos cuidados com os filhos (apoio de cônjuge/companheiro ou de membros da família extensa) e diferentes locais de residência (moradoras de zona rural e urbana, residentes em Viçosa, moradoras de cidades circunvizinhas a Viçosa e residentes em cidades a mais de 100 km de Viçosa).

3.1. Mães estudantes da Licena, matriculadas em 2023

Entre as mães estudantes entrevistadas, Juliana¹⁰, tinha, na época da entrevista 20 anos; Marina, 21 anos, Luana, 22 anos, Amanda, 24 anos, Bruna e Camila, 26 anos, Roberta, 36 anos e Joana 37 anos. Dentre essas mães estudantes, três tinham filhos antes de ingressar na Universidade – Camila, Roberta e Joana –, as mais velhas dentre as participantes da pesquisa. As demais mães estudantes – Juliana, Marina, Luana, Amanda e Bruna – se tornarem mães após o ingresso no curso de graduação (Quadro 4).

Considerando-se que a idade modal para ingresso na educação superior no Brasil é 18 anos, todas as mães estudantes ingressaram com idade acima da modal. No entanto, a metade delas – Juliana; Marina, Luana e Amanda –, ingressaram antes de 25 anos de idade. A outra metade – Bruna, Camila, Roberta, e Joana – é constituída de mães estudantes que se encontram na faixa etária de 26 a 37 anos. O ingresso relativamente tardio na universidade pública desse grupo parece relacionar ao fato de que elas são mulheres, mães, negras e residentes em áreas rurais. Além disso, o ingresso no curso de Licenciatura da Educação do Campo da UFV de estudantes com idade acima de 20 anos de idade tem sido uma constante ao longo do tempo. Carvalho (2017), que investigou estudantes da Licena da turma de 2015, encontrou dados semelhantes quanto à idade dos(as) estudantes.

¹⁰ Os nomes utilizados são fictícios para preservar a identidade das entrevistadas.

Dentre as oito mães estudantes participantes da pesquisa, Marina e Luana se autodeclararam brancas; Amanda, Juliana, Camila e Roberta negras, sendo que as duas primeiras se autodeclararam pardas e as duas últimas pretas; Bruna e Joana se autodeclararam indígenas. Estes dados indicam que a maior parte das mães estudantes da Licena (n=6) participantes da pesquisa fazem parte do grupo de minorias sociais (mulheres negras e indígenas). Cabe destacar que o edital para ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV reserva vagas nos termos das Leis nº 12.711, de 2012 e nº 13.409, de 2016. Além disso, estabelece grupos prioritários para ocupação das vagas: docente que atua ou já atuou em escolas do campo; educador popular ou monitor vinculado à educação do campo; sujeitos com vínculos aos movimentos sociais do campo; trabalhador do campo e indígena ou quilombola.

Quase a totalidade das mães estudantes entrevistadas têm apenas um(a) filho(a), as quais são as mais jovens, excetuando-se a Roberta que tem 36 anos. Apenas Joana, que tem 37 anos, tem dois filhos. A redução da taxa de fecundidade no Brasil é conhecida. No caso de mães universitárias, pesquisa em instituições de ensino superior paulistas, realizada por Joaquim (2023) constatou que a maioria delas possui apenas um filho.

Do total das mulheres, cinco delas têm filhas e três, filhos, sendo que uma delas têm dois meninos. Em relação à idade das crianças, duas tinham menos de um ano, três tinham entre dois e três anos, e três tinham idade entre cinco e nove anos, ou seja, a maioria ainda bem pequenos, o que sugere que demandem muito por cuidados de suas mães.

Ao se observar a idade dos(as) filhos(as) das mães estudantes da Licena UFV constata-se que a maior parte tem menos de quatro anos, faixa etária que muito exigente em termos de cuidados realizados pelas mães e de proximidade. De acordo com Froes (2019, p. 174) no tocante a esses cuidados, “[...] há o reconhecimento geral de que determinadas atribuições compõem universos distintos de atuação e desempenho marcados por representações tradicionais em torno das distinções sociais de gênero [...]”. Devido à forma como a divisão sexual do trabalho ocorre no Brasil e seus efeitos sobre a desigualdade de gênero, os cuidados com crianças pequenas ficam sob responsabilidade exclusiva das mulheres na quase totalidade dos casos, tarefa que se associa às atividades acadêmicas e ao trabalho doméstico e/ou remunerado.

Sobre o estado civil das mães estudantes da Licena cinco eram casadas e três, solteiras. Essa distribuição quanto ao estado civil das mães estudantes da Licena converge com os dados da pesquisa realizada por Silva (2018) também com estudantes da Licena, relativos à turma de 2014, que eram monitores(as) de EFAs, pois este autor identificou que um pouco mais da

metade dos(as) estudantes entrevistados eram casados e a outra parte, solteiros(as). O número de estudantes casados está relacionado, nas duas pesquisas, ao fato de que os(as) estudantes ingressaram mais tarde na educação superior, provavelmente porque puderam usufruir do benefício das cotas, e buscam ampliar sua formação para melhorar as condições socioeconômicas da família.

Quanto à renda familiar, seis mães estudantes informaram que a faixa oscilava entre um e dois salários mínimos. Uma mãe estudante disse que sua renda era de dois a três salários mínimos e outra de quatro a cinco salários mínimos. A renda mais alta foi declarada por Roberta. Ela explicou que o fato de morar na mesma casa que seus pais, já aposentados, ela receber bolsa família e bolsa permanência e o marido ter carteira assinada, eleva a renda familiar. Porém, de maneira geral e, em sua maior parte, a renda familiar das mães estudantes da Licena era um a dois salários mínimos. Guedes (2022) em sua pesquisa sobre as trajetórias e desafios das mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV indicou que as mulheres tinham baixa renda, indo ao encontro das informações desta pesquisa.

Em relação ao número de pessoas que moravam na mesma residência, juntamente com as mães estudantes da Licena participantes da pesquisa, Marina, Luana, Amanda e Roberta informaram que moravam três pessoas em suas residências. Bruna disse que moravam apenas duas pessoas na mesma casa, ou seja, ela e seu filho. Juliana, Joana e Camila foram as participantes da pesquisa que disseram que em suas residências moravam cinco pessoas, seis pessoas e sete pessoas, respectivamente. Destaca-se que o número maior de moradores na mesma residência não está associado a uma maior renda familiar.

Quanto ao local de residência das mães estudantes da Licena, os dados indicaram que: Marina mora na zona rural de Diogo de Vasconcelos, cidade circunvizinha a Viçosa, distante 65,2 km do *campus* universitário; Luana reside na zona rural do município de Araponga, localizada a 50,8 km de Viçosa; Bruna mora na zona urbana da cidade de Ervália, cuja distância de Viçosa é de 31,4 km. Joana mora na zona urbana de Viçosa, numa área periférica que se localiza a 9,1 km da UFV. Amanda reside no Norte do Estado de Minas Gerais, distante a 464,1 km de Viçosa, na cidade de Ouro Verde de Minas. Juliana mora na zona rural da cidade de Ataleia, distante de 504,3 km de Viçosa. Camila reside na zona rural da cidade de Coronel Murta, localizada a 711,3 km de Viçosa. Roberta reside na zona rural de Viçosa, a uma distância de 10,4 km do campus universitário.

Quadro 4 - Idade, raça/cor, número de filhos, estado civil, renda mensal familiar e número de pessoas que moram junto das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.

Mãe estudante da Licena	Idade	Cor/raça	Número de filhos	Idade dos filhos	Estado Civil	Renda mensal familiar¹¹	Número de pessoas que moram na mesma casa que a mãe estudante da Licena
Marina	21 anos	Branca	1	7 meses	Casada	De 1 a 2 salários mínimos	3 pessoas
Luana	22 anos	Branca	1	2 anos e 7 meses	Casada	De 1 a 2 salários mínimos	3 pessoas
Bruna	26 anos	Indígena	1	2 anos e 6 meses	Solteira	De 1 a 2 salários mínimos	2 pessoas
Joana	37 anos	Indígena	2	9 anos 2 anos	Casada	De 4 a 5 salários mínimos	6 pessoas
Amanda	24 anos	Parda	1	4 anos	Solteira	De 2 a 3 salários mínimos	3 pessoas
Juliana	20 anos	Parda	1	6 meses	Casada	De 1 a 2 salários mínimos	4 pessoas
Camila	26 anos	Preta	1	5 anos	Solteira	De 1 a 2 salários mínimos	7 pessoas
Roberta	36 anos	Preta	1	8 anos	Casada	De 1 a 2 salários mínimos	3 pessoas

Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

¹¹ O valor do salário mínimo em 2023 era de R\$1320,00.

3.2. Histórias escolares das famílias e das mães estudantes da Licena

Ao se comparar o nível de escolaridade da geração dos avós paternos em relação à geração dos pais das estudantes que participaram da pesquisa verifica-se que esses últimos avançaram, de modo discreto, em relação à geração dos avós, dado que a maioria deles têm baixa escolaridade. Entre uma geração e outra houve apenas a conquista de alguns anos a mais de estudos, como no caso do pai de Luana, Joana, Juliana e Roberta. A única situação que se destaca em relação ao número de anos de escolaridade alcançado de uma geração a outra é o caso do pai de Amanda, pois ele concluiu o ensino médio e provinha de uma família, cujos pais (pai e mãe) eram analfabetos. O caso do pai da Camila é de imobilidade, pois os avós paternos dessa estudante eram analfabetos e o pai se manteve nessa mesma situação, isto é, também era analfabeto.

Marina foi uma estudante que desconhecia o nível de escolaridade dos avós paternos, mas, devido ao fato de que seu pai alcançou apenas os anos iniciais do ensino fundamental, pode-se inferir que seus avós paternos tinham também um fraco capital escolar.

Na linhagem materna as diferenças entre a escolaridade alcançada pelas mães das estudantes da Licena e a dos avós maternos é mais marcante. Destaca-se o caso de Amanda, cujos avós maternos eram analfabetos e sua mãe concluiu o curso superior. No caso de Luana houve as avós que eram analfabetas e a mãe alcançou os anos finais do ensino fundamental, apesar de não ter concluído essa etapa da escolarização básica. A escolaridade alcançada pelas mães de Bruna, Juliana e Camila foi a mesma da geração anterior, indicando o processo de reprodução social.

Os dados sobre a escolaridade dos pais das estudantes participantes da pesquisa são: um era analfabeto, três não concluíram os anos iniciais do ensino fundamental; um concluiu os anos iniciais do ensino fundamental, um ingressou nos anos finais do ensino fundamental, mas não concluiu essa etapa da educação básica, um ingressou no ensino médio, mas não concluiu essa etapa, um concluiu o ensino médio completo. Cunha (2011) destacou em seu estudo, a baixa escolarização de genitores dos estudantes da Licena, sendo escassos os casos daqueles que concluíram o ensino fundamental e médio. Devido à baixa escolarização desses pais, as profissões que ocupavam eram: lavrador, agricultores, produtor rural, auxiliar de motorista e armador de ferragem.

Sobre a escolaridade das mães de oito estudantes da Licena participantes da pesquisa, os dados indicaram que uma era analfabeta, três delas não concluíram os anos iniciais do ensino fundamental, uma concluiu os anos iniciais do ensino fundamental, uma ingressou nos anos finais do ensino fundamental, mas não concluiu essa etapa, uma concluiu o ensino médio e uma, a mãe da Amanda, concluiu o superior completo. Apesar de algumas mães terem alcançado um nível de escolaridade mais elevado, se comparado aos dos pais, como a conclusão do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior, em relação às ocupações elas realizavam, em sua maior parte, trabalhos manuais com baixo prestígio social e econômico, pois eram: lavradora, agricultora, empregada doméstica, empregada doméstica aposentada, cuidadora de idosos, faxineira, professora e agricultora aposentada.

Os dados indicaram que as mães estudantes da Licena originam-se de famílias com fraco capital escolar. No entanto, os percursos dos pais (pai e mãe) são marcados por processos de interrupção dos estudos, indiciando que eles valorizavam a escola, mas em decorrência de suas condições de vida, não puderam prosseguir seus estudos. Assim, apesar de se notar certa ascensão escolar nas histórias escolares intergeracionais, a escolaridade dos pais (pai e mãe) das estudantes da Licena, de forma geral, marcada por um baixo nível de instrução, parece fazer com que, para as mães estudantes participantes da pesquisa, “chegar à universidade [...] representa, de fato, a realização de um destino não cumprido por seus pais” (Cunha, 2011, p. 268), ou ainda, [...] representa a superação de todas as adversidades e constrangimentos objetivos, bem como o resgate de um sentimento emergente de direito [...]” (Cunha, 2011, p. 275).

Quadro 5 - Escolaridade dos avós (paternos e maternos) e dos pais (pai e mãe) das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.

Mãe estudante da Licena	Avô Paterno	Avó Paterna	Pai	Avô Materno	Avó Materna	Mãe
Marina	-	Desconhece a informação	Ensino Fundamental anos iniciais completos	-	-	Ensino Fundamental anos iniciais completos
Luana	Analfabeto	Analfabeta	Ensino fundamental anos finais incompletos	Analfabeto	Analfabeta	Ensino Fundamental anos finais incompletos
Bruna	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos
Joana	Analfabeto	Analfabeta	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos	-	Desconhece a informação	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos
Amanda	Analfabeto	Analfabeta	Ensino médio completo	Analfabeto	Analfabeta	Ensino superior completo
Juliana	Analfabeto	Analfabeta	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio completo	Ensino médio completo
Camila	Analfabeto	Analfabeta	Analfabeto	Analfabeto	Analfabeta	Analfabeta
Roberta	Analfabeta	Analfabeta	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos	Ensino Fundamental anos iniciais incompletos	Analfabeta	Ensino Fundamental anos iniciais completos

Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

3.3. Trajetórias escolares das mães estudantes da Licena

A educação básica teve início, para três mães estudantes da Licena, em creches municipais, enquanto cinco iniciaram a escolarização no primeiro ano do ensino fundamental. As mães estudantes que não frequentaram a educação infantil residiam em áreas rurais, o que coincide com a afirmativa de Lopes (2016, p. 41) sobre o fato de que “as creches em zonas rurais são bem escassas”.

Em relação ao tipo de estabelecimentos frequentados durante o ensino fundamental pelas mães estudantes da Licena, os dados indicaram que cinco delas frequentaram apenas escolas públicas municipais e três cursaram os anos iniciais do ensino fundamental em escolas municipais e os anos finais em escolas públicas estaduais.

Durante o ensino médio seis mães estudantes da Licena frequentaram escolas públicas estaduais, enquanto duas frequentaram Escolas Família Agrícola (EFA's). Aquelas que frequentaram a última etapa da educação básica em escolas públicas concluíram em três anos, já as que frequentaram as EFA's concluíram em quatro anos, uma vez que fizeram o curso técnico agrícola integrado ao ensino médio. As EFA's, de acordo com Silva (2018) foram fundamentais para a criação de um modelo de escola diferente, que leva em consideração os modos de vida camponesa, diretamente ligados às mobilizações dos movimentos sociais e sindicais do campo. O fluxo no ensino médio de todas as mães estudantes da Licena foi regular, ou seja, não se observou nenhum caso de abandono ou reprovação.

Quando questionadas a respeito do desempenho escolar na educação básica, as mães estudantes da Licena relataram que o rendimento escolar era bom. Marina disse que era muito tímida na escola, falava muito pouco, mas tinha boas notas. Luana relatou que sempre foi boa aluna, mas na EFA seu rendimento melhorou ainda mais, pelo fato de os professores abordarem conteúdos mais próximos da sua realidade. Bruna afirmou que nos anos iniciais do ensino fundamental acompanhava bem as matérias, porém nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio seu desempenho escolar mudou, pois tinha dificuldades para aprender, sofria *bulling* na escola e vivenciou uma situação muito triste e traumática com o falecimento de uma grande amiga. Apesar das adversidades ela concluiu o ensino médio sem reprovação. Joana informou que o seu desempenho escolar foi satisfatório. Ela disse que era muito cobrada pelos pais quanto à dedicação aos estudos, os quais criavam as condições para que essa dedicação se efetivasse, como, por exemplo,

não permitir que a filha trabalhasse fora de casa. Amanda classificou seu desempenho escolar de regular, isto é, ela não era a melhor aluna da turma, mas ficava em segundo ou terceiro lugar, Juliana disse que seu rendimento na escola era bom, pois sempre obteve boas notas boas, ainda que tivesse dificuldades nas disciplinas da área de exatas. Roberta relatou que no início de sua escolarização teve dificuldades para acompanhar os conteúdos e cita o fato de que naquela época não tinha professores de reforço, era somente a professora regente na sala de aula com os alunos e, portanto, ela não contava com ajuda para desenvolvimento de sua aprendizagem. Camila informou que enfrentou dificuldades na escola, pois não conseguia acompanhar os conteúdos ensinados. Alega que essa situação se agravava com o fato de que as professoras não tinham paciência e empatia com ela. Mas apesar disso, ela não reprovou em nenhum ano escolar.

Para frequentar os estabelecimentos escolares de educação básica, as mães estudantes da Licena se deslocavam geograficamente todos os dias. Marina, nos anos iniciais do ensino fundamental percorria cerca de um km a pé de sua casa até a escola. Posteriormente, nos anos finais do ensino fundamental, a distância até a escola passou a ser de 13 km, quando ela continuou a caminhar a pé um km até o ponto do ônibus escolar, por meio do qual completava o percurso. No ensino médio, seu pai a levava de moto até a escola, algumas vezes ia de ônibus da prefeitura da cidade. Luana informou que, quando cursou os anos iniciais do ensino fundamental, ia a pé para a escola, por ser próxima de sua casa. Já nos anos finais do ensino fundamental, quando mudou de escola, passou a ir de ônibus escolar, disponibilizado pela prefeitura de sua cidade. No ensino médio ela estudou em uma Escola Família Agrícola, para a qual seu pai a levava de carro ou moto. Bruna disse que as escolas frequentadas na educação básica se localizam próximas à sua residência, portanto, o deslocamento era a pé ou de bicicleta. Joana frequentou escolas no ensino fundamental e médio que distanciavam de sua casa aproximadamente três km e fazia esse percurso a pé. Amanda relatou que quando cursava o ensino fundamental a distância de sua casa até a escola era de 1,5 km e fazia o trajeto a pé. Posteriormente, no ensino médio, passou a frequentar uma escola urbana, quando ela passou a utilizar o transporte escolar. Juliana informou que desde a época em que cursou o ensino fundamental até finalizar o ensino médio a distância entre a sua casa e a escola era de 12 km e o trajeto sempre foi realizado por meio do transporte escolar. Camila afirmou que quando frequentava o ensino fundamental a escola se localizava próximo de sua casa, então ela ia a pé. Já no ensino médio ela mudou para um local distante da escola o que

passou a exigir que ela caminhasse em torno de uma hora até o ponto onde o transporte escolar aguardava os estudantes para levá-los até a escola. Roberta informou que durante o ensino fundamental ia a pé para a escola, apesar da distância, pois não tinha transporte escolar. Já no ensino médio, como mudou ela de instituição de ensino, o deslocamento de casa para a escola era feito por meio do transporte escolar.

3.4. Apoio familiar e escolarização das mães estudantes da Licena

No tocante ao apoio familiar no decorrer da escolarização, as mães estudantes da Licena, de maneira geral, informaram que sempre foram incentivadas e apoiadas pelos pais (pai e mãe).

Ao responder sobre o apoio familiar para estudar, Marina afirmou:

[...] sempre tive apoio. Meu pai desde que eu era mais nova falava que os filhos dele, principalmente eu e minha irmã, que queria ver nós sendo professoras, então eles sempre incentivaram (Marina).

Luana disse que seus pais sempre a apoiaram nos estudos:

[...] principalmente [minha] mãe, ela sempre falava que não podia me dar nada de bom, pois somos de família de classe baixa, só que nos estudos ela ia me ajudar [...] a EFA que é considerada uma escola particular com bolsa, a gente paga uma contribuição para a alimentação, era [minha] mãe que pagava.

Bruna disse que teve incentivo para continuar os estudos, o qual não se efetivava como um apoio, propriamente dito:

Incentivo sim, apoio acho que é diferente. (risos). Apoio é de estar ali, vamos pegar, vamos fazer o dever, conferir, né? Mas o incentivo de não largar, de estar ali, de tirar boas notas, minha mãe sempre muito em cima disso, participava das reuniões (Bruna).

De acordo com Joana ela e os irmãos sempre foram incentivados a estudar e que os pais acompanhavam as atividades escolares. Sobre esse acompanhamento ela disse: “100% até hoje, a prioridade é o estudo” (Joana).

Amanda mencionou o fato de que os pais não deixaram que ela e seus irmãos se ocupassem do trabalho fora de casa para não atrapalhar os estudos. Em relação ao apoio familiar para estudar ela informou:

Sim, sempre, meu pai e minha mãe sempre priorizaram, né? Eles nunca deixaram a gente trabalhar fora para interferir nos estudos, e tal, eles sempre se preocuparam muito com isso, não deixar nada atrapalhar, sempre incentivaram e tal (Amanda).

A mãe estudante Juliana informou que sempre teve apoio dos pais para estudar, e prosseguir os estudos. Já Roberta, quando questionada sobre os incentivos familiares durante seu processo de escolarização disse:

Sim, sempre tive apoio dos meus pais, da minha família, minha base são eles. Por mais que eles não sabiam ensinar a gente tudo, eles nunca deixaram nós faltarmos de aula, sabe? Eles nunca deixaram. Se fosse doença eles tratavam, mas aí tinha a explicação, porque antigamente não tinha aquela questão de atestado, né? Eles corriam atrás punha a gente: ‘Oh, vai, porque o que eu faço hoje eu não quero para vocês. Se algum dia acontecer de vocês ir para casa de família, ou ir trabalhar na roça é porque vocês procuraram isso. Não fui eu que coloquei vocês lá. Então não tem como falar que foi obrigado a trabalhar! Não, não foi. Foi trabalhar porque já estava na idade, já precisando ajudar em casa, e tinha que ganhar um dinheiro para se virar (Roberta).

Roberta disse que seus pais, além de apoiarem os estudos dos filhos, enfatizavam que não queriam que eles trabalhassem na roça cedo, ou seja, muito novos, para evitar que os filhos seguissem os rumos dos pais, não concluíssem seus estudos e se dedicassem ao trabalho braçal ou ao trabalho doméstico remunerado. Os pais diziam que, se no futuro os(as) filhos(as) tivessem que se dedicar ao trabalho manual de baixo prestígio, que isso não se daria por falta de apoio e incentivo dos pais.

Camila foi enfática quando respondeu à pergunta relacionada ao apoio da família para sua escolarização e de seus irmãos: “Sim, o sonho da minha mãe é ver nós todos formados. É um sonho dela”.

3.5. Concomitância entre estudo e trabalho durante a educação básica

Durante o momento da entrevista as mães estudantes da Licena foram questionadas se durante a etapa da educação básica precisaram trabalhar e estudar ao mesmo tempo e as respostas foram bem variadas. Marina, por exemplo, informou que desde os nove, dez anos de idade sempre ajudou os pais na roça, plantando milho, amendoim, feijão, ajudava a capinar, mas fora de casa não precisou trabalhar enquanto estudava. Froes (2019, p. 119) afirmou em seu estudo que “no geral, as interlocutoras – das mais jovens às mais velhas – relataram uma infância interseccionada entre escola, trabalho doméstico, produção agrícola familiar”. Corroborando com a maioria dos casos das mães estudantes da Licena, com é o caso de Luana que ajudava os pais na agricultura, nos trabalhos em casa, mas de forma remunerada não trabalhou até concluir o ensino médio.

A estudante Bruna, residente em área urbana de um município pequeno, afirmou que nunca trabalhou até finalizar o ensino médio, tendo se dedicado apenas aos estudos. Diferente do caso de Joana, residente de uma área urbana de Viçosa, que informou ter trabalhado em diferentes momentos no decorrer do ensino médio, quando já tinha seus quinze e dezesseis anos. Segundo ela o início do trabalho remunerado se deu pelo fato de já querer comprar seus pertences pessoais, coisas que seus pais não conseguiam, pois dedicavam ao sustento básico da família como alimentos, remédios, roupas e calçados, entre outros. O trabalho remunerado realizado por Joana, no decorrer da educação básica, foi o de garçonne, por meio período.

Amanda relatou que trabalhou em atividades informais, também ajudava os pais em tarefas na roça, em determinado momento foi morar com a avó para fazer companhia, e, com isso, recebia um pagamento pelas atividades domésticas que realizava. Juliana e Camila relataram, assim como Bruna, que não precisaram trabalhar remunerado e estudar ao mesmo tempo durante a educação básica, porém pelo fato de serem residentes em zonas rurais, acredita-se que mesmo que não tenha ficado explícito em suas falas, provavelmente realizaram atividades domésticas e também na roça.

Roberta, residente em comunidade quilombola, mas sem vínculo com o campo – produção agrícola, mais próxima de uma região de periférica, explicou que com doze anos de idade iniciou trabalhando em uma casa de família, como babá por meio período. Posteriormente ela iniciou trabalhando com uma pessoa que fazia mudas de plantas para vender. De acordo com ela, mesmo trabalhando desde muito nova, não foi impedimento para conseguir ter um bom desempenho na escola.

Nota-se que, de forma geral, não houve interrupção dos estudos pelas mães estudantes da Licena durante a educação básica, mesmo que várias delas tenham relatado a necessidade de ajudar seus pais em trabalhos na roça, Levando-se em consideração a distância considerável de suas residências até a cidade e também devido à grande demanda de trabalho familiar em áreas rurais, essas mães estudantes foram muito exigidas ao conciliar deslocamentos geográficos, estudos e trabalho familiar não remunerado. Esses dados vão ao encontro das informações obtidas por Lopes (2016, p. 43) ao entrevistar alunos da Licena e descobrir que no decorrer da educação básica “[...] dentre as atividades realizadas, a maioria se encarregava de ajudar os pais na agricultura”.

3.6. Conciliação entre estudo e cuidado com os filhos durante a educação básica

Uma outra informação muito importante que investigamos no momento das entrevistas, foi se as mães estudantes da Licena já tinham filhos na época em que cursavam a educação básica, se já haviam conciliado os cuidados maternos com os estudos antes do ingresso na graduação.

Entre todas as mães estudantes entrevistadas, a única que teve filho ainda no ensino médio foi Juliana, que teve sua filha aos dezesseis anos, cursava o segundo ano da última etapa da educação básica. De acordo com Juliana, ter uma filha e continuar os estudos foi bem difícil, mas ela persistiu para concluir sua formação. Ela informou que fazia a extração do leite materno e deixava com sua mãe para dar a sua filha, enquanto ela ia para a escola, e também complementava com leite industrializado, isso durante quase dois anos.

3.7. Processo de escolha do curso superior

Durante a entrevista foi perguntado às mães estudantes como foi o processo de escolha do curso superior, se houve influência e participação de amigos e familiares, em que época escolheram de fato cursar a Licenciatura em Educação do Campo na UFV.

Neste momento da entrevista, Marina relatou que descobriu a Licena quando ainda cursava o ensino médio na Escola Família Agrícola “Paulo Freire¹²”, por influência de duas professoras que cursaram a Educação do Campo na UFV. Quando estava encerrando o ensino médio Marina soube da abertura de inscrições para o processo seletivo da Licena, resolveu se inscrever, e posteriormente foi classificada e pode se matricular no curso.

Assim como Marina, Luana também estudou em uma EFA, neste caso foi na “Puris de Araponga¹³”, e de acordo com ela, por ter familiaridade com a Pedagogia da Alternância da referida escola, e por morar e desenvolver atividades no campo, foi decisivo para a escolha do curso superior. Outros fatores que contribuíram bastante neste processo foi o fato do marido dela (na época namorado) trabalhar como monitor na EFA e pelo curso ser em alternância, pois segundo ela, seria mais tranquilo para conseguir ajudar os pais nos trabalhos no campo.

¹² A Escola Família Agrícola “Paulo Freire”, situada na cidade de Acaiaca (MG).

¹³ A Escola Família Agrícola “Puris de Araponga”, localizada na cidade de Araponga (MG).

Bruna em seu relato contou que inicialmente pensou em fazer o curso superior de comunicação, mas através do cursinho preparatório para ingresso no ensino superior, em conversas com amigos, ficou conhecendo um pouco da Licena. Ela também cogitava fazer algo na área educacional, mas queria um curso diferente, um curso que tivesse como base a educação libertadora. Foi aí que se interessou pela Educação do Campo e decidiu cursá-la. Segundo ela sua família apoiou a decisão e concordaram que era um curso que atendia seu perfil.

Joana em seu depoimento informou que não havia ideia do que fazer após o ensino médio, não tinha em mente nenhum curso em específico. De acordo com ela, um dos irmãos já cursava a Educação do Campo na UFV, ele estava se formando na época em que ela realizou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), apesar de ela não entender bem como era a dinâmica do curso, resolveu fazer por influência deste irmão. Fez sua inscrição no edital de seleção, mas sem muita perspectiva de que ia conseguir, mas se surpreendeu com a sua classificação, então realizou a matrícula e iniciou o curso. Joana afirmou que os pais e o esposo deram muita força para ela ingressar no curso. O mesmo apoio foi constatado na pesquisa de Froes (2019, p. 169)

A conquista do apoio de familiares e cônjuges, antes mesmo do início das aulas representa apenas o início de um processo de viabilização de arranjos e acordos que possibilitem a participação delas no curso, em especial das mulheres casadas e com filhos menores. Tal apoio e suporte, conforme venho ressaltando, são fatores primordiais para a efetivação do envolvimento e desempenho delas na licenciatura.

Froes (2019) em sua pesquisa investigou os percursos sociais de mulheres estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFMG, e nas entrevistas realizadas verificou que antes mesmo de iniciar as aulas na universidade, as mulheres já contavam com o apoio de familiares e maridos, o que foi essencial para que dessem continuidade aos estudos. Fato que também observamos nesta pesquisa, o quão importante é o apoio e suporte familiar para as mães estudantes da Licena.

Amanda relatou que a sua primeira opção de curso era psicologia, mas como não era oferecido nas universidades federais que ela queria estudar, somente em faculdades particulares, acabou por influência de vários conhecidos da sua cidade, também por dois irmãos que já cursavam a Licena na UFV, e pelo apoio de sua mãe, que Amanda resolveu fazer o curso. Ela contou que um desafio foi durante a pandemia do Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, em que as aulas foram on-line, foi um momento em que pensou em

desistir da graduação, mas com muita determinação resolveu continuar, pois gostava demais do curso.

Juliana informou em seu relato que por viver no meio rural desde que nasceu, pelo fato de morar em uma fazenda e por ajudar os pais em atividades de agricultura se identificou com o perfil do curso desde que soube dele. Após o término do ensino médio, de acordo com ela, quando um amigo comentou sobre o curso de Licenciatura em Educação do Campo, de imediato ela se interessou e fez sua inscrição para a seleção e posteriormente a matrícula no curso. De acordo com Lopes (2016) o acesso de jovens do campo ao ensino superior com formação de acordo com sua realidade é um fator que contribui para a democratização de acesso e permanência nesta etapa de ensino.

Camila contou que uma prima dela a incentivou a prosseguir os estudos após o ensino médio, sugeriu dela fazer um curso de graduação, então através desta prima conheceu um pouco do curso de Educação do Campo e quis fazer.

Roberta nos informou que, por relatos de conhecidas de sua comunidade, soube da existência da Licena, algumas pessoas que já cursavam a graduação na UFV comentavam sobre as vivências na universidade. Foi então que ela pesquisou na internet sobre a Educação do Campo para saber mais detalhes do curso. Ela contou que quando fez sua inscrição no processo seletivo da Licena ficou muito ansiosa, e quando saiu a classificação e ela viu que havia conseguido, ficou imensamente feliz, gritou, pulou, chorou pela casa a fora de seus pais, que era onde estava no momento em que viu o resultado, eles até se assustaram sem saber o que estava acontecendo de fato. Quando entenderam vibraram junto dela pela conquista. Segundo Roberta foi a melhor escolha que poderia ter feito, pois é um curso que dialoga muito com sua vivência na zona rural, a forma como foi criada, as atividades desenvolvidas no campo para garantir o sustento da família, é um curso, que, de acordo com ela tem relação direta com sua vida pessoal e seu modo de viver.

Outra informação levantada nas entrevistas foi a idade de ingresso das mães estudantes na universidade, que foi bem variada, mas todas bem jovens, relativamente. Do total das oito mães estudantes, três delas entrou na graduação com 18 anos (Marina, Luana e Amanda), uma com 19 anos (Juliana), uma com 22 anos (Bruna), uma com 24 anos (Camila) e duas com 32 anos (Joana e Roberta).

O quadro 6 contém algumas das informações descritas acima.

Quadro 6 - Fluxo dos percursos escolares das mães estudantes da Licena matriculadas em 2023.

Mãe estudante da Licena	Tipo de escola frequentada			Fluxo	Duração do Ensino Médio	Idade de Entrada na Universidade
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio			
Marina	-	Escola Municipal Escola Estadual	Escola Família Agrícola	Regular	4 anos	18 anos
Luana	-	Escola Municipal Escola Estadual	Escola Família Agrícola	Regular	4 anos	18 anos
Bruna	Creche Municipal	Escola Municipal Escola Municipal	Escola Estadual	Regular	3 anos	22 anos
Joana	Creche Municipal	Escola Municipal Escola Municipal	Escola Estadual	Regular	3 anos	32 anos
Amanda	-	Escola Municipal Escola Estadual	Escola Estadual	Regular	3 anos	18 anos
Juliana	Creche Municipal	Escola Municipal Escola Municipal	Escola Estadual	Regular	3 anos	19 anos
Camila	Não frequentou creche	Escola Municipal Escola Municipal	Escola Estadual	Regular	3 anos	24 anos
Roberta	Não frequentou creche	Escola Municipal Escola Municipal	Escola Estadual	Regular	3 anos	32 anos

Fonte: Autora - Dados da Pesquisa, 2024.

3.8. A vivência acadêmica das mães estudantes da Licena na UFV

Em outro momento da entrevista as mães estudantes foram instigadas a relatar como era a vivência delas na universidade, se participavam do Centro Acadêmico (CA) do curso, se faziam parte de algum Grupo de Estudo, algum Projeto de Extensão, Projeto de Ensino, Projeto de Iniciação Científica, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), como era o desempenho acadêmico, em que momentos realizavam atividades de lazer e socialização estudantil, se elas se sentiam realizadas e interessadas pelos estudos.

Marina em seu depoimento relatou que não participou em nenhum momento de nenhum projeto, CA, PIBID, etc. Seu envolvimento era somente assistindo às aulas durante os Tempos Universidade. Segundo ela seu rendimento era bom, com notas boas, disse que sempre gostou de estudar, que estava feliz no curso. Como o filho dela tinha alguns meses de vida, ela acreditava que a partir daquele momento o seu desempenho deveria cair um pouco, devido ao fato de ter que se dedicar aos cuidados com o bebê. Em relação às atividades de lazer e entretenimento, ela informou que tem algumas amigas próximas, que sempre fazem trabalhos da graduação juntas, e de vez em quando fazem um passeio no centro da cidade onde a universidade está localizada, mas que devido ao fato de terem aulas em tempo integral, inclusive durante a noite, esses momentos de diversão são poucos. Comentou também que no alojamento onde ficam hospedados os estudantes da Licena há uma mesa de sinuca, que é uma das atividades que fazem às vezes também. No que diz respeito à integração acadêmica, ela considera que é bem pequena, uma vez que interage apenas com os colegas de curso, da parte dela não há aproximação com os alunos dos demais cursos da universidade.

Bruna informou que já foi uma das estudantes contempladas com bolsa do PIBID, ou seja, participou de estágio supervisionado em escolas do campo com remuneração. Ela relatou que devido à várias crises de ansiedade que apresentou devido ao cansaço e à sobrecarga de atividades na universidade e os cuidados maternos, seu rendimento nas disciplinas caiu consideravelmente se comparado ao início do curso. De acordo com ela, sua socialização sempre foi ótima, sempre próxima de todos do curso, mas disse que os momentos de lazer são praticamente inexistentes, que com o fluxo intenso de aulas no TU quase não sobra tempo, que a alegria dela e de outros colegas de curso é quando caminham de um prédio a outro, entre uma aula e outra.

Joana relatou que participou do PIBID, desenvolvendo atividades supervisionadas em escolas do campo e que foram experiências muito enriquecedoras. Ela informou que em

determinado momento foi convidada pelo Diretório Central dos Estudantes¹⁴ (DCE) para participar como agricultora familiar, para representar os estudantes no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é um programa do governo federal pelo qual as instituições federais adquirem alimentos de agricultores familiares para serem utilizados nos restaurantes universitários. Ela relatou que tem Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), e por esse motivo tem muita dificuldade em realizar trabalhos em grupo, tem sido desafiante, mas ela tem se esforçado e aos poucos tem melhorado. Seu desempenho acadêmico é bom, segundo ela, e está muito realizada em estar cursando a Licena. Durante a graduação até o momento em que a entrevista foi realizada, ela disse que nunca havia tido momentos de lazer com colegas de curso, durante o TU era sempre de casa para a universidade e desta para casa, até porque, segundo ela, não se sentiria bem saindo para passear sem os filhos e o marido. Ela informou que sempre teve muito contato e interação com estudantes do curso de agronomia, da comunicação social, da administração, da educação física e da nutrição.

Luana contou que no quarto período de curso foi convidada a participar de um projeto de extensão que era voltado para as tecnologias sociais, porém com a chegada da pandemia foi cancelado o início do mesmo, e posteriormente quando iniciaram, ela não pode participar devido ao fato de ter um bebê recém-nascido. Segundo ela, seu coeficiente sempre foi bom e depois que se tornou mãe tem feito “malabarismos” para mantê-lo alto. Em relação às atividades de lazer no TU ela disse que eram praticamente inexistentes pelo fato de seu filho ser muito pequeno (um ano e seis meses), então tinha muitas demandas com ele, os momentos que ela considerou de entretenimento eram as conversas que tinha com suas amigas de curso nos intervalos de aulas. Luana disse que apesar de todos os desafios estava muito satisfeita com o curso, se sentia realizada, até comentou que se não estivesse cursando a Licena, provavelmente não estaria no ensino superior, pois o curso pela Pedagogia da Alternância permite certa flexibilidade, e ela como mãe se sentia beneficiada com isso, porque podia estar com seu filho nas aulas, mesmo sendo desafiador. Em relação à socialização, ela disse que havia proximidade com poucos alunos do curso e de outros não tinha relação com ninguém.

Amanda informou que nunca participou de projetos na universidade, somente assistia às aulas e em algumas situações em Semana Acadêmica, participou de algumas palestras e minicursos oferecidos. Ela afirmou que no início do curso era muito tímida, e devido a isso

¹⁴ O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade máxima representativa dos/das estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa.

quase não participava das aulas, assim seu rendimento não era bom, mas aos poucos foi melhorando, e na época da realização da entrevista ela já considerava muito sociável, tem vários amigos que fez no curso. Devido à sua timidez, sua integração acadêmica foi bem pequena no início do curso, mas atualmente já tem proximidade com muitos colegas e isso fez com que passeassem algumas vezes pelo campus universitário e também no centro da cidade, que foi considerado por ela os únicos momentos de diversão durante o período de aulas. Ela informou que durante o período da pandemia do Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, esteve muito desmotivada com o curso, quase desistiu, mas com o nascimento de sua filha, no ano de 2022, tudo mudou, ela refletiu bastante e decidiu continuar para poder mudar suas condições com a possível conclusão do curso superior, e assim poder oferecer uma vida mais digna e confortável à sua menina, devido a isso sua motivação foi surgindo novamente.

Juliana disse que nunca participou de atividades que não fossem as aulas, durante o Tempo Universidade, segundo ela, seu rendimento acadêmico sempre foi bom desde o início do curso. Sua interação com a turma quando iniciou o curso era quase inexistente, mas foi fazendo amizade, foi se aproximando de algumas pessoas e assim socializando mais. De acordo com ela, os momentos de descontração, de lazer eram poucos, devido ao fluxo intenso de aulas, provas, trabalhos, mas quando conseguiam fazer algo, era um piquenique no campus, ou iam ao centro tomar um sorvete, quando tinham uma oportunidade.

Camila disse que nunca participou de atividades extracurriculares, somente as aulas mesmo. Confessou que tem muita dificuldade de compreensão nas aulas, mas como tem o hábito de anotar tudo que os professores falam, facilita um pouco, e apesar de tudo ela consegue ter um bom desempenho na graduação. Os momentos de lazer, quando estão em aulas na universidade, se dão aos finais de semana, em que ela e alguns colegas de turma se reúnem para fazer alguma coisa diferente, como passear no centro da cidade, comer um lanche, passear no campus da universidade também. Ela disse que se sente muito satisfeita em estar cursando a Licença, que se identifica muito com o curso, por abordar conteúdos que condizem com a realidade do campo onde sempre viveu, ela está muito feliz em poder estudar e conhecer mais sobre a realidade do campo.

Por fim, Roberta em seu momento de entrevista contou que participou do PIBID, que foram momentos de estágio muito enriquecedores, muito produtivos, que renderam muitas bagagens de conhecimento para ela. A estudante relatou que durante o período da pandemia de Covid-19 se viu em uma situação muito difícil, pois com a impossibilidade de ir para a cidade trabalhar, devido às recomendações da Organização Mundial da Saúde, para fazer o isolamento

social, e com isso as aulas acontecendo de forma on-line, ela optou por trabalhar apanhando café e assistindo as aulas pelo celular na lavoura onde estava trabalhando mesmo. Ela informou que neste período teve muitas dificuldades em acompanhar os conteúdos abordados pelos professores nas aulas, mas com a retomada das aulas presenciais, após a pandemia, conseguiu novamente ter um bom rendimento acadêmico e sentiu-se empolgada e feliz por estar acompanhando os conteúdos ensinados. Roberta explicou que os momentos de lazer que conseguia ter durante o TU era quando alguns colegas de turma reuniam e iam jogar vôlei com ela, mas não conseguiam sempre, devido às várias atividades avaliativas do curso. Segundo ela sempre socializou muito bem com todos, inclusive os alunos a veem como uma “mãezona”, segundo ela nem tanto pela sua idade, mas porque tem muitos cabelos brancos já. Ela relatou algo muito triste e preocupante, que no início do curso, as mulheres de sua comunidade que já cursavam a educação do campo, ao invés de acolhê-la, se esconderam, quem a recebeu foram outros alunos de outra cidade que também cursavam a Licena, ela se sentiu muito mal devido a esse acontecimento, mas depois relevou e seguiu de cabeça erguida.

A seguir, a partir das entrevistas realizadas, serão descritas as categorias que foram criadas a partir da análise de conteúdo, como foi descrito na metodologia no capítulo 1. Abaixo, a partir das unidades de contexto, desenvolvemos cada uma delas a partir das falas mais importantes que demonstram como a conciliação entre o trabalho (doméstico e remunerado), a maternidade e a graduação é um grande desafio nas vidas das mães estudantes da Licena.

3.9. A conciliação entre o trabalho (doméstico e remunerado), a maternidade e a graduação

No roteiro da entrevista havia alguns questionamentos sobre como era para as mães estudantes da Licena que possuem uma tripla jornada conciliar os trabalhos doméstico e remunerado (quando havia), os cuidados com os filhos e os estudos. De acordo com os objetivos deste trabalho, foram criadas quatro categorias que deram conta de atendê-los: conciliação entre trabalho, maternidade e estudo; rede de apoio; perspectivas de futuro; ações que a UFV pode realizar a fim de facilitar a permanência das mães estudantes da Licena na graduação.

No decorrer das entrevistas realizadas foi possível notar que todas as mulheres, tanto aquelas que já tinham filhos antes de entrar na graduação e também as que foram mães já cursando o ensino superior enfrentavam muitos desafios para conseguir realizar o trabalho doméstico, algumas também o trabalho externo (remunerado), os cuidados com os filhos e

também as atividades da universidade. Essa realidade vai ao encontro do que as autoras Paula e Condé (2022) afirmam de que a vida dessas mães estudantes que desempenham vários papéis, como o de mãe, esposa, estudante e profissional é agitada, composta por questões complexas ao conciliar todas as demandas. A partir disso percebemos que ao buscar o ensino superior a mulher precisa estar disposta a incluir em sua rotina várias atividades exigidas pela universidade, que se colocam como mais alguns desafios a serem superados.

De acordo com Joana, em relação ao fato de estar na universidade sendo mãe

É uma tarefa muito árdua, não penosa, mas árdua [...] a gente tem que abrir mão dessa vontade que eles têm de ficar com a gente para correr atrás de algo melhor para o futuro deles, né? (Joana).

Indo ao encontro do que Joana fala, a autora Gomes (2020, p. 59), em sua pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho afirma que “a percepção da trajetória das mulheres entrevistadas é permeada por falas que contém expressões como “escolhas”, “esforço”, “abrir mão”, “luta”, “batalha” [...]”. Dessa maneira notamos que mesmo a graduação sendo uma escolha para melhorar as condições da família, é uma grande dificuldade para essas mães estudantes que estão inseridas no ensino superior ter que lidar e dar conta de tanta coisa ao mesmo tempo.

Camila expressa a dificuldade de estar na Universidade, deixando sua filha, de apenas cinco anos de idade, em casa com a avó: “porque às vezes estou na universidade, meu corpo está naquele lugar, mas minha cabeça está em casa”. Complementando, ela relata como é a realidade das colegas de curso que, assim como ela, são mães, mas trazem os filhos pequenos para Universidade: “acho que é bem difícil, pelo que vejo das minhas colegas, que trazem os filhos para a universidade, é muito difícil elas ficarem na sala de aula com a criança. É muito cansativo tanto para a criança, quanto para a mãe”. Sabemos que o ambiente universitário não é adaptado para receber crianças, não há nada de atrativo, de lúdico em salas de aulas, por isso a necessidade de a instituição adotar medidas que possam minimizar o desconforto e cansaço destas mães que precisam se virar para dar conta.

Amanda é um dos exemplos acima citado por Camila, de mãe estudante da Licença que levava a filha consigo para a universidade em determinados TUs, ela ainda amamentando a criança relatou sua experiência

Assim, por exemplo, alguns dias eu precisei levar ela para a sala, né? Às vezes estava chorando, às vezes estava... Porque eu dou ela mama né? Agora que começou a introdução alimentar, e tal... Era muito difícil porque ela não ficava quieta, é uma bebê, né? Porque, igual, no último TU que eu fui ela estava com cinco meses, aí não ficava quieta, aí atrapalhava um pouco sim, eu... é... Você não pode escrever, entendeu? Você tem só que prestar atenção ali, do jeito que dá, ficar saindo da sala quando começa a chorar, para não atrapalhar os

colegas, entendeu? Mas... estou conciliando, mas é um pouco mais trabalhoso, né? (Amanda).

Mesmo diante de tantos obstáculos, como estar com uma criança de cinco meses em ambiente universitário, ter que amamentar, cuidar de uma bebê engatinhando, balbuciando, Amanda disse que era um pouco mais trabalhoso, referindo-se à conciliação dos cuidados maternos com o curso superior. Para além disso, um outro problema é a constante preocupação destas mães que também ficam constrangidas de estar atrapalhando os colegas de curso estando com filhos pequenos nas aulas.

Juliana é uma das mães que deixava sua filha em casa com sua mãe, na cidade em que residia, por ser muito distante da universidade e, aborda o desafio de estar longe dela: “Principalmente quando estamos em Viçosa, né? Durante o dia tem que ficar praticamente off de tudo, né? Aí fico um pouco afastada” (Juliana). Pelo fato de terem aulas em tempo integral e também a noite (em alguns períodos do curso) os estudantes do curso quase não têm contato com seus familiares. Para as mães que deixam os filhos em casa por vários dias enquanto estão no TU é mais complexo esse distanciamento. Em sua pesquisa com mães estudantes da educação do campo da UFMG, Froes (2019) relatou que em algumas situações o contato telefônico entre elas e maridos, mães, filhos e também momentos em que resolviam problemas no local de origem.

Luana, ao ser questionada sobre a conciliação entre os cuidados com o filho e os estudos na universidade apontou alguns desafios

[...] enquanto ele estava novinho, e a introdução alimentar, porque a introdução alimentar foi bem difícil, porque tipo assim não tinha como dar ele uma comida diferenciada, eu tinha que me alimentar e dar ele a comida no R.U. [...] o ter que levar ele, começar uma rotina nova, então assim, para mim foi assustador, né? Difícil. Quando ele adoecia era ruim, porque eu estava lá com ele, eu tinha que me virar sozinha, porque eu estava com outras mães, então ninguém podia me ajudar lá naquele momento [...]. É difícil prestar atenção na aula, ainda mais pelo fato de ter que levar ele [...] muda as amizades, muda o jeito de prestar atenção, para fazer trabalho com ele é mais difícil, para ir nos eventos assim [...]. Muitos eventos da Licena eu parei de ir por causa dele. É difícil estar nos ambientes com ele, mais ainda na sala de aula, porque tinha que ir, sabe? Mas tinha reunião do Centro Acadêmico, bastante coisa que eu deixei de ir, sabe? [...] estou tentando fazer o TCC, estou tentando fazer uma comida, e ele tá no colo [...] nas aulas assim, na sala de aula, eu tentava prestar atenção, mas tinha que sair com ele [...] (Luana).

Para Luana estar na universidade acompanhada de um filho pequeno faz com que as mães estudantes vivam diversas situações complexas e que institucionalmente parecem passar despercebidas. O Restaurante Universitário citado por ela com um dos empecilhos na fase de

introdução alimentar de seu filho, por exemplo nos faz refletir e identificar detalhes que a instituição de ensino superior precisa urgentemente resolver. O fato das crianças que estão acompanhando suas mães dentro da universidade ficarem doentes e as mulheres não poderem contar com a ajuda de alguém é algo muito sério. Levando em consideração que as mães estudantes da Licena ficam hospedadas com os filhos em um hotel que há dentro da universidade, como dito anteriormente, conseqüentemente cada mãe cuida do seu filho, sendo complicado uma ajudar a outra em situações de doença.

Uma conquista que melhorou um pouco a vida dos estudantes da UFV que possuem filhos foi a inclusão no regime Didático, em 2024, na seção IX, que trata “Do enquadramento do Regime Especial”, no artigo 80º, em seu inciso XIII, que passa a dar o direito aos estudantes de se afastarem das atividades acadêmicas com a finalidade de acompanhar filhos ou enteados em tratamento de saúde. Essa alteração no Regime Didático da instituição foi um avanço para as mães estudantes da Licena, pois de acordo com relatos de algumas delas, inclusive Luana, já aconteceu de estarem com o filho em casa, passando mal, na época de ir para o Tempo Universidade, e não conseguirem ir, ou estando já em aulas, o filho começava a passar mal, deste modo elas tiveram que voltar para casa, fazendo com que perdessem aulas, atividades avaliativas, sem direito a apresentar o atestado médico, contando com o bom senso, a solidariedade e boa vontade dos professores para conseguir dar prosseguimento às disciplinas do curso, repondo e fazendo atividades avaliativas em um prazo diferente dos demais estudantes do curso.

Luana explicou que quando estava em período de Tempo Comunidade, em casa, precisava dividir o seu tempo entre a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso, entre fazer comida e cuidar do filho. Já no Tempo Universidade, durante as aulas devido às demandas do filho precisava sair da sala de aulas por diversas vezes, prejudicando o acompanhamento dos conteúdos das disciplinas e assim seu rendimento acadêmico.

Bruna ao contar como era sua rotina de mãe estudante afirmou que a conciliação entre maternidade e universidade é muito desafiadora, pois estar em aula e também participar de eventos na universidade, deixando o filho em casa era muito difícil

Para palestras eu não consigo ir, para coisas extracurriculares assim, é muito difícil, eu tenho que... se for alguma coisa assim muito importante, eu tenho que combinar para alguém ficar com ele antes. Sempre que eu estou na UFV eu tenho que estar com o celular na mão, porque eu tenho que resolver alguma coisa em casa, porque meu filho ficou em casa, então assim, é bem complicado, a conciliação é muito complexa (Bruna).

A realidade de Camila se aproxima daquela vivida por Bruna, pois relatou que:

E quando estou no Tempo Universidade, fico preocupada com ela, mesmo que ela esteja com minha mãe, mas ela reclama da minha ausência lá, para mim é muito complicado, não estou sabendo lidar, eu já até pensei em desistir do curso por conta disso, mas estou aqui por enquanto (Camila).

Percebemos que até a desistência do curso foi um dos pensamentos de Camila devido ao fato de ter que deixar sua filha pequena com sua mãe quando ia para as aulas na universidade. Deste modo percebemos que o vínculo mãe e filha acaba sendo abalado, e com isso Camila fica preocupada estando longe, o que é prejudicial ao rendimento no curso, uma vez que as atividades acadêmicas exigem muito foco e concentração. De acordo com Froes (2019, p. 170) “[...] as estudantes mães enfatizaram como o afastamento dos filhos pequenos, ou ainda bebês, é vivenciado de forma angustiante, motivo principal pelo qual elas relataram sobrecarga emocional”. Percebemos que o sofrimento pelo afastamento dos filhos é algo comum às mães estudantes de ambas as instituições pesquisadas: UFMG e UFV.

A estudante Marina, diferente de Luana e Camila, levava seu filho para a universidade e enfrentava outro desafio que era não conseguir acompanhar as aulas com a criança estando junto dela: “Eu tenho essa dificuldade porque meio que ele não se adaptou, por exemplo, eu entrei na sala de aula com ele, logo começou a chorar, então eu tive que sair da sala, e perdi a aula” (Marina).

Quando a pergunta foi quais as estratégias as mães estudantes da Licena utilizavam para conseguir conciliar as atividades domésticas, as atividades maternas, as atividades acadêmicas e para algumas delas até o trabalho remunerado, as respostas foram variadas, mas notamos um esforço e uma dedicação grande de todas elas.

Camila em sua fala apontou quais as táticas ela utilizava durante os TUs e TCs:

É um pouco difícil para mim conciliar a maternidade com o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade também. [...] quando estou em Tempo Comunidade, preciso esperar levar ela para a escola para eu conseguir fazer meus trabalhos da universidade, porque eu não consigo fazer com ela em casa. Quando eu começo a fazer vem ela e quer escrever nas folhas dos meus textos, nos meus cadernos, aí não dá para fazer, então para mim é muito difícil [...]. Durante o dia ela não dorme, aí fica difícil. A noite quando ela dorme eu faço meus trabalhos da universidade. Durante o TU, a época mais difícil para mim foi na pandemia, quando entrei no curso, porque na minha casa não tinha internet, aí eu tinha que pegar dos patrões, eu tinha que ficar no quintal deles, para conseguir assistir as aulas, e tinha que deixar minha filha em casa. Então esse momento para mim, foi o mais complicado (Camila).

A realidade de Camila, uma mulher que é mãe e estuda, exige muito esforço, pois ela precisa se organizar para atender às necessidades da criança e realizar as atividades do curso de

graduação. Ela revelou que, especialmente, na época da pandemia foi complexo, as aulas eram remotas, ela não tinha acesso à internet em sua residência e se deslocava até a casa dos patrões para assistir as aulas on-line, tendo que deixar sua filha (ainda bebê) em casa com a avó.

Juliana também utiliza das mesmas estratégias de Camila para conciliar a maternidade com a universidade

Ah, eu tento dividir, né? A parte da noite, assim, às vezes, quando eu tô na universidade para ligar, para conversar, para não ficar muito distante. E em casa geralmente eu prefiro estudar, fazer os trabalhos à noite, né? Que durante os dias, às vezes tem correria, levar para a escola, aí volta tenho que ensinar a tarefa, as coisas dentro de casa também, aí eu prefiro fazer à noite. Mas de certa forma acaba, igual o PIBID, acaba atrapalhando, porque não pode fazer, não dá para fazer porque eu preciso estar com ela aqui, aí não dá para mim largar minha vida para ir morar em Viçosa, e levando ela né? É complicado. Eu creio que seja o tempo, né? Porque é corrido demais, é... é... ser mãe assim, cuidar, conciliar com a faculdade, então é puxado às vezes.

Juliana afirma que um dos maiores desafios ao estudar tendo uma filha pequena é o curto tempo que tem para realizar tantas atividades diferentes. As autoras Paula e Condé (2022, p. 5) afirmam em relação às mães estudantes “elas relataram que a falta de tempo tornava esse malabarismo de responsabilidades difícil e que era necessária muita persistência e determinação”. A partir da afirmação dos autores supracitados em relação à falta de tempo das mulheres que são mães e estudantes universitárias, e com o depoimento de Juliana, constatamos novamente que o momento mais oportuno para as mães estudantes fazerem as atividades do curso é a noite, quando a criança já dormiu ou durante o dia, quando está ausente de casa, na escola.

Luana em sua fala explica como é moroso durante o TC e o TU tendo filho pequeno:

É o ter que conciliar a rotina de casa com a maternidade e os estudos, isso daí assim é difícil, mas damos um jeito. Em relação a ter que levar ele, seria a distância, é [...] a adaptação também [...]”. Ah, (risos), é complicado, né? [...] duas coisas difícil de conciliar, porque o filho ele tá ali toda hora exigindo cuidado e o estudo também toda hora tem um trabalho para entregar, um dever para fazer, duas coisas bem difícil. Ah, é bem complicado (risos). Mas assim, sempre que sobra um tempinho, que meu filho dorme, eu tento me dedicar aos estudos, porque são coisas que não dá para fazer com ele acordado, e quando ele tá acordado eu tento fazer alguma coisinha, assim [...] (Luana).

Em mais um relato percebemos o quanto as condições de mães que cursam o ensino superior são desafiadoras. Para Luana, assim como para as demais mães que levavam os filhos para o ambiente acadêmico, uma das dificuldades diz respeito à adaptação da criança naquele espaço. Pelas inúmeras demandas que crianças pequenas apresentam, essas mulheres que ingressam na universidade sustentam-se pela determinação e força de vontade em conseguir o

tão sonhado diploma de ensino superior, pois a graduação exige leituras, trabalhos, avaliações, e tudo são situações que exigem atenção.

Joana ao ser questionada sobre o equilíbrio entre os cuidados com os dois filhos e com as atividades acadêmicas, expressa um pouco do sentimento que passa conciliando as duas coisas, maternidade e estudos: “[...] é desafiante, emocionante, e triste, até porque é muito difícil a gente sair de casa e deixar eles chorando [...] no meio do percurso a gente acha que não vai dar conta, acha que a gente é incapaz, que a gente é uma péssima mãe por fazer isso [...]” (Joana). Esse sentimento de culpa é muito comum àquelas mulheres que vão em busca de um curso superior com o intuito de aumentar sua escolaridade e possibilitar melhores condições no mercado de trabalho. Este sentimento é forte e tem seu fundamento na sociedade machista e patriarcal, que reforça o tempo todo que a responsabilidade e sucesso dos filhos depende exclusivamente da mulher.

Marina e Juliana são duas mães estudantes que além de conciliar os cuidados com os filhos, com as tarefas de casa, as demandas da universidade, ainda trabalhavam fora de casa, completando uma múltipla jornada de atividades. Marina contou um pouco de sua rotina: “Com relação às atividades de Tempo Comunidade, às vezes sobrecarrega, porque eu também trabalho, de segunda a sexta de 7 às 16h, então tem os afazeres da casa também, então acaba acumulando, então às vezes eu consigo dedicar aos estudos e às vezes não” (Marina). A partir de seu depoimento constatamos que com a sua sobrecarga de tarefas, as demandas do curso de graduação que são deixadas em segundo plano, isso em decorrência ao que a sociedade sempre disseminou, que a mulher deve dedicar seu tempo em primeiro lugar às atividades domésticas, e aos filhos, e no seu caso como trabalha fora, é ainda mais penoso.

Roberta, outra mãe estudante que trabalhava fora, explicou o que aconteceu durante a pandemia de Covid-19, e em consequência do distanciamento social, não podia fazer as faxinas em casas de família, foi então quando precisou conciliar um trabalho esporádico na apanhação de café para manter o sustento de sua família, mesmo estando em períodos de aulas on-line: “[...] eu estava lá na aula, e eles via que eu estava, e via eu mexendo na gaia (galho) de café mesmo [...]. Aquilo o professor devia pensar: aquela ali é doida mesmo, estudando e apanhando café” (Roberta, grifo nosso). Ela contou que ia para a lavoura de café com o celular, e enquanto apanhava os grãos de café também assistia as aulas.

De acordo com as diversas situações expostas acima pelas entrevistadas, consideramos que conciliar a maternidade com o trabalho (doméstico e remunerado) e também com a graduação impõe à essas mulheres um peso e uma sobrecarga enormes, que precisam ser

repensadas e melhor divididas. A desigual divisão sexual do trabalho é uma das responsáveis por todo excesso de tarefas do sexo feminino. Portanto, cabe à sociedade repensar e mudar este cenário. Em relação à instituição de ensino superior cabe a tomada de medidas que visem dar melhores condições de permanência das mães estudantes na graduação. A seguir trataremos de uma outra categoria desta pesquisa, que é fundamental no processo de conciliação entre maternidade e universidade: as redes de apoio.

3.10. Redes de apoio das mães estudantes da Licena

Uma das coisas que permite que as mulheres com filhos tenham condições de seguir em busca de um curso superior, de um trabalho remunerado, de uma carreira profissional, é a existência da rede de apoio, que pode ser composta por familiares, conhecidos, vizinhos ou até instituições de educação (creches e escolas). Segundo Froes (2019, p. 186) “especialmente para as mulheres casadas e com filhos pequenos, o apoio da família extensa e do companheiro é crucial para cumprirem as tarefas e enfrentarem os períodos de distanciamento durante o TE”. Levando em consideração que a sigla TE citada pela autora significa “Tempo Escola”, sendo o mesmo que Tempo Universidade, portanto, o apoio de familiares e esposos para as mães estudantes é necessário e permite que elas possam cursar a graduação um pouco mais tranquilas.

Apresentaremos neste tópico alguns trechos de partes das entrevistas realizadas (unidades de contexto) com as mães estudantes da Licena e as mesmas relataram se têm ou não uma rede de apoio e qual a sua dinâmica.

Joana diz ter uma rede de apoio, e relata um pouco com ela é: “[...] muito amparada pelos meus pais [...]. Sim, eles e meu esposo. E aí graças a Deus eu tenho o meu pai, a minha mãe. [...] Aí o meu pai já deu o banho”. Ela explicou que quando chega em casa após ter passado o dia todo em aulas na universidade, seu pai já deu até banho em seu filho. Como seu esposo trabalha fora, os filhos dela ficam o dia sob os cuidados dos avós maternos, que moram na mesma casa que Joana.

Camila, que diferente de Joana, é solteira e mora a muitos quilômetros de distância da universidade, deixando sua filha sob os cuidados de sua mãe por vários dias enquanto está em Tempo Universidade. Ela explicou como é a dinâmica de sua rede de apoio:

Sim, eu ainda não desisti porque minha mãe é uma pessoa muito forte, porque sempre que eu penso e falo: Oh, mãe eu vou parar, estou vendo que não vou dar conta”, ela diz: ‘Você não vai desistir, eu vou estar aqui, eu vou cuidar dela, não vou cuidar igual você, mas eu vou sempre cuidar dela para você continuar, eu não quero que você para [...] minha mãe e meu pai. Eu conto com minha família, meus pais (Camila).

Camila conta apenas com seus pais para frequentar as aulas na universidade, já que é solteira e não tem um companheiro que poderia dividir os cuidados com a filha, a qual tinha cinco anos na época da entrevista. O fato de permanecer tão longe da filha por tantos dias já levou Camila a querer desistir da graduação, e pelo depoimento dela sua mãe é quem lhe dá forças e a incentiva a não desistir. De acordo com Froes (2019, p. 186) “[...] elas enfatizaram que sem esse apoio, moral, emocional e de compartilhamento de responsabilidades, principalmente relacionado ao cuidado dos bebês, filhos pequenos e da casa, seria impossível concluírem o curso”. Deste modo, constatamos que a rede de apoio é essencial para a continuidade e conclusão do curso pelas mães estudantes, como é o caso de Camila.

Muito próximo da realidade de Camila, é a de Juliana, que também é solteira e mora com a filha na mesma casa que seus pais, localizada também a muitos quilômetros de Viçosa, onde está a universidade. Sua rede de apoio é sua mãe, como ela mesma explicou: “Minha mãe [...] ela fica com minha filha quando eu tô (estou) na universidade, e quando eu tô (estou) aqui, que eu tô (estou) estudando, ou fazendo alguma coisa assim, aí ela segura, brinca, faz alguma coisa assim para não tirar o foco” (Juliana, grifos nossos). Pela fala dela percebemos que tanto no TU quanto no TC é sua mãe quem cuida de sua menina, brinca com ela e faz de tudo para Juliana conseguir se concentrar e fazer as atividades do curso.

Luana relatou que quando ia para a universidade levava seu filho pequeno junto, porque seu marido trabalhava fora o dia todo e assim não teria como deixar a criança com ele. Ela explicou que morava ao lado da casa dos pais, mas não deixava o bebê com sua mãe pelo fato de ela já ser bem idosa, então Luana ficava com dó e apreensiva de acontecer algum acidente, uma vez que bebês exigem muito esforço físico para cuidar deles. Mas durante o TU quando estava em casa, de vez em quando pedia ajuda à sua mãe: “[...] ela me ajuda muito porque ela fica com ele para eu estudar, tem dias que eu só falo assim: mãe, não dá. Me ajuda! Deixo com ela, faço um trabalho que tiver que fazer e meu marido também quando ele pode, ele está em casa, ele me ajuda muito com isso” (Luana).

Bruna contava com duas redes de apoio diferentes, quando está em aulas na universidade. Seu filho que já frequentava a creche, e sua mãe é quem o levava, buscava e ficava com ele um período do dia, conforme relato de Bruna: “Quando eu estou no Tempo Universidade, minha mãe fica com ele de manhã, ele vai para a escolinha a tarde, ela pega ele para mim na escola” (Bruna).

Roberta, assim como Bruna, também tinha como rede de apoio a creche onde sua filha frequentava: “[...] os quinze dias fechados na universidade que eu tinha que ir e vir para casa, e eu tinha que deixá-la na creche [...]” (Roberta). Em seguida ela complementou: “[...] e ele fica em casa cuidando dela, ela fica com minha mãe também, e meus apoiadores são minha mãe, meu pai, e meu esposo” (Roberta). A mãe estudante conta então com a creche, com seus pais e seu esposo para ajudar com os cuidados com sua menina. Um detalhe interessante é que o esposo de Roberta também é estudante da Licena, então eles se revezam nos cuidados com a criança, uma vez que ingressaram em anos diferentes, os horários das aulas são diferentes, permitindo um revezamento de quem fica em casa com a menina, e quando acontece de os dois estarem na UFV, são os avós os cuidadores da mesma.

Em relação à sua rede de apoio, Amanda contou como foi seu primeiro período de aulas na universidade após o nascimento de sua filha: “[...] aí na faculdade, na primeira vez que eu fui, meu marido foi comigo, ele ficou assim, com medo de eu não dar conta, né, porque minha bebê tinha três meses. Aí ele foi comigo, ficou um período aí, eu ia para a aula, e ele ficava com a bebê, aí eu chegava e cuidava dela, tal [...] (Amanda)”. Quando questionada sobre o local onde ela e a família ficaram, ela informou que se hospedaram no hotel que há dentro da universidade. Ela contou também que a sogra estava junto, para auxiliá-los com a bebê, que durante o período em que estava em aulas, seu esposo e sua sogra passeavam e conheciam melhor o campus da UFV.

Outra mãe estudante que também nos relatou que contava com a ajuda dos pais, do marido e da sogra, é Marina, que quando foi questionada se tinha rede de apoio afirmou

Sim. Meu marido, minha sogra, meus pais também, me incentivam a continuar estudando para me formar, apesar de essa época estar difícil [...]. Lembro até de um trabalho que teve em uma disciplina, que eu tinha que apresentar como se fosse um seminário, no *meet*, então era um momento que tinha que ficar só eu, para eu conseguir apresentar, então foi um momento que eles puderam ficar com ele para que eu pudesse apresentar (Marina).

De acordo com a fala de Marina, o período da apresentação de trabalho pela Plataforma *Google Meet*, foi durante a pandemia de Covid-19, quando as aulas eram on-line, e seu marido junto com sua sogra ficaram com seu filho, ainda bebê para ela apresentar o trabalho. Constatamos então, pelo depoimento de todas as mães estudantes da Licena que as redes de apoio principais delas eram os familiares, especificamente pais e mães, e aquelas que são casadas também contavam com o apoio do marido, e algumas também contavam com a ajuda das sogras. Além de algumas contarem também com a creche. Com isso, reforçamos mais uma

vez a necessidade de criação de políticas públicas que venham garantir meios de as mães estudantes ter mais condições de permanecer no ensino superior.

Verificamos a partir das entrevistas dessas mães estudantes que tanto o acesso, quanto a permanência na universidade, mesmo possuindo múltiplas jornadas, só são possíveis graças às redes de apoio criadas, seja com ajuda de familiares, esposos, amigos, através de auxílios que o Governo possa proporcionar, aos esforços individuais e ao possível auxílio oferecido pela instituição de ensino superior. Portanto, uma situação que engloba muitas ações para que a graduação seja concluída.

3.11. Perspectivas de futuro das mães estudantes da Licena

Houve um momento nas entrevistas que questionamos as mães estudantes da Licena sobre quais as perspectivas delas para o futuro, após a conclusão do ensino superior e as respostas foram muito parecidas, elas se dividiram entre ir para o mercado de trabalho, exercendo a profissão de professora e algumas pretendem também seguir os estudos para o mestrado e quem sabe o doutorado.

De acordo com o relato de Joana percebemos que ela tem bastantes planos para quando finalizar sua graduação

[...] tentar continuando a carreira de pesquisa. Não posso abrir mão da ideia de concurso também, né? A perspectiva é que eu quero continuar estudando. [...] estudar para ver se a gente consegue entrar no mestrado [...], mas não posso abrir mão de um trabalho [...] eu fiz a minha inscrição na designação de contratados temporários, como professor da rede estadual também [...] (Joana).

Joana afirmou que quer continuar estudando, mas foi enfática ao dizer que não pode abrir mão de um emprego também. Essa preocupação possivelmente se dá pelo fato de ter filhos pequenos e pensar no sustento deles, o que vai ao encontro do que Luana afirmou em seu depoimento: “[...] porque com a maternidade a gente pensa, eu continuo estudando? Mas a minha vontade era continuar, mas agora eu acredito que eu tenho vontade de arrumar um emprego, com filho, a gente pensa neles, né? Então... Eu ia dar uma parada agora de estudar” (Luana). Desta maneira as preocupações principais dessas mães estudantes continua sendo os filhos e o futuro deles.

Em sua pesquisa de doutorado a autora Livia Tavares Mendes Froes constatou que para as mães estudantes da educação do campo da UFMG (local de realização da pesquisa) os “filhos são considerados, em grande medida, como o principal motivo pelo qual elas investem esforços

a fim de melhorar as condições de vida, seja via estudo ou via inserção no mercado de trabalho” (Froes, 2019, p. 163). A informação vai ao encontro do que notamos entre as mães estudantes da Licena UFV, os filhos são as razões e incentivos para as mulheres buscarem ampliar suas chances de ascensão na carreira profissional através do curso superior.

De maneira geral a intenção da maioria das mães estudantes de fato era conseguir um emprego, e na maioria dos casos pretendiam seguir na carreira de professoras, após a finalização do ensino superior, como podemos observar em seus relatos: “Eu pretendo é... Iniciando dando aula, né? [...] trabalhar nesse meio escolar, que eu gosto muito, né? [...] quero atuar na área sim” (Amanda).

Os planos de Bruna iam além da graduação: “Emprego, nossa, eu tenho que formar já empregada [...], mas eu quero ir para a área de pesquisa [...] não vou me limitar só a sala de aula. Mestrado, por favor, (risos) em agroecologia, é... um doutorado, em não sei em que. Mas eu quero seguir essa linha. Fazer o mestrado é o meu sonho (risos), se Deus quiser” (Bruna). Marina também demonstrou ter interesse em melhorar a formação após a graduação: “[...] então eu acho que possivelmente depois que eu formar na Licena, quando eu assim estiver um pouco mais tranquila, que eu criar um pouco mais de estabilidade também, talvez eu continuo” (Marina). Ela que já trabalhava em uma EFA, e demonstrou gostar bastante da profissão de professora: “[...] quero continuar na carreira, e gosto muito do lugar que trabalho, então minha perspectiva é de um tempo eu ainda continuar trabalhando no mesmo lugar” (Marina).

Camila e a Juliana não expressaram que queriam prosseguir os estudos, mas sim atuar como professoras em salas de aulas na educação básica: “Pretendo ser professora em escolas do campo” (Camila). “Pretendo ser uma futura educadora, né? De um ensino adequado, diferente dos que são propostos hoje em dia, e é isso né? Ensinar da maneira certa” (Juliana). Notamos na fala de Juliana que a proposta de educação da Licena é diferente daquelas que prevalecem nas escolas atualmente, e que ela pretende ensinar como está aprendendo no curso de graduação.

Roberta em seu depoimento deixou claro que mesmo cursando a Licenciatura em Educação do Campo, pretende fazer mestrado e doutorado na área da educação, mas não deixou de lado o seu sonho de ser psicóloga: “Depois de terminar a graduação, meu mestrado, trabalhando também, meu sonho, meu doutorado. [...], mas não desisto do meu sonho de psicologia, posso fazer particular sim, eu almejo fazer ele em alguma outra universidade fora daqui e conseguir formar nessa área [...]” (Roberta).

Apesar de todos os desafios impostos às mães estudantes, devido à conciliação dos trabalhos domésticos, dos trabalhos remunerados, os cuidados com os filhos e os estudos, elas de maneira geral, fazem planos de ainda estudar um pouco mais, prosseguindo para o mestrado e o doutorado.

No intuito de descobrir quais eram as maiores demandas dessas mães estudantes, a última parte da entrevista foi sobre as ações que a instituição de ensino superior poderia efetuar para dar melhores condições de permanência destas mulheres que têm filhos na graduação.

3.12. Ações da UFV para a permanência das mães estudantes no curso de graduação

Quando perguntado às mães estudantes da Licena quais as ações que a UFV poderia empreender para auxiliá-las, diante das dificuldades de conciliar a maternidade e as atividades acadêmicas no campus universitário, as respostas foram muito próximas. Todas elas enfatizaram a necessidade de uma creche na universidade que atendesse à demanda da Licena, uma vez que é um curso no regime de alternância. A existência na UFV do Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) e Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH) poderiam colaborar efetivamente para a permanência das mães estudantes.

Joana indicou que a Universidade poderia facilitar a rotina de mães estudantes no campus, durante o tempo universidade:

Ah, sem sombra de dúvidas uma creche que a gente pudesse deixar os filhos, ali pertinho da gente, sabe? [...] ficaria muito mais fácil esse processo, se a gente tivesse cadeiras de alimentação do RU, sabe? Que pudesse colocar eles ali e a gente servir eles e servir o nosso prato [...] (Joana).

Bruna disse: “[...] quando eu fui pedir a creche, pedir o auxílio creche, eles me negaram de primeira, falaram que pelo meu curso, eu não teria direito, então começa por aí” (Bruna). Também a estudante Marina disse: “[...] nós não temos acesso a creche da universidade, então, eu acho que deveria sim abrir para nós do curso também” (Marina). Joana além da creche sugeriu que a UFV providenciasse cadeiras de alimentação para que as mães tenham mais tranquilidade ao fazer suas refeições e também alimentar seus filhos quando forem ainda bebês.

Dias (2021) em seu estudo intitulado: A conciliação da maternidade e da vida acadêmica: uma contribuição da gestão pública no combate à retenção universitária, realizou um levantamento nos sites de todas as 69 universidades federais brasileiras e constatou que apenas 11 delas possuem creches no *campus* que atendem as mães estudantes de graduação. Em relação ao auxílio-creche a autora afirma que “mesmo nas universidades que disponibilizam esse suporte, sua oferta ocorre de maneira restrita, apenas para crianças pequenas (geralmente,

de até 5 anos) e para estudantes com pouco poder aquisitivo. Esses fatores restringem o acesso ao benefício [...]” (Dias, 2021, p. 47). A oferta do auxílio-creche, como ocorre em algumas universidades públicas, parece não ser eficaz para o atendimento às necessidades das mães universitárias.

Juliana e Luana em suas entrevistas afirmaram que poderia haver um espaço para que as mães deixassem as crianças sob supervisão de adultos, que pudessem desenvolver brincadeiras, atividades lúdicas e pedagógicas com as crianças. Juliana relatou: “Ah, eu creio que deveria haver um espaço, alguma coisa do tipo, que a gente pudesse deixar as crianças, né? Alguém olhando pelo menos no tempo que a gente tivesse ali estudando [...]” (Juliana). Luana em sua fala lembrou de um projeto que surgiu a ideia de um espaço para as crianças que estavam com as mães em salas de aula na universidade na primeira turma do curso, mas que infelizmente não foi aprovado pela instituição na época:

Ah, eu acredito que deveria ter uma verba separada, porque, igual, não tem o auxílio creche para as outras mães, as mães da Licena não têm acesso a esse auxílio, por causa da alternância [...]. Talvez assim, pudesse ter a oportunidade de dar a continuidade ao projeto da ‘Liceninha’, né? Eles podiam pensar em alguma forma de continuar, de investir nisso, porque não temos o auxílio creche, então seria uma forma de auxiliar as mães (Luana).

A sugestão de Luana de ter uma verba destinada ao auxílio creche para as mães estudantes da Licena, assim como outras mães de outros cursos da UFV recebem, nos lembra de que em outras instituições federais de ensino oferecem ajuda financeira para as estudantes de graduação que têm filhos, como é o caso do auxílio creche oferecido pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), no Rio Grande do Norte, citado na pesquisa de Costa (2019). Outras instituições de ensino superior que oferecem ajuda financeira a estudantes universitárias que têm filhos, são a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que concede o auxílio a estudantes com filhos e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que oferece a bolsa maternidade, através do Programa Maternidade e Universidade (ManU).

O projeto “Liceninha” se assemelha muito com o Projeto Educação Infantil Ciranda, da Universidade Federal de Brasília (UnB) e também das Cirandas existentes no campus de Goiabeira e campus São Mateus, ambos da Universidade Federal do Espírito Santo (UNES). O Liceninha trata-se de um protejo que previa um local onde as crianças seriam acolhidas por adultos que realizariam atividades lúdicas, algumas brincadeiras e também atividades pedagógicas. Enquanto as mães, que são estudantes do curso de Educação do Campo poderiam assistir suas aulas sem preocupação com seus filhos pequenos. O projeto Liceninha quando foi

proposto pelas mães estudantes do curso e por alguns professores da Licena, não foi aceito pela UFV, a instituição impôs vários empecilhos burocráticos e não concordou com a proposta, mas também não tentou dar outra solução ao problema.

Outra necessidade levantada por algumas mães da Licena foi a instalação de fraldários nos banheiros em todos os prédios da universidade, pois como elas ficam hospedadas com as crianças no Hotel CEE, sempre que precisam trocá-las precisam voltar ao quarto do hotel. O único prédio da UFV que possui fraldário em um dos banheiros femininos, é o Pavilhão de Aulas B (PVB), o que é muito pouco, uma vez que tanto as mães da Licena como outras mães de outros cursos da universidade têm aulas em diversos locais diferentes na universidade durante a graduação.

O relato de Amanda a seguir reforça o que outras mães estudantes disseram

Em relação a fraldário, por exemplo, nos banheiros não têm. Assim, se você for com seu bebê não consegue trocar as fraldas. Ainda bem que não precisou, porque o hotel é bem ali, bem perto, eu tive mais aulas no PVA, aí é bem perto, né? Mas não tem fraldário. E também eu tinha esquecido, mas no RU é bem complicado para comer, e tal. Para servir a bandeja com a criança é difícil (Amanda).

Amanda disse que o Pavilhão de Aulas A, local em que diversos cursos de graduação da UFV têm aulas, e assim como vários outros prédios da instituição, não têm fraldário. Em relação ao Restaurante Universitário (RU), ela vai ao encontro de Joana e também de Marina, que explicam a necessidade de local adequado para trocar os bebês: “[...] ter o lugar que dá para gente trocar mais tranquila, ter como acomodar a criança, e os banheiros não têm essa estrutura, que já é mais difícil” (Marina). Em sua pesquisa, Dias (2021, p. 48) constatou que uma das ações da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Rio de Janeiro, para atender as especificidades das mães universitárias também, “estão as instalações de fraldários”. Este fato demonstra que há outras universidades se adaptando para atender as necessidades de mães que são estudantes, indicando que a UFV também precisa inserir em seus planos de infraestrutura a providência de fraldários.

As demandas das mães estudantes à UFV são: a instalação de fraldários nos banheiros da instituição; disponibilizar cadeiras de alimentação para crianças no Restaurante Universitário; promover o acesso à creche às crianças filhos(as) das estudantes da Licena ou o oferecimento de auxílio creche para que elas possam contratar alguém que cuide das crianças, enquanto as mães têm aulas na universidade, apoiar o projeto de Ciranda que atenda às crianças que estejam acompanhando suas mães, durante o Tempo Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou conhecer e analisar como as mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV conciliam a maternagem, quando os filhos têm idade entre 0 e 11 anos, com a frequência ao curso de graduação. Especificamente buscou-se conhecer as situações vivenciadas pelas mães estudantes da Licena; descrever as estratégias utilizadas pelas mães estudantes da Licena durante o Tempo Universidade, quando é exigida a permanência dessas mães em Viçosa e a dedicação diária ao trabalho escolar e durante o Tempo Comunidade e analisar os sentidos atribuídos pelas mães estudantes da Licena à conciliação entre maternidade e o curso de graduação.

Os dados da pesquisa foram gerados por meio de questionários aplicados a 20 mães estudantes e entrevistas semiestruturadas realizadas com oito mães estudantes da Licena matriculadas no ano de 2023.

As mães estudantes da Licena, deram informações sobre suas rotinas de donas de casa, esposas, mães, estudantes universitárias e atuação profissionais que foram importantes para entender as atitudes e dinâmicas de cada mãe estudante em busca de uma formação em nível superior.

A maioria das mães estudantes da Licena realizam atividades no lar e de cuidados com os filhos. As entrevistadas em sua totalidade contam com o ajuda de suas mães para cuidar dos seus filhos quando estão em Tempo Comunidade e algumas até no Tempo Universidade, poucas contam com instituições de educação escolar onde possam deixar as crianças, evidenciando, para todas elas a falta de uma creche dentro da UFV que atendesse os filhos das estudantes da Licena.

As mães estudantes da Licena destacaram suas dificuldades para conciliar as atividades domésticas, os cuidados com os filhos e as atividades acadêmicas e o trabalho remunerado, em alguns casos. O acúmulo de atividades se contrapõe ao valor que atribuem à formação universitária, que lhes possibilitará assegurar um futuro melhor para suas famílias, em especial para seus filhos. O curso superior se apresenta como possibilidade de ascensão social e como reparação de uma injustiça imposta aos sujeitos do campo, que durante muito tempo ficaram excluídos do espaço acadêmico.

Sobre as situações vivenciadas pelas mães estudantes da Licena na Universidade, durante o Tempo Universidade, constatou-se que as atividades de praticamente todas eram

limitadas às aulas do curso, devido ao fato de elas terem crianças pequenas e, em algumas situações, as traziam para a UFV.

Em relação às estratégias utilizadas pelas mães estudantes da Licena durante o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, elas afirmaram que aproveitavam o tempo que as crianças dormiam para se concentrar nas atividades da universidade, geralmente no turno noturno. Durante o TU, as mães que traziam consigo os(as) filhos(as) pequenos(as), contavam com a ajuda de colegas da turma, que se revezavam nos cuidados com as crianças. A rede de apoio (pais e maridos/companheiros, e a escola) que ajuda nos cuidados com os(as) filhos(as) foi citada como fundamental para permanecer cursando a educação superior.

Sobre os sentidos atribuídos pelas mães estudantes da Licena à conciliação entre maternidade e o curso de graduação, observa-se que apesar de todos os desafios enfrentados: dificuldades em deixar os(as) filhos(as) pequenos em casa, durante o TU ou de trazê-los para a universidade, sobrecarga de atividades, todas as mães estudantes da Licena afirmaram que o motivo maior de tanto esforço, sacrifícios e dedicação é a busca de uma maior qualificação a fim de garantir um futuro melhor para os(as) filhos(as).

Dentre os desafios apontados pelas mães estudantes encontram-se: a ausência de fraldários nos banheiros dos prédios da instituição; a falta de cadeiras adaptadas para alimentação de crianças no restaurante universitário; a inexistência de creche ou de um espaço como o Liceninha, onde as crianças poderiam permanecer enquanto as mães realizariam suas atividades acadêmicas e a ausência de auxílio-creche.

Entre as mães estudantes da Licena há diversas indicações de melhorias que a universidade poderia efetivar para garantir a permanência no ensino superior. Assim, para além dos desafios apontados pelas mães estudantes da Licena, elas sugerem, por exemplo: a flexibilização de prazos nas atividades acadêmicas para as mulheres que têm filhos; a substituição de atividades avaliativas e a disponibilização de locais apropriados à amamentação. Estas medidas, para as mães estudantes, poderiam amenizar o desgaste que enfrentam e contribuir para a redução das chances de abandono do curso.

Ao ingressar no ensino superior, as jovens mulheres do campo estão em busca de uma formação que lhes possibilite ocupações bem remuneradas no futuro, e menos penosas do que as atividades braçais na agricultura. A educação é entendida como possibilidade de ascensão social e ampliação de escolha da carreira profissional.

Os dados gerados nessa pesquisa apontaram para o fato de que é urgente que as instituições públicas de ensino superior desenvolvam ações voltadas às mães estudantes, pois

essas são escassas, na maioria das universidades públicas federais brasileiras. A UFV, em particular, deve atuar para mudar esse cenário, uma vez que as condições das mães, levando em consideração que suas múltiplas jornadas, são desafios que podem levar à evasão do curso, além de reforçar as desigualdades de gênero existentes na nossa sociedade.

O ingresso e a permanência dessas mulheres que são mães na universidade simbolizam mais do que conquistas pessoais, é uma vitória coletiva das mulheres. Sendo a universidade uma organização que têm importante influência social, cabe a ela iniciar as mudanças necessárias em nossa sociedade para a igualdade de gênero e atuar nas mudanças que propiciem ambientes acadêmicos favoráveis às mães estudantes. Espera-se que este trabalho contribua para a implementação de políticas institucionais de permanência para as mães estudantes, as quais devem ser também pensadas por elas e entendidas como um direito que deve ser assegurado. Além disso, que as crianças que permanecem na UFV ao lado de suas mães estudantes, sejam vistas e consideradas, de modo que elas tenham melhores condições e sejam protegidas ao estarem nesse ambiente.

Esta pesquisa teve como foco as mães regularmente matriculadas no ano de 2023, porém seria fundamental que outras pesquisas tivessem como sujeitos as mães estudantes que foram desligadas ou abandonaram o curso, de forma que fosse possível descobrir quais os motivos as levaram à desistência. Uma questão que surge é: quais as razões que levaram mães estudantes a abandonaram o curso de graduação?

REFERÊNCIAS

- ADUFES – Associação dos Docentes da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo). **Adufes apoia Cirandas Infantis nas Licenciaturas em Educação do Campo e a perspectiva coletiva e popular de sua organização.** 2023. Disponível em: <<https://wp.adufes.org.br/2023/07/adufes-apoia-cirandas-infantis-nas-licenciaturas-em-educacao-do-campo-e-a-perspectiva-coletiva-e-popular-de-sua-organizacao/>>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** - São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/8nTGWjJrv7MsqfCmLvZhvvL/>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ANUFEI. **Associação Nacional das Unidades Universitárias de Educação Infantil**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCxyVNEAueQuOew6zppmZD6A/about>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Mulheres e as carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro: o não lugar feminino. In: ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (Org). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?** Implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte: ABEP, 2016. 240f. Disponível em: https://www.academia.edu/117034019/At%C3%A9_oude_caminhou_a_revolu%C3%A7%C3%A3o_de_g%C3%AAnero_no_Brasil_Implica%C3%A7%C3%B5es_demogr%C3%A1ficas_e_quest%C3%B5es_sociais. Acesso em: 12 fev. 2024.
- ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano II, n. 2, jun. 2009. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/download/13/41/77> . Acesso em: 25 jul. 2022.
- ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832 set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/5dt5spzRWMYjrrRVB4dcsmj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições, 2016.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para discussão TD IPEA525, 1997. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2308/1/td_0525.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

BATONI, Bruna Risquioto. **Trabalho profissional e trabalho reprodutivo no imaginário coletivo de universitárias**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=Batoni%2C+Bruna+Risquioto&type=Author&limit=20>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 6 jan. 2025.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2021**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Definidos os critérios para a concessão da bolsa-permanência**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 13 mai. 2013. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.999-de-10-de-novembro-de-2023-522856652>. Acesso em: 15 jan. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: Decreto nº 7234 (planalto.gov.br). Acesso em: 14 mai. 2024.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mec e Inep divulgam resultados da 1º do Censo Escolar, 2023**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022>. Acesso em: 15. out. 2024.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, n. 3, p. 719- 754, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BITENCOURT, Silvana Maria. A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 24, n. 47, p. 261-281, jul/dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/11407>. Acesso em: 17 jan. 2023.

_____. **Maternidade e carreira: reflexões de acadêmicas na fase de doutorado**. Jundiaí, SP: Paco, 2013.

CARVALHO, Josiane das Graças. **A Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo da UFV: experiências e representações sociais dos educandos.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2017. Disponível em: https://www.poseducacao.ufv.br/?page_id=66. Acesso em: 16 jan. 2023. 147f.

COSTA, Joelma Regina de Moraes. **Geograficidade das mães universitárias do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/items/d89351f7-ec1b-43b0-8173-60c4efbd85c9>. Acesso em: 10. jan. 2025.

CRUZ, Selma Santa. Introdução ao Tema. *In*: PUPPIN, Andréa Brandão; MURARO, Rose Marie. **Mulher, gênero e sociedade.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. Expectativas de jovens camponeses na universidade: Os desafios de uma formação em nível superior. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 263-283, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/15040>. Acesso em: 28. dez. 2024.

DIAS, Nayara Cristina Brito. **A conciliação da maternidade e a vida acadêmica: uma contribuição da Gestão Pública no combate à retenção universitária.** 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_76530a6495c671200d6f71a0f8c26f3c. Acesso em: 19 abr. 2024.

ESTEVANS, Gabrielle. Desigualdade entre homens e mulheres no trabalho não diminui há 27 anos. **Portal Geledés**, mar. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desigualdade-entre-homens-e-mulheres-no-trabalhao-diminui-ha-27-anos/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

FUINI, Lucas Labigalini; PAULA, Laurie Ingrid de. A divisão sexual do trabalho e suas consequências para a precarização do trabalho feminino: Uma pesquisa bibliográfica. **Revista de Ciências Humanas**, [s l.], v. 1, n. 23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/15333>. Acesso em: 05 ago. 2024.

UNICEF. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Panorama da distorção da idade-série no Brasil**, 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

FRANÇA, Carmem Lúcia Bezerra de; EUCLIDES, Maria Simone. Vidas Marias, mulheres camponesas no curso superior de licenciatura em educação do campo: enfrentamentos e re(existências). **Cadernos Cajuína**, v. 5, n. 3, p. 182-192, set. 2020. Disponível em:

<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/422/307>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FROES, Livia Tavares Mendes. **Mulheres do campo no ensino superior: percursos sociais de estudantes no curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFMG**. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41432193/MULHERES_DO_CAMPO_NO_ENSINO_SUPERIOR_percursos_sociais_de_estudantes_no_curso_de_licenciatura_em_educacao%20no_campo_na_UFMG. Acesso em: 10 jan. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Jamille Mylena de Freitas. **A divisão sexual do trabalho e a dimensão generificada do campo científico: um recorte da Universidade Federal de Viçosa**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. 2020. Disponível em: <https://locus.ufv.br/items/3375c5a2-9e32-4424-a123dfbab7949b3f>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GOUVÊA, Tatiani Gomes. **As mulheres nas ciências agrárias: desafios face ao regime de gênero e à divisão sexual do trabalho**. 2023. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. 2023. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/31568>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GUEDES, Taynara Pereira. **“Quem pariu e bateu que balance”**: Trajetórias e desafios das mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Viçosa. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2022.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HIRATA, Helena; KERGOAT Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do **trabalho das mulheres**. *Revista de Ciências Sociais*, n. 53, jun./dez.2020, p. 22-34. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/50869>. Acesso em: 15 abr. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em síntese: Taxa de Fecundidade Total – Brasil- 2000 a 2015**. In: IBGE, *Projeção da população do Brasil*, 2013. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html>. Acesso em: 18 set. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ABRAFI. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MANTENEDORAS DAS FACULDADES. **IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minorias em áreas como engenharia e TI**, 2021. Disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/4373/educacao-superior>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (Org). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?** Implicações demográficas e questões sociais – Belo Horizonte: ABEP, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/117034019/At%C3%A9_oude_caminhou_a_revolu%C3%A7%C3%A3o_de_g%C3%AAnero_no_Brasil_Implica%C3%A7%C3%B5es_demogr%C3%A1ficas_e_quest%C3%B5es_sociais. Acesso em: 8 fev. 2024.

JOAQUIM, Ananda Raquel de Souza. **Mulheres, mães e universitárias:** uma pesquisa sobre as políticas de permanência para estudantes que se tornam mães nas universidades públicas paulistas. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo. 2023. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

JORNAL NACIONAL (G1). **IBGE divulga a média renda das famílias brasileiras**. 28 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/28/ibge-divulga-a-renda-dos-brasileiros-e-afirma-que-ainda-ha-muita-desigualdade-entre-os-estados.ghtml>. Acesso em: 16 out. 2024.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise, DOARÉ, Helène le, SENOTIER, Danièle (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2195842&forceview=1>. Acesso em: 8 jan. 2024.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. Gênero, movimentos sociais e sindicatos trabalhistas: analisando representações femininas em espaços reivindicativos. **Revista Sociais e Humanas, Santa Maria**, v. 24, n. 02, p. 52-64, jul/dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2660>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 52-64, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/F8MbrypGjXtZs6msYFp9m/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2021.

LOCH, Rayane Monique Bernardes; TORRES, Kelly Beatriz Vieira; COSTA, Carolina Reciate. Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.1, n. 29, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wsmDtkBwsTk8JRST5xvpQsL/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LOPES, Natália Cristina. **Trajetórias escolares dos licenciandos em Educação do Campo da UFV**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://ppged.ufv.br/dissertacoesteses/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LOPES, Vanda Leal. **As implicações sociais e acadêmicas vivenciadas durante a maternidade**: desafios vivenciados por mães estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MARQUES, Christiane Jussara de Carvalho; SANTOS, Kassia Cintia Dos; DANIEL, Natasha Saney Silva. **A romantização da maternidade e seus impactos psicológicos**. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/0cda34ed-b160-416a-8f76-ababf0324db7>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARTINS, Mariele. **A expansão da educação superior brasileira**: Diferentes oportunidades, segundo a origem social e diferentes percursos, segundo o gênero. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_eb3e921dd0a1b1b0c3439228950f25a6. Acesso em: 24 fev. 2024.

MELO, Fátima Moreira de; MONTROYA, Álvaro José Altamirano. Empregabilidade: problematização com ênfase em gênero e raça. **Revista de Ciências Humanas**, v.16, n.1, p. 9-25, jan./jun. 2016.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, L. A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 105-125, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/45884>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MENDES, Gláucia. Movimento Parent in Science, que inclui embaixadoras da UFLA, recebe Prêmio Nature de Mulheres Inspiradoras na Ciência. **Portal Universidade Federal de Lavras (UFLA)**, Lavras, MG, 2021. Disponível em: <https://ufla.br/noticias/pesquisa/14822-movimento-parent-in-science-e-premiado-pela-editora-britanica-nature#:~:text=O%20Parent%20in%20Science%20surgiu,mais%20igualit%C3%A1rio%2C%20diverso%20e%20justo>. Acesso em: 03 nov. 2024. Conferir se está certa a referência.

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/57t84SXdXkYfrCqhP6ZPNfh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 maio. 2021.

NUNES, Jordão Horta. As transformações da divisão sexual do trabalho e os novos arranjos de gênero domésticos. *In*: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antônio de (Org). **Trabalho e Gênero: entre a solidariedade e a desigualdade**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

NUNES, Marly dos Santos. **Acesso e Permanência das Mães Universitárias do Campo: um estudo sobre o curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, Bahia, 2018. Disponível em: https://ri.ufrb.edu.br/jspui/handle/123456789/3867?locale=pt_BR. Acesso em: 22 jan. 2025.

OLIVEIRA, Maria Gabriela Dantas de. **Universitárias e mães: conciliando vida acadêmica e maternidade em tempos de ensino remoto**. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=Universit%C3%A1rias+e+m%C3%A3es+%3A+conciliando+vida+acad%C3%A1mica+e+maternidade+em+tempos+de+ensino+remoto&type=AllFields>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PAULA, Janaina Correia de; CONDÉ, Patrícia Peluso. Mulheres e Mães: dificuldades e superações durante a realização de um curso superior, um estudo com as graduandas do UNIFAGOC em Ubá-MG. *In*: **Mostra de trabalhos em educação UNIFAGOC**, vol. XII, 2022. Disponível em: <https://conferencia.unifagoc.edu.br/index.php/educacao/vol112/paper/view/2568>. Acesso em 25 jan.2025.

PEREIRA, Camila Santos; PEREIRA, Anamaria. Ladeira; POCAHY, Fernando. Mulheres negras no ensino superior: ressonâncias e(m) escrevivências. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1360–1377, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/67872>. Acesso em: 12 out. 2024.

PRADO, Daniela Queiroz do. **A licenciatura em educação do campo da Universidade Federal de Viçosa: egressos da primeira turma em perspectiva**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2020. Disponível em: https://www.poseducacao.ufv.br/?page_id=66. Acesso em: 12 ago. 2020.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. *In*: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. Venturi, Gustavo; Recamán, Marisol; Oliveira, Suely de. (Org). 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RICOLDI, A.; ARTES, A. **Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios**. *Ex aequo*, Lisboa, n. 33, p. 149-161, jun. 2016. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/33-mulheres-no-ensino-superior-brasileiro-espaco-garantido-e-nov>. Acesso em: 12 set. 2022.

ROBERTO, Edna Reis Barbosa. **Os desafios da maternidade para graduandas mães na Universidade Federal de Viçosa**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2018.

RODRIGUES, Lara Lorhany Gomes da Costa; NASCIMENTO, Emilly Layne Martins do; MÁRQUEZ, Laura Andreina Matos; AGUILAR, Tania Paola López. **Do presente ao futuro: a mulher na ciência brasileira**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, ano III, v. 7, n. 21, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/442>. Acesso em: 22 out. 2021.

SAALFELD, Thaís. **Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande – FURG**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande – Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8568/421af148f354fc81b0730361b00badaf.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SANTOS, Neville Julio de Vilasboas e. Servidão e subalternidade: a construção da identidade da trabalhadora doméstica. *In*: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Revalino Antônio. **Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

SARAIVA, Márcia Denise Rodrigues Alves. **Ciranda Infantil: vestígios de uma prática na Universidade de Brasília (UNB, 2012-2022)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2023. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/892762>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, Diego Gonzaga Duarte da. **A Licenciatura em Educação do Campo da UFV & A Formação dos Monitores de Escolas Família Agrícola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://www.poseducacao.ufv.br/?page_id=66. Acesso em: 15 jan. 2023.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 101 – 122, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 470-479, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KmmbBSdWxFtjXsMR5zVzZGp/?lang=pt>. Acesso em: 07 fev. 2020.

SILVA, Nathalia Bezerra. Mulher e universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. *In*: **Conferência Internacional Os Sete Saberes Necessários à Educação do Presente**, Fortaleza, 2010. Disponível em: <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/806>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SILVA, Thaís Aparecida de Lacerda. **Maternidade, estudo e trabalho**: um olhar sobre as múltiplas jornadas de mães discentes. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2021.

SILVA, Aline Monteiro dos Santos Dias da. **Mulheres Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, artes de Tocantinópolis (TO)**: reflexões sobre acesso e permanência para uma formação profissional. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Norte de Tocantins, Tocantinópolis, Tocantins, 2023.

SINA, Amalia. **Mulher e trabalho**: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira; DIAS, Marly de Jesus Sá. Creche nas universidades: um debate necessário para o ingresso e permanência de estudantes mães na graduação. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22243>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. *In*: VENTURI, Gustavo; RECÁMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. *In*: VENTURI, Gustavo; RECÁMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, Luana Passos; GUEDES, Dyego Rocha Guedes. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados** [online], São Paulo, v.30, n.87, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/i/2016.v30n87/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

SOUZA, Regis Glauciane Santos de. **Gênero e mulheres nas universidades**: um estudo de caso na UFBA. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA-2_78beed19dc78ba1fedee802d0db7a956. Acesso em: 15 fev. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
<https://bdtd.ibict.br/vufind/>

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **PRAE** - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/>. Acesso em: 02 jan. 2025.

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. **PRACE** - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Disponível em: <https://prace.ufop.br/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. Acesso em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32027/1/Observat%C3%B3rio%20da%20vida%20estudantil%20-%20primeiros%20estudos%20RI.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

VAITSMAN, Jeni. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: PUPPIN, Andrea Brandão; MURARO, Rose Marie (Org.). **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

VENTURI, Gustavo; RECÁMAN, Marisol. As mulheres brasileiras no início do século XXI. In: VENTURI, Gustavo; RECÁMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Org). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

APÊNDICES**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO**

Identifique-se a seguir apenas se você concordar em participar da segunda etapa da pesquisa, ou seja, conceder uma entrevista.

Nome: _____

Contato (e-mail ou telefone): _____

1 – **Mês e ano de nascimento:** _____ / _____.

2 - Você se autodeclara:

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Preta | <input type="checkbox"/> Branca |
| <input type="checkbox"/> Parda | <input type="checkbox"/> Indígena |
| <input type="checkbox"/> Amarela | |

3 – Qual seu estado civil?

- Solteira
- Casada
- Separada ou divorciada
- Viúva
- União estável

4 – Sua religião (se possuir uma):

- Católica
- Evangélica. Qual? _____
- Religiões afro-brasileiras (Umbanda, Candomblé, outras). Qual? _____
- Espírita
- Outra. Qual? _____

5 - Você realiza trabalho remunerado atualmente?

- Sim. Qual ocupação? _____
- Não.

6 – Você já realizou trabalho remunerado?

- () Sim. Qual ocupação? _____
- () Não.

7 – Se você já realizou trabalho remunerado, quando isso ocorreu?

- () Antes do casamento
- () Antes do nascimento do(s) filho(s)
- () Em outro momento. Quando? _____

8 - Qual a sua renda familiar?

- () Até um salário mínimo
- () De um a dois salários mínimos
- () De três a quatro salários mínimos
- () Outra. Qual? _____

9 - Qual a escolaridade da sua mãe?

- | | |
|-----------------------------|--------------------------------|
| () Analfabeta | () Ensino médio incompleto |
| () 1º ao 5º ano incompleto | () Ensino médio completo |
| () 1º ao 5º ano completo | () Ensino Superior incompleto |
| () 6º ao 9º ano incompleto | () Ensino Superior completo |
| () 6º ao 9º ano completo | |

10 - Qual a escolaridade do seu pai?

- | | |
|-----------------------------|--------------------------------|
| () Analfabeto | () Ensino médio incompleto |
| () 1º ao 5º ano incompleto | () Ensino médio completo |
| () 1º ao 5º ano completo | () Ensino Superior incompleto |
| () 6º ao 9º ano incompleto | () Ensino Superior completo |
| () 6º ao 9º ano completo | |

11 - Qual a escolaridade do cônjuge ou companheiro (se houver)?

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| () Analfabeto | |
| () 1º ao 5º ano incompleto | () 6º ao 9º ano incompleto |
| () 1º ao 5º ano completo | () 6º ao 9º ano completo |

() Ensino médio incompleto

() Ensino Superior incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino Superior completo

12 – Quantos filhos possui?

() 1

() 2

() 3

() 4

() 5 ou mais

13 – Qual o sexo dos filhos?

1º filho - () Masculino () Feminino

2º filho - () Masculino () Feminino

3º filho - () Masculino () Feminino

4º filho - () Masculino () Feminino

5º filho - () Masculino () Feminino

Se tiver mais de cinco filhos, acrescente na linha abaixo o sexo dos mesmos:

14 – Qual a idade dos filhos?

1º filho _____

2º filho _____

3º filho _____

4º filho _____

5º filho _____

Se tiver mais de cinco filhos, acrescente na linha abaixo a idade dos mesmos:

15 – Onde você mora?

() Viçosa. Qual bairro ou zona rural? _____

() Cidade próxima a Viçosa. Qual cidade, bairro ou zona rural? _____

() Cidade distante de Viçosa. Qual cidade, bairro ou zona rural? _____

16 – Quantas pessoas moram em sua casa, além de você?

() Uma

- Duas
- Três
- Quatro
- Cinco
- Seis
- Sete
- Mais que sete pessoas. Quantos? _____

17 – Em sua família quem faz, na maioria das vezes, as tarefas domésticas?

- Você
- Seu marido/companheiro
- Outro familiar. Qual? _____
- Empregada doméstica _____
- Outra pessoa. Qual? _____

18 – Quem cuida das crianças da sua família (filhos até 11 anos de idade) na maior parte do tempo?

- Você
- Seu marido/companheiro
- Outro familiar. Qual? _____
- Empregada doméstica _____
- Outra pessoa. Qual? _____
- Creche/escolinha

19 – Onde você cursou/concluiu o ensino médio?

- Em escola família agrícola
- Em escola pública municipal
- Em escola pública estadual
- Em escola particular
- Por meio de exame supletivo

20 – Com quantos anos você ingressou no ensino médio?

- Até 15 anos
- 16 anos

- 17 anos
- 18 anos
- Acima de 18 anos. Com qual idade? _____

21 – Em quantos anos você cursou o ensino médio?

- 3 anos
- 4 anos
- 5 anos
- Acima de 5 anos. Em quantos anos? _____

22 – Quantos anos após a conclusão do ensino médio você ingressou no curso de graduação?

- Imediatamente após o término do ensino médio.
- 1 ano após.
- 2 anos após.
- 3 anos após.
- Acima de 3 anos após. Em quantos anos? _____

23 – Você concluiu outro curso de graduação?

- Sim. Qual? _____
- Não.

24 – Se você concluiu outro curso de graduação, qual a modalidade?

- Presencial
- A distância

25 – Se você concluiu outro curso de graduação, isto ocorreu há quanto tempo?

- 1 ano
- Mais de 2 anos. Quantos anos? _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

✓ DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

- 1) Idade
- 2) Sexo
- 3) Cor/raça
- 4) Número de membros da família e escolaridade
- 5) Renda familiar
- 6) Ocupação dos pais e posição nessa ocupação
- 7) Escolaridade dos pais
- 8) Escolaridade dos avós
- 9) Escolaridade dos tios maternos e paternos
- 10) Local de residência em Viçosa ou em outra cidade (zona rural e urbana e bairros)

✓ SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

- 1) Estabelecimentos de ensino frequentados na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio;
- 2) Idade de ingresso em cada etapa da educação básica;
- 3) Desempenho escolar nas diferentes etapas da educação básica;
- 4) Mobilidade geográfica durante a educação básica;
- 5) Apoio familiar no desenvolvimento da escolarização;
- 6) Concomitância estudo e trabalho (educação básica)
- 7) Conciliação dos estudos com os cuidados com os filhos

✓ SOBRE A ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR

- 1) Processos e razões da escolha da Licenciatura da Educação do Campo;
- 2) Perspectivas de futuro;
- 3) Participação de familiares, amigos, professores e outras pessoas no processo de escolha do curso superior;
- 4) Época em que se deu a escolha do curso superior.

✓ SOBRE A VIVÊNCIA ACADÊMICA

- 1) Participação em atividades acadêmicas na UFV – Tipo de Atividade e tempo de participação (Diretório/Centro Acadêmico; Atlética; Laboratórios; Grupos de estudo; Projetos de Extensão; Projetos de Ensino; Projetos de Iniciação Científica; outros)
- 2) Desempenho acadêmico na UFV;
- 3) Projetos profissionais e escolares;
- 4) Lazer e sociabilidade estudantil;
- 5) Realização/interesse intelectual nos estudos;
- 6) Integração acadêmica e social quando ingressou na universidade e nos anos seguintes.
- 7) Como você organiza/concilia a vida familiar (afazeres domésticos e cuidados com os filhos) e a dedicação aos estudos durante o Tempo Universidade e durante o Tempo Comunidade?
- 8) Algum familiar te dá o apoio necessário para você se dedicar aos estudos?
- 9) A maternidade influencia sua vivência na universidade (durante as aulas, o convívio com os colegas, as oportunidades formativas, a iniciação científica)? Como essa influência se dá?
- 10) Quais as maiores dificuldades que você enfrenta para conciliar os cuidados com os filhos e a condição de estudante?
- 11) Em quais períodos ou situações da vida acadêmica que as dificuldades na conciliação estudo e maternidade se tornam mais penosas?
- 12) Na sua percepção, quais as ações que a UFV poderia empreender para auxiliar as mães estudantes na permanência no curso de graduação